

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O FIO E A TRAMA:

TRABALHO E NEGÓCIOS FEMININOS NA VILA DE SÃO PAULO
(1554-1640)

Igor Renato Machado de Lima

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

São Paulo

2006

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

***O FIO E A TRAMA:
TRABALHO E NEGÓCIOS FEMININOS NA VILA DE SÃO PAULO
(1554-1640)***

Igor Renato Machado de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

**São Paulo
2006**

À minha querida avó Mafalda Guaitoli

*Ao Ricardo e ao avô Frontino
(In Memoriam)*

SUMÁRIO

RESUMO	p. 8.
INTRODUÇÃO	p. 10.
CAPÍTULO I - HISTORIOGRAFIA, FONTES E MÉTODOS: A HISTÓRIA DAS MULHERES E AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM PERSPECTIVA	
1.1 Estereótipos, mitos e temas	p. 18.
1.2 A documentação	p. 33.
1.3 Modos e categorias de análise	p. 45.
CAPÍTULO II - AS PARTILHAS DAS HERANÇAS E A CARIDADE CRISTÃ: A CONDIÇÃO FEMININA NAS HIERARQUIAS DA SOCIEDADE ESTAMENTAL E ESCRAVISTA	
2.1. A formação das famílias senhoriais	p. 54.
2.2. Negociações e tensões	p. 65.
2.3. A dádiva da esmola	p. 79.
CAPÍTULO III – CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PATRIMÔNIO: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONJUNTURA ECONÔMICA	
3.1. A pecuária e os animais de criação	p. 87.
3.2. As lavouras de produtos alimentícios	p. 97.
3.3. As teias comerciais	p. 111.
CAPÍTULO IV – A INDÚSTRIA CASEIRA DO ALGODÃO: AS TECELAGENS DAS FAMILIAS E DAS SENHORAS PAULISTAS	
4.1. As casas e os sítios	p. 122.
4.2. Produção algodoeira, artesanato e troca	p. 131.
4.3. Posse de cativos e as escravas tecedeiras indígenas	p. 143.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 156.
FONTES E BIBLIOGRAFIA	p. 159.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao apoio e estimado auxílio de Eni de Mesquita Samara pela orientação desde a graduação, por me instigar no estudo da História das Mulheres e por ter sempre confiança no meu trabalho, às vezes, até mais que eu próprio.

Aos professores Vera Lucia Amaral Ferlini e Pedro Puntoni pelas críticas e indicações bibliográficas na qualificação.

À professora Vera por ainda ter a paciência de me acompanhar durante o difícil percurso da escrita final.

À professora Fernanda Olival pelas dicas e por me enviar de Portugal material para a pesquisa.

Ao professor Lincoln Secco pelas conversas no final do dia e por me apresentar ao Braudel. Aos companheiros braudelianos, Marisa Deaecto, Larissa de Lira e Apoena.

À professora Esmeralda B. Blanco de Moura, diretora do CEDHAL, pelo apoio constante e por ter disponibilizado o centro para a pesquisa.

Também sou grato ao professor Carlos de Almeida Bacellar pelas referências bibliográficas e críticas.

Ao professor Horacio Gutiérrez pelo apoio na formatação e análise dos dados quantitativos.

Agradeço a CAPES por ter financiado essa pesquisa com uma bolsa de mestrado.

Aos funcionários do Departamento de História, do CEDHAL, em especial à Cida, e do Museu Paulista, Vilma e Ivonete. À senhora Floripes Pachego funcionária do IEB agradeço a paciência e a boa vontade em me atender durante todo o tempo de pesquisa.

Inúmeros foram os amigos da graduação e da pós que me auxiliaram, mas não poderia deixar de prestar o meu agradecimento a André Felix, Ana Paula Médiçi, Beth Salum, Carmem Gama, Clarissa Seixas, Claudia Marques, Cida Borrego, Denise, Eduardo Guimarães, Hernam, Maria Angela Raus, Madalena Marques Dias, Janaína Carneiro, Juliana Amaro, Joseph de Almeida, Leandro Câmara, Marie Felice, Maximiliano Menz, Nadia Beyeler, Patricia Gomes, Regiane Augusto, Renata Pallares e José Weyne.

Às professoras Maria Cristina de Almeida, Ana Lucia Araújo Antunes e Ana Paula Megiane pelos auxílios e comentários que fizeram no decorrer da pesquisa.

Aos colegas Renata Resende, Rafaela Deiab, Eduardo Ribas, João Vilhena pelo apoio desde o tempo da Graduação.

Contei ainda com o enorme apoio no texto final de Vanessa Bivar que leu, releu e me ajudou imensamente na revisão final do texto.

Agradeço à Sônia Troitiño pela paciência, desde a graduação, por discutir o tratamento das fontes seriais, com as quais convive diariamente no Arquivo do Estado de São Paulo.

Agradeço muito à Rosângela Leite, Sônia, Marisa e Pablo por estarem sempre prontos para me escutar e ler o trabalho, fornecendo ótimas idéias e acréscimos ao texto.

Aos amigos Lucas Soares, Pablo Mont Serrath, Paulo Gonçalves e Rodrigo Ricupero devo agradecer os calorosos debates e críticas, que me ajudaram a refletir sobre os problemas centrais.

Agradeço aos três fiéis companheiros Alex Au, Bruno e Daniel por me auxiliarem a tomar fôlego para a pesquisa ao me retirarem de vez em quando dela.

À Zezé Bueno, Camila e Alessandro pelos ensinamentos sobre teatro e ao bom humor nos momentos mais tortuosos.

A dissertação não seria possível sem o auxílio familiar dos meus pais, Iézer e Jairson, que me apoiaram sempre com paciência e tolerância. Sou grato à minha irmã Taíze e ao “irmão” Celso, que tornaram mais leve o trabalho.

À minha avó Mafalda, a “Matriarca” da família Gaitolli, para quem dedico o mestrado, por sempre me ajudar a superar os problemas e “continuar remando”, mesmo que às vezes seja contra a maré.

Lista de Abreviaturas

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

AMSP – Arquivo Municipal de São Paulo

IT – Inventários e Testamentos

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Testamentos por gênero	p. 40.
Tabela 2 – Inventários por gênero	p. 42.
Tabela 3 – Relação da vida material do patrimônio por período	p. 92.
Tabela 4 – Distribuição do número de inventários por posse de escravos e período	p. 103.
Tabela 5 – Posse de escravos	p. 149.
Quadro 1 – Perfil das viúvas	p. 108.
Quadro 2 – Perfil das inventariadas	p. 140.

RESUMO

A atuação das mulheres senhoriais, proprietárias de escravarias indígenas, na formação da vila de São Paulo de Piratininga durante os anos de 1554 e 1640 é o objetivo do presente trabalho. Para o tratamento deste tema, foram escolhidas como fontes as Cartas Jesuíticas, as Ordenações Filipinas, as Atas da Câmara e os Testamentos e Inventários desta região.

Nota-se, por meio da análise documental que, as senhoras paulistas auxiliavam os cônjuges nas atividades econômicas da família. Também ajudavam na pecuária, no comando da produção de gêneros alimentícios, na indústria caseira de algodão e nas extensas redes de créditos e débitos. Na viuvez, com frequência, negociavam com as autoridades do juizado de órfãos para se tornarem tutoras e curadoras dos filhos.

Habitualmente, as senhoras contraíam matrimônio novamente e mesmo assim continuavam a liderar a mão-de-obra cativa, cuidar da prole e a realizar pequenos negócios. Devido à ausência dos esposos por motivo de morte, ou das saídas da população masculina para o sertão e o litoral, as mulheres passavam a ter maior autonomia na administração do patrimônio familiar.

A principal idéia desse mestrado é a de que as mulheres senhoriais paulistas faziam parte de um grupo sócio-econômico muito diversificado. No entanto, algumas delas conseguiam constituir excedentes econômicos e formavam um poder intermediário entre a população escrava indígena e os senhores. Dessa forma, torna-se fundamental, para compreender, explicar e interpretar a participação e condição feminina na economia e na sociedade, a abordagem das relações de *gênero*.

Palavras chaves: mulheres – gênero – cotidiano – vida material – São Paulo Colonial

ABSTRACT

The goal of this work is analyze the actuations of seigniorials women, owners of Indian's slaves, in São Paulo's village formation in 1554 until to 1640. For the development of this theme, the sources are Jesuit's Letters, Filipinas Legislations, Minutes of Village's Council, Testaments and Inventories of this region.

When the seigniorials women are married, they helped yours husbands in economic activities of the family. The ladies have worked in cattle breeding, in production of foodstuffs, in command of domestic industry of cotton, in extensive network of credits and debts, which operate along the South Atlantic economy. Frequently, wisdoms negotiated with authorities of Orphans Judgeship for they become tutors and curators of hers daughters and sons.

Wisdoms, usually, married again and had maintained liberating slaves and business. Because of husband's absentees, explicated for the death and exits of men population for the country-side or coast, the ladies had been more autonomy in familiar patrimony administration.

The central idea of this work is the social and economic diversity and heterogeneity of seigniorials women groups. However, some have intermediate power, localized until the lords and gentiles. For explanation, comprehension and interpretations of the participation and condition of paulistas seigniorials women in economy and society is fundamental the *gender* relationships approach.

Keywords: women – gender – quotidian – material life - São Paulo Colonial

INTRODUÇÃO

Estudar a participação das mulheres senhoriais paulistas, donas de cativos indígenas, entre 1554 e 1640, na vila de São Paulo, é o objetivo desse mestrado. A data inicial é demarcada pela sua fundação, e a final, pelas inúmeras mudanças na vila como a luta entre as famílias Pires e Camargo, que teve início com o assassinato de Pedro Taques e a expulsão dos membros da Companhia de Jesus.

A escolha do marco espacial da vila de São Paulo é explicada pelos dinamismos econômicos e sociais, caracterizados pelas conquistas territoriais e pela escravização dos indígenas, realizados pelas expedições dos senhores paulistas. Nesse contexto de saída da população masculina, a atuação das mulheres senhoriais tornou-se fundamental.¹

Nessa conjuntura, destaca-se o papel feminino na formação econômica da região, com a atuação das mulheres paulistas nas redes de crédito e débito, bem como nos trabalhos domésticos. A administração feminina e senhorial da escravaria, aprisionada pelos senhores nas expedições era outra característica marcante de Piratininga.

Com o desenvolvimento econômico e a constituição de uma sociedade escravista, as famílias senhoriais passavam a entrar em conflitos armados, causados por disputas acirradas pelo comando da mão-de-obra indígena. Esses confrontos acentuaram-se a partir de 1637, quando encontram-se nas atas da Câmara grandes debates e discussões sobre os gentios.

Esses desacordos davam-se entre os senhores, as autoridades da Câmara e os inacianos. Para a governança da vila, os índios possuíam três condições distintas: aldeados, administrados pelos jesuítas ou pelas autoridades; escravizados, aqueles comandados pelos estamentos senhoriais; e os do sertão, populações indígenas, que participavam das expedições ou eram capturadas por elas.² O avançar das lutas de famílias da governança da terra no interior da vila afetou profundamente a condição feminina, pois as senhoras passaram a atuar nos conflitos dos poderes locais.³

¹ Sobre os avanços e recuos da população paulista e o processo de cativo indígena nesse período ver John M. Monteiro. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

² Ata do dia 15/09/1612 In: *Atas da câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, vol. 2, 1915, p. 320.

³ Luiz Aguiar da Costa Pinto. *Lutas de famílias no Brasil: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo, Nacional, 1980.

Dessa forma, torna-se necessário estudar a atuação dessas mulheres senhoriais paulista através da análise das Cartas Jesuíticas, das Ordenações Filipinas, das Atas da Câmara e dos Testamentos e Inventários paulistas a partir dos fins do século XVI.

Produzidas em 1603, as *Ordenações Filipinas*, estabeleceram-se como códigos jurídicos embasados nas *Ordenações Manuelinas*, as quais fixaram normas e condutas sobre os súditos da coroa. Essas normatizações variavam conforme os segmentos sociais e os *gêneros*, produzindo regras de conduta moral e religiosa.⁴ Dentre outros assuntos, as Ordenações legislavam sobre as práticas de testar e de inventariar no período colonial, bem como os modos de curadoria dos filhos, divisões dos bens e pagamento das dívidas. Todavia, as mulheres senhoriais tinham um papel atuante nos processos de partilhas dos patrimônios e do cuidado com os descendentes devido à ausência dos cônjuges e da necessidade de auxiliar os homens no comando das famílias e das escravarias. Dessa maneira, a atuação feminina e senhorial paulista distanciava-se das normas impostas pela legislação.⁵

A questão da condição feminina também pode ser analisada no discurso dos membros da Companhia de Jesus, presente nas Cartas Jesuíticas, que se encontram compiladas e impressas na obra *Monumenta Brasiliae* de Serafim Leite. Outra compilação do mesmo autor são as *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.⁶ Para a realização de suas obras, Leite coletou manuscritos de arquivos de Roma, Madri, Évora, Lisboa e do Rio de Janeiro. Estes “corpus” documentais representavam as visões dos Governadores Gerais do Brasil (Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá), dos Provinciais de Roma (Inácio de Loyola, Pe. Diego Laynes e Pe. Francisco de Borja), dos Provinciais de Portugal e do rei de Portugal D. João III (1505-57). Dos missionários que escreveram com mais frequências foram: Antônio Nóbrega, José de Anchieta, Luís da Grã e Fernão Cardim.⁷

⁴ *Ordenações Filipinas (1603). Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d' El Rei D. Felipe, o primeiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985.

⁵ A discussão sobre a legislação filipina e o levantamento de temas a respeito do papel das Mulheres, Família e População no período colonial está em Eni de Mesquita Samara. (org.). *Legislação Brasileira*. São Paulo: Série Fontes de Pesquisa/ CEDHAL, 2000.

⁶ Serafim Leite. *Monummeta Brasiliae. Historica Societatis Iesus*. Coimbra/Roma, 1956, volumes I, II, III IV e V. Serafim Leite. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

⁷ *Ibidem*.

Neste sentido, optou-se por interpretar essas cartas sob a perspectiva do discurso e dos estereótipos sobre a condição feminina, sendo estes constituídos pelo pensamento inaciano na Terra Brasília nos primeiros tempos da colonização.

Além das cartas dos inacianos, tratou-se das *Atas da Câmara da vila de São Paulo*, publicadas pela Câmara Municipal Paulistana, que revelam a vida administrativa e a atuação dos oficiais camarários. Nestas fontes, observa-se que as relações de poder e de fiscalidade são os temas mais importantes e desafiadores. No caso deste trabalho, a preocupação foi analisar a presença do domínio masculino no espaço “público/privado” da vila e procurar encontrar a atuação feminina localizada nos discursos das atas.⁸

Para abordar a participação econômica, da vida material e social das mulheres senhoriais, foram utilizados os inventários paulistas. Os 210 inventários de homens e mulheres da vila de São Paulo foram pesquisados na publicação dos 44 volumes do Arquivo do Estado. Formam uma série documental que possui inúmeras possibilidades de interpretações. Os *inventários post-mortem*, “documentos de verdade”⁹, como afirmou Braudel, revelam principalmente o arrolamento do patrimônio, tanto dos cônjuges quanto os pessoais dos moradores da vila de São Paulo, assim como a distribuição dos bens e dos cativos, fossem eles índios ou africanos da Guiné.

Também como fontes importantes para a temática da participação e condição feminina, foram arrolados e analisados 117 testamentos da vila de São Paulo. Nesta série documental foram selecionados os testamentos daqueles que ditavam os desejos referentes aos bens e às últimas vontades em vida – tanto do gênero masculino quanto do feminino. Os testamenteiros deixavam legados e as últimas vontades, redigidas pelo escrivão, para os familiares e conhecidos. Por isto, esta fonte também é significativa para se compreender o tema da morte, do patrimônio, das relações de parentesco, de sociabilidade, vizinhança e compadrio.¹⁰

Apesar da documentação pesquisada não ser produzida pelas mulheres, procurou-se interpretar os discursos masculinos encontrados nos Testamentos, Inventários, Cartas

⁸ *Atas da Câmara da vila de Santo André da Borda do Campo. (1554-1560)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo. (1560-1639)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1915, 3 vols.

⁹ Fernand Braudel. *Civilização Material, economia e capitalismo. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1, 1997, p. 254.

¹⁰ *Inventários e Testamentos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1921-1998, vol. 1-47.

Jesuíticas e nas Ordenações. Para isso a perspectiva adotada, ou, a forma de análise escolhida foi a da categoria de *gênero*.

O primeiro capítulo, *Historiografia, fontes e métodos*, aborda os temas, as fontes e as perspectivas analíticas do trabalho. Nele, faz-se um debate sobre a História das Mulheres, seguidos de uma descrição das fontes e das formas de análise. No entanto, conforme Eni de Mesquita Samara apontou em *Família, mulheres e povoamento*,

“não é tarefa fácil rever imagens e revelar outras sem romper com os enraizamentos impostos pela historiografia ao longo do tempo. O importante é integrar de forma crítica cenas distantes perdidas no tempo. É buscar incessantemente nos arquivos os restos da memória guardada, mesmo que seja fragmentada, e reconstituir os elos e as conexões entre as diferentes dimensões entre o público e o privado que, por sua vez, comprovam que as paulistas do século XVII participaram do povoamento, lideraram famílias e negócios e tinham riqueza própria. Por tudo isso, em que pese a singularidade de sua inserção social, não fizeram uma história a parte, mas desafiaram sim as dicotomias”.¹¹

Para tentar romper com algumas visões mais tradicionais e avançar na pesquisa sobre o papel feminino, optou-se pela utilização da categoria *gênero*, conceito este que foi tratado por Joan Scott no clássico artigo “*Gender: a useful category of historical analysis*”, publicado em 1986.¹² As idéias da autora transformaram radicalmente o debate sobre a temática, incluindo a análise de categorias como *classe* e *raça*. Com este marco epistemológico, a historiografia adquiriu novas formas metodológicas, perspectivas e abordagens. Essas modificações acabaram atingindo lugares diferenciados, não só nos centros acadêmicos dos Estados Unidos, da França, mas também nas instituições universitárias do Brasil.¹³

No entanto, como a interpretação de Scott é fixada no universo europeu do século XIX, foi preciso realizar uma adaptação dos conceitos - como classe e raça - para os tempos pré-industriais, no espaço da América Portuguesa. Para a análise dos primeiros tempos coloniais, tornou-se necessário incluir a categoria “estamento” e o processo de escravidão

¹¹ Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 83.

¹² Joan W. Scott “Gender: a useful category of historical analysis”. In: *The American Historical Review*, vol. 91, n° 5, dec., 1986, pp. 1053-1075.

¹³ Em artigo sobre a História das Mulheres, Scott defendeu a idéia de que “não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que eles produzem; por esta razão a história das mulheres é um campo evidentemente político”. Joan W. Scott. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 95.

indígena. Ambos os assuntos foram incluídos no debate para auxiliar na compreensão das relações entre os *gêneros*.¹⁴

Propõe-se tratar no segundo capítulo, “*As partilhas das heranças e caridade cristã*”, o papel feminino na sociedade hierárquica-estamental-senhorial e escravista paulista. Nele, discute-se a possibilidade de espaço de negociação das senhoras na família patriarcal paulista, tendo em mente as diferenciações de atuação entre as diversas segmentações e condições sociais dessas mulheres. Segundo Samara, as “histórias de viúvas ricas e poderosas, ou mesmo de outras que tiveram que comprovar em juízo que ‘honoraram a memória de seus maridos’ para conseguir a tutela dos filhos, entrecruzavam-se com outras histórias de mulheres comuns que, abandonadas à própria sorte, chefiavam famílias e criavam os filhos com seu próprio trabalho”.¹⁵

Os papéis e a atuação feminina na conjuntura econômica da vila é o tema central do terceiro capítulo, intitulado “*Caminhos e descaminhos do patrimônio*”. A conjuntura econômica da vila era centrada na constituição da mercantilização incipiente dos produtos alimentícios e pecuaristas, assim como na força de trabalho escravista. Decidiu-se ainda relacionar a economia paulista com o florescimento das incipientes redes mercantis do Atlântico Sul presente na conjuntura do Quinhentos até meados do Seiscentos.¹⁶ A idéia mais relevante deste capítulo é a de que as mulheres senhoriais, ao auxiliarem seus familiares tinham certos espaços de atuação e de autonomia.

No quarto e último capítulo, “*A indústria caseira do algodão*”, foi tratada a participação das mulheres na vida doméstica e no cotidiano da vila de São Paulo. Para isto, faz-se importante a obra *Caminhos e fronteiras* de Sergio Buarque de Holanda, em destaque, o “Fio e a teia”. Também discutiu-se o espaço público/privado da casa senhorial paulista como local de produção e moradia. Observa-se ainda que a constituição dos sítios, também foram locais de morada, trabalho e de convivência fundamentais para a formação da vila de São Paulo e dos seus arredores nos primeiros tempos da colonização. O tema

¹⁴ As discussões sobre “estamento” se restringiram neste trabalho ao debate da historiografia brasileira e não aos estudos da Sociologia. O estudo fundamental para esse conceito sociológico é de Max Weber. Este encontra-se disperso nas obras do autor. Mas o trabalho fundamental no qual o desenvolve é *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

¹⁵ Eni de Mesquita Samara. Op, cit, p. 85.

¹⁶ A respeito do debate mais atual sobre a economia paulista ver: John Manuel Monteiro. *Negro da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Ilana Blaj. *A trama*

central desta parte é o de que as senhoras paulistas auxiliavam os maridos e a família a acumular algum pecúlio graças ao comando do trabalho cativo indígena, em especial das escravas tecedeiras indígenas.¹⁷

Para a análise dos dois últimos capítulos, o primeiro volume, “As estruturas do cotidiano. O possível e o impossível”, da obra de Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo*, foi utilizado como um panorama das condições de vida e de consumo existentes no período pré-industrial. No entanto, levou-se em conta o limite desse uso, sendo este imposto pelas especificidades do local e da temática do mestrado.

A reflexão de Braudel é importante por colocar limites ao papel dos indivíduos anônimos. Em outras palavras, o autor relaciona a atuação dos personagens com as “estruturas” de longa duração da vida material, sendo esta a infra-economia, ou as formas primárias de sobrevivência cotidiana. Desse modo, no decorrer do trabalho, privilegiou-se tratar das maneiras de comer, beber, dormir e vestir-se das mulheres e famílias senhoriais. Contudo, o historiador definiu, no artigo “A longa duração” de 1958, o plástico conceito de estrutura:

“...muito mais útil é a palavra estrutura. Boa ou má, é ela que domina os problemas de longa duração. Os observadores do social entendem por estrutura uma organização, uma coerência, umas relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é indubitavelmente um semblante, uma arquitetura; porém, mais ainda, uma realidade que o tempo tarda enormemente em desgastar e em transportar. Certas estruturas estão dotadas de tão larga vida que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de generalizações: obstruem a história, a interrompem e para tanto determinam seu transcorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, sustenta obstáculos. Em tanto que obstáculos apresentam-se como limites (envolventes, em sentido matemático) dos que o homem e suas experiências não podem emancipar-se. Pensando-se na dificuldade de romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, e até determinadas coações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração”.¹⁸

das tensões. São Paulo: Humanitas/FFLCH/Fapesp, 2002. Luiz Felipe Alencastro. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁷ Sergio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 221-260.

¹⁸“...mucho más útil, es la palabra estructura. Buena ou mala, es ella la que domina los problemas de larga duración. Los observadores de lo social entienden por estructura una organización, una coherencia, unas relaciones suficientemente fijas entre realidades y masas sociales. Para nosotros, historiadores, una estructura es indudablemente un ensamblaje, una arquitectura; pero, más aún, una realidad que el tiempo tarda enormemente en desgastar y en transportar. Ciertas estructuras están dotadas de tan larga vida que se convierten en elementos estables de una infinidad de generaciones: obstruyen la historia, la entorpecen y, por tanto, determinan su transcurrir. Otras, por el contrario, se desintegran más rápidamente. Pero todas ellas, constituyen, al mismo tiempo, sostenes y obstáculos. En tanto que obstáculos, se presentan como limites (envolventes, en el sentido matemático) de los que el hombre y sus experiencias no pueden emanciparse. Piénsese en la dificultad de romper ciertos marcos geográficos, ciertas realidades biológicas, ciertos límites de la productividad, y hasta determinadas coacciones espirituales: también los encuadramientos mentales

Nessa perspectiva, as relações de poder - de dominação e subordinação - foram construídas de acordo com a colonização e o povoamento da América Portuguesa. A partir disso, é importante notar como a atuação e a condição feminina transformam-se com o tempo, na longa, média e curta duração. Ou seja, as temporalidades, neste sentido, são importantes para a compreensão das mudanças nos papéis e participações das senhoras paulistas.

Com os limites impostos pela vida material, as atividades cotidianas femininas das famílias senhoriais eram árduas. As tarefas domésticas, nos sítios e nas lavouras eram caracterizadas pelo comando das escravarias, que deveriam tratar da terra, colher os frutos, transportá-los, além de cuidar dos afazeres dos fogos e dos filhos dos senhores.

Enfim, é necessário observar também que o conjunto das mulheres senhoriais é muito diversificado, sendo extremamente difícil e complicado estabelecer um padrão de comportamento. Esta padronização da participação feminina pode levar a uma generalização e simplificação que foge à realidade, pois as diferenças sociais e econômicas entre as proprietárias de indígenas eram marcantes. Umhas senhoras mantinham *status* e maior poder, atingindo as autoridades da vila, outras não conseguiam ter distinção social nem no interior familiar. Algumas mantinham extensas escravarias, de noventa, cem cativos, outras sobreviviam com dificuldade, tendo apenas um ou dois gentios.

Entretanto, geralmente, a administração e os trabalhos da casa faziam parte das incumbências femininas senhoriais, assim como nos pequenos negócios, no pagamento das esmolas e nas tramadas de crédito e débito da vila. Apesar do poder e dos valores patriarcais, as mulheres senhoriais paulistas, freqüentemente, atuavam com relativa autonomia, na sociedade hierárquica, estamental, senhorial e escravista na vila de São Paulo, durante os anos de 1554 e 1640. E, é isso o que se abordará ao longo desse trabalho.

representan prisiones de larga duración”. Fernand Braudel. “La larga duração”. In: *La Historia das ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1970, pp.70-71.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA, FONTES E MÉTODOS:

A HISTÓRIA DAS MULHERES E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

EM PERSPECTIVA

1.1. Estereótipos, mitos e temas

No Brasil, houve inicialmente uma historiografia que discorreu sobre a participação feminina dentro de uma perspectiva senhorial e patriarcal, na qual as mulheres viviam em reclusão, em total opressão no interior doméstico e sem nenhum papel significativo nas transformações econômicas e sociais da América Portuguesa. Além disso, reproduziu uma série de mitos e estereótipos sobre o papel do *gênero* feminino na história da América portuguesa.¹⁹

Na obra clássica de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, publicada em 1929, o autor analisa pela primeira vez os inventários e testamentos paulistas. Debatendo com Olivera Viana, o historiador de São Paulo colonial expõe as difíceis condições de existência dos bandeirantes paulistas que viviam na pobreza, distantes do centro Metropolitano. Com uma abordagem descritiva dessas fontes, compõe um quadro do cotidiano dos bandeirantes, homens valentes que saíam ao sertão. A interiorização e o isolamento fariam da população da vila de São Paulo, uma sociedade pobre, com baixos níveis de riqueza. Todavia, a falta de fortuna era relativizada com a presença de alguns artefatos materiais de relativo luxo do mobiliário, o qual tornava-se mais promissor a medida que se aproximava da mineração.²⁰

Em um contexto de transformações lentas na vida material, as mulheres bandeirantes paulistas eram proprietárias de poucos e escassos bens e escravos. Dedicavam-se aos afazeres domésticos e às roças, cuidando dos próprios filhos e da prole ilegítima dos esposos. “Aproveitemos, porém, a ausência do chefe de família, partido para o sertão ao serviço de Sua Majestade, no descimento do gentio ou no descobrimento de metais e pedras preciosas; e, como a mulher e os filhos estão longe também, no sítio da roça, penetremos, abafando os passos, num desses casarões sorumbáticos da vila adormecida”, dizia o autor ao referir-se às famílias da “aristocracia da colônia”.²¹

Para Alcântara Machado, a família representava a “unidade social da sociedade paulista”, pois ela significava a solidificação dos indivíduos no espaço inóspito do planalto. Ademais, a “congregação familiar” tinha um caráter homogêneo e pacificador.

¹⁹ Para o indiano Homi K. Bhabha, "O estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção que é afirmativo". *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.110.

²⁰ Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1965, “O Mobiliário”, pp. 65-74.

“Organização defensiva, o agrupamento parental exige um chefe que a conduza e governe à feição romana, militarmente. Daí, a autoridade incontestável do pai de família sobre a mulher, a prole, os escravos e também os agregados ou familiares, proprietários livres, que acolhem ao calor da sua fortuna e à sombra do seu prestígio e que lembram a clientela do patriciado”.²²

Nessa perspectiva, o poder inquestionável do patriarca não possuía limites. No entanto, a subordinação e opressão feminina davam-se de maneira passiva e até mesmo por desejo dela. “Acostumada à sujeição e desobediência, a mulher, pupila eterna do pai e do marido. Vive enclausurada em meio às mucamas, sentada no seu estrado, a coser e lavar e fazer renda e rezar as orações, bons costumes em que se resume a sua educação”. Nessa condição, às mulheres apenas restava a sujeição do convento e o matrimônio.²³

Ao lado da família legítima, estavam as uniões entre os colonizadores e as representações das índias concubinas prisioneiras de guerra, que faziam parte dos despojos dos vencedores. No que se refere ao papel das escravas indígenas em São Paulo Machado possui uma posição ambígua. Por um lado, a índia era “robusta e faceira”, estando sempre disponível às investidas dos senhores. Conforme o historiador, o português

"aliviado de escrúpulos e preconceitos que deixou na pátria distante, como bagagem incômoda, à hora da partida, com a sensualidade fustigada pelas solicitações da natureza tropical, pisando a terra da colônia como terra conquistada e consciente da sua superioridade sobre o índio e o africano, o branco não encontra embaraços à atração que o impele para a índia robusta e faceira e para a negra impudente. Nem a ação da lei, num meio desgovernado em que a justiça é ilusória; nem o freio da opinião, num ambiente em que todos são culpados da mesma fraqueza: nem sequer o temor de Deus..."²⁴

Por outro lado, as escravas faziam parte do botim da conquista colonial, tendo o autor notado que

“repetem-se aqui, há trezentos anos, as práticas brutais dos guerreiros de Homero e de Moisés. Preada em combate entre os despojos dos vencidos, a índia passa por direito de conquista a concubina do vencedor. Em sua origem, o concubinato doméstico é então, como sempre em toda a parte, a apropriação conjugal dos prisioneiros de guerra”.²⁵

Em relação às mulheres das famílias “aristocráticas”, o autor ainda afirmou que elas não praticavam leituras, viviam na reclusa, pois somente "na igreja que a mulher tem ocasião de fazer-se e de mostrar-se bela".²⁶ O espaço feminino era reservado ao lar e à

²¹ Ibidem, p. 67.

²² Ibidem, p. 151.

²³ Ibidem, p. 153.

²⁴ Ibidem, p. 157.

²⁵ Ibidem, p. 156.

²⁶ Ibidem, p. 94.

Igreja. Na clausura, ficavam rodeadas de índias, sendo essas últimas representadas como amantes dos esposos e mães dos bastardos mamelucos. Essas cunhãs eram responsáveis por amassar “o barro, misturado-lhe um pouco de cinza; elas que executavam os vasos de serventia doméstica, os camocins funerários, as iguaças imensas de cauim; elas que ornavam, com ingenuidade e graça, de linhas policrônicas ou esguias espirais de argila”. Tais artesanatos caseiros indígenas eram comercializados entre a “arraia miúda” paulista.²⁷

Na obra machadiana, as vestimentas dos paulistas foram divididas conforme os *gêneros*, mas não se distinguiam conforme as diversas segmentações sociais existentes na São Paulo Colonial. O vestuário masculino era constituído por poucas roupas brancas de algodão grosseiro como as camisas e as ceroulas. Já o tecido de linho era ainda mais raro. Na maioria das vezes, as meias utilizadas pelos homens eram de fio de algodão da terra. Conforme aumentava o patrimônio dos estamentos dominantes e se desenvolvia o comércio, apareciam as meias de seda da Inglaterra e depois da Itália. Como adereço, usavam os mantéus – espécie de golas – de algodão, que foram sendo substituídos pelos cabeções de linho. Alguns dos senhores paulistas também levavam consigo armas de punho de prata, adagas e chapéus de feltro de algodão. Ademais, os sapatos eram de couro de porco e veado. Não obstante, a roupeta, o ferragoulo e o calção eram as vestimentas masculinas mais utilizadas no cotidiano da São Paulo Seiscentista.

Para as descidas ao sertão, os bandeirantes deveriam estar bem equipados, com armas de fogo, pólvora e com

“a armadura que o ambiente reclama, encontraram-na os paulistas. São as armas de algodão colchoadas. É o gibão de armas de algodão de vestir, adaptação da velha jaqueta medieval às condições do meio americano. É o escupil usado pelos espanhóis nas guerras contra o gentio do México, do Peru e do Chile. É uma carapaça de couro cru, recheio de algodão, forro de baeta. Tanto basta para proteger o corpo, à maneira das costas de malha, contra a penetração das setas inimigas”.²⁸

Na vila, fazia-se importante o indivíduo que usasse vestimentas coloridas e extravagantes nos dias de festa e de missa, em que os homens se diferenciavam vestindo roupas de seda importada. A transformação da “moda” masculina ocorreu na vila após a década de 1650, quando era “o tempo de casacas de duquesa com gueta de seda, dos casacões de baeta verde, dos coletes, das cuecas. Os coletes são às vezes de chamalote;

²⁷ Ibidem, p. 77.

outras vezes de couro, com mangas de tafetá. Há quem prefira trazer por baixo da casaca uma véstia abotoada com botões de prata”.²⁹

Diferentemente, as roupas femininas, das “senhoras de qualidade”, não sofreram grandes mudanças em relação ao feitiço no decorrer dos seiscentos.³⁰ Conforme Machado, as vestimentas das mulheres da “aristocracia” paulista

“compreende vasquinha, saia de roda exuberante, franzida na cintura; e, ajustado ao busto, o corpinho; e, por cima deste, o gibão, ou jibão; e sobre o jubão ou saio, casaca rabilongo de mangas perdidas, com abertura ao nível dos cotovelos, dando passagem e liberdade aos braços; e, cobrir tudo isso, como se tudo isso não bastasse, o manto. Com muito menos se supõem vestidas as damas da atualidade. E têm razão. Entre outros motivos, porque, parecendo obedecer à intimação das modas peregrinas, se inspiram de fato no figurino guaianás das filhas de Caiubi e Tibiriçá”³¹

Apesar de não haver variação dos feitiços dos vestidos, os tecidos sofriam transformações marcantes. As senhoras Catarina de Siqueira, Maria Bicudo, Catarina de Góes e Izabel Ribeiro eram proprietárias dos vestidos mais caros de Piratininga, tendo a última o “cetro da elegância”, com o vestido de veludo com um manto de seda avaliado em quarenta mil réis.³² Ainda no vestuário feminino, o autor separa a qualidade dos sapatos, entre aqueles de casa e o outro para a saída à Igreja. Dentre os acessórios das senhoras, destacava-se a cinta vermelha, os chapéus, as redes e toucas de prender os cabelos que variavam das mais simples feitas de algodão até as mais complexas de seda com alfinetes de prata.

No final do Seiscentos, com o enriquecimento da vila e a descoberta das minas, o luxo espalhava-se entre todos os estamentos. Em um decreto de 1696, as escravas eram proibidas de utilizar as vestimentas luxuosas adornadas com ouro e prata. Sendo assim, as vestes de luxo ficavam confinadas ao domínio das senhoras.

Faziam parte do espólio das “senhoras elegantes” as jóias as quais denotavam a sua condição social elevada. Brincos, gargantilhas de ouro e prata, pingentes, crucifixos, anéis, raras pulseiras e inúmeros rosários. Como exemplo, o autor apresentou as gargantilhas de d. Ana de Proença, mulher de Pedro Dias, que possuía duas de ouro esmaltado de verde,

²⁸ Ibidem, pp. 240-241.

²⁹ Ibidem, p. 88.

³⁰ Ibidem, p. 89.

³¹ Ibidem, pp. 89-90.

³² Ibidem, pp. 90-91.

branco e azul, com vinte pedras verdes menores e outra maior. Para essas mulheres eram reservados os rosários com cruzeiros de ouro ou de prata.³³

Distantes da cultura erudita, sendo apenas letrada Madalena Hosquor e Leonor de Siqueira, a maioria das senhoras paulistas sabiam coser, bordar e realizar as tarefas domésticas. No entanto, possuíam um espaço de atuação e poder em meio às negociações com as autoridades jurídicas, como no caso de Inez Monteiro:

“Dos incidentes dessa natureza o mais curioso é o que se desenvolve no inventário de Sebastiana Leite, dona viúva pelo capitão Bento Pires Ribeiro. Curioso, não pela substância jurídica do caso, mas pela qualidade das pessoas em lide. Mulher nobre que sempre viveu honestamente e, por graça de Deus, tem e possui com o que pode passar enquanto viver sem que de outrem necessite alguma cousa, pela famosa matrona d. Inez Monteiro, sogra da inventariada, se lhe defira a curadoria dos netos. Não está por isso o capitão Fernão Pais Leme, tio dos órfãos. Na forma e no fundo, pela altivez e pela franqueza que respira, o protesto é bem digno do caçador de esmeraldas. Começa por acentuar que a suplicante está em idade decrépita, passando de oitenta e muitos anos, e tão doente que, para se levantar de um lugar para outro, o não pode fazer sem ajuda. Promete seguir, se lhe derem a curadoria, auxiliar os sobrinhos com sua gente, sem interesse nenhum, assim na lavoura do trigo, como no mais, e também na olaria. E diz, em remate, que, a fazenda de bens móveis e de raiz, não tem outro objetivo senão o de atender às muitas perdas que, de outra forma, os órfãos virão a ter para o futuro. Dá-lhe razão o juiz”.³⁴

Essa senhora fora a principal protetora do filho Alberto Pires, que havia assassinado a esposa d. Leonor de Camargo Cabral. Explicando a vingança dos Camargos, o autor afirmara que

“...certa noite, sabendo que o criminoso se homiziara na fazenda de sua mãe. D. Inês Monteiro, para lá se dirigiam em tumultuoso bando. Posta a casa em cerco exigiram que o assassino lhes fosse entregue, para ser justiciado sumariamente. É então que começa a destacar-se e a crescer a figura da matrona. Na moldura da porta, que se abre de par em par, ela aparece sozinha, com um crucifixo erguido nas mãos trêmulas, e os olhos debulhados em lágrimas. A turba indômita, que a pouco reclamava o sangue do matador, se deixa vencer e desarmar. O réu é entregue á justiça. Vem depois a devassa. Concluído o processo, uma sumaca recebe em Santos o delinqüente, para levá-lo à Bahia, onde deve ser julgado pela Relação. Varando léguas e léguas do sertão bravio, Inez Monteiro vai aguardar no Rio de Janeiro a passagem do filho. Mas antes de lá chegar a embarcação, os adversários, que o escoltam, resolvem executá-lo covardemente: amarram-lhe uma pedra no pescoço e atiram-no mar nas alturas da Ilha Grande. Inez Monteiro volta à São Paulo, e, para vingar a sua criatura, desencadeia e alimenta, irreduzível e implacável, aquela série e infundável de conflitos políticos e de lutas armadas, que durante quase um século ensangüenta e sobressalta a nossa terra”.³⁵

³³ Ibidem, p. 94.

³⁴ Ibidem, p. 121.

³⁵ Ibidem, pp. 223-224.

Enfim, as senhoras “matronas”³⁶ eram subjugadas pelo poder do homem bandeirante, não possuindo espaço de atuação no dia-a-dia familiar e na vida pública e privada de São Paulo. Nessa perspectiva, entendeu-se que as mitológicas mulheres bandeirantes ficavam reclusas ao lar e auxiliadas pela filharada bastarda dos maridos infiéis. Todavia, em momentos de exceção, existiam algumas mulheres como a senhora Inês Monteiro que assumiam posições de mando, ultrapassando a condição de subserviência em relação ao *gênero* masculino. Assim, há no texto de Alcântara Machado uma ambivalência de sentidos, ou melhor, uma contradição, quando este faz referência às atuações das senhoras paulistas.

A condição feminina no interior das relações familiares também foi desenvolvida por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. Em sua obra, publicada pela primeira vez em 1933, trata a família como eixo temático e interpretativo para compreender a realidade colonial e construir um sistema, no qual o chefe familiar liderava as relações de poder econômico e político. Ou seja, era no entorno do senhor de engenho e da sua família que se constituía o núcleo fundador colonial. Dessa forma, a Família passava a ser a instituição mais importante da História Colonial Brasileira.

Sob a perspectiva do patriarcalismo, foram desenvolvidos os temas da lavoura canavieira, da escravidão, das relações de solidariedade, dos núcleos populacionais e administrativos, das tensões sociais, do cotidiano. Todo o contexto social, político e econômico deveriam girar ao redor do governo familiar, senhorial e patriarcal.

Nessa “civilização patriarcal”³⁷, as mulheres, de uma maneira geral, eram compreendidas como sujeitas e subjugadas ao poder do chefe e patriarca, e, conseqüentemente, não possuíam nenhum campo de atuação. Ao descrever a influência da família indígena, o autor acabou difundindo imagens das índias concubinas. Assim, sedimenta, na historiografia colonial, a visão da índia “passiva”, que está sempre à disposição do senhor colonizador branco. Segundo o mesmo,

“o europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixavam-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos

³⁶ Ibidem, p. 161.

³⁷ Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro; Brasília, José Olympio; Instituto Nacional do Livro, 1980, p. 46.

brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho".³⁸

Para Freyre, as mulheres indígenas representavam a transmissão da cultura indígena na sociedade colonial. Entretanto, essa perspectiva acabou por cristalizar imagens estereotipadas e idealizadas das sociedades indígenas e coloniais. As índias, na visão freiriana, se "ofereciam ao amplexo sexual dos brancos"³⁹, pois haveria "uma espécie de sadismo do branco e masoquismo da índia ou negra que teria predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio".⁴⁰

Outro mito produzido pelo historiador do patriarcalismo foi o da "democracia social", originária das relações sexuais entre os senhores e as cunhãs e africanas. As indígenas, portanto, além de serem consideradas como submissas, eram responsáveis pela degradação moral dos conquistadores. Na realidade, essa perspectiva de Freyre da condição feminina na colônia baseava-se, centralmente, na sua leitura dos jesuítas do período quinhentista.

Tanto Machado quanto Freyre reconstruíram o mito do cunhadismo, entendendo que as sociedades indígenas entregavam suas mulheres como concubinas aos senhores colonizadores brancos. Os senhores coloniais é que constituíam seu domínio sobre as sociedades indígenas e acabavam por oprimi-las pela força e controle. Dessa maneira, os homens das camadas senhoriais adquiriam prestígio social e militar.⁴¹

Apesar da sua significativa contribuição à temática da família e da autoridade do poder patriarcal, Freyre interpretou a atuação das mulheres como submissa, enclausurada e totalmente dominadas pelo poder do patriarca. Além do mais, esses autores focalizaram o papel da família, sendo esta o eixo temático para a interpretação da História das Mulheres, que se desenvolveu posteriormente.⁴² Para ambos os autores o núcleo familiar era a o eixo explicativo e interpretativo da sociedade colonial. Isto é, a família, entendida como ponto

³⁸ Ibidem, p. 93.

³⁹ Ibidem, p. 47.

⁴⁰ Ibidem, p. 91.

⁴¹ O termo "camadas senhoriais" foi retirado de Florestan Fernandes. "Aspectos da evolução social de São Paulo". In: *Mudança social no Brasil*. São Paulo/Rios de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 198.

⁴² Sobre a contribuição historiográfica de Gilberto Freyre ver Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. (São Paulo século XVII). Bauru, SP: EDUSC, 2003, pp. 75-81.

de “apoio” e de “organização”, representava o centro, no qual todas as outras instituições e relações eram subjugadas. Além disso, as senhoras eram ausentes das atividades de trabalho e de comércio, daí “o mito da dona ausente”, descrito por Maria Odila Leite da Silva Dias.⁴³

Diferentemente das interpretações anteriores, Adalzira Bittencourt, em *A mulher paulista na História*, construiu de forma épica o mito da mulher bandeirante, heroína de raça branca. Sua obra, produzida na década de 1950, nas comemorações do “Quarto Centenário” da História de São Paulo, apontava para uma outra temática e inseria a História das Mulheres no mundo colonial. Iniciava o seu estudo com a narrativa do encontro entre as índias idealizadas e os colonos civilizados. “Os rapazes ficavam encantados com a notícia das moças morenas, de corpos cor de cobre, talhados em curvas sedutoras, as quais andavam inteiramente nuas e belas...”, dizia logo nas primeiras linhas.⁴⁴

O amor e a formação de família entre a índia Batira e João Ramalho era entendido sob uma ótica idealizada. A partir desse novo núcleo a sociedade paulista encontrava as suas origens, que eram desmembradas com a formação da “mulher civilizada branca”.⁴⁵ E, dentre as mulheres senhoriais, destaca-se a figura de Izabel Dias que, conforme a autora, “deve descerrar as cortinas do pórtico da História da Mulher Paulista, pois que o sangue vem passando de geração em geração nas veias de gente de nossa terra, formando os bandeirantes que alargaram as fronteiras da Pátria, sangue que ainda hoje circula nas veias dos estadistas, dos agricultores, dos industriais, dos poetas, dos operários, e da juventude gloriosa de São Paulo”⁴⁶

No discurso de Adalzira, a mulher bandeirante ganhava ares de senhora matrona e atinge o pedestal, juntamente com os homens bandeirantes, ou a “Raça de Gigantes”, na “Era das Bandeiras”. Nessa sociedade, a condição feminina era auxiliar o homem no avanço civilizatório. E, assim, estava formulado o mito da boa mãe e a imagem da passividade e do caráter cordato da mulher.

“As mulheres são matronas respeitáveis que comungam com os maridos no anseio de dilatar as fronteiras do Brasil.

Dir-se-ia que o entusiasmo era gerado na alma das mulheres, como no laboratório do sagrado de seus ventres é que se formava a raça de heróis e sertanistas ousados. Como poderá a História da bandeirologia esquecer o nome das mães dos titãs?

⁴³ Ver Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, (1ª edição, 1984) 1995, pp. 99-116.

⁴⁴ Adalzira Bittencourt. *A mulher paulista na História*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A., 1954, p. 15.

⁴⁵ *Ibidem*, p.38.

⁴⁶ *Ibidem*, p.17.

Quantos nomes interessantes poderíamos ter guardado, não fosse o hábito de menosprezar as cousas e atos femininos, encobrindo com o descaso os nomes de que eram portadores?

A violeta se esconde sob a folhagem, mas o perfume denuncia o encanto.

As bandeirantes ficaram esquecidas na voz da história, mas os feitos de outra denunciam e põem à mostra o valor daquelas que foram sufocadas no esquecimento absoluto”.⁴⁷

Originária de São Paulo, a mulher bandeirante, formadora da raça paulista, era o modelo ideal feminino para a Pátria, pois fazia parte da sua natureza a inteligência, a bravura e o patriotismo.⁴⁸

Tal imagem feminina se complementa com os estudos das matronas como Ana Pimentel, senhora fidalga e rica, que realizava o sacrifício de trabalhar nas terras de São Vicente para a glorificação da Nova Pátria. Aldazira ainda afirma que

“em chegando ao Brasil, no desconforto da habitação, Ana Pimentel, que vivia no solar dos Duques de Bragança, tem agora por morada uma ligeira habitação de palha. Que importa? A moça palaciana vai se transformando. Trabalha, levanta cedo para ver as suas plantas, atende o gentio; quer cuidar dos homens do mar, dos flâmulos. Manda construir a casa onde viveu, em São Vicente, o pequeno burgo fundado a primeira vez por Cosme Fernandes, e aí vê crescer a cidadezinha com a ajuda dos jesuítas e dos colonos que ali viviam ou os que com ela vieram da Metrópole. Tudo fez para somar as dificuldades encontradas”⁴⁹

Catarina de Lemos, outra mulher estereotipada, era a “mãe branca e civilizada de gente nobre da terra de Bento Gonçalves, e lá foi para o sul a alma bandeirante, nas saias e num coração de mulher”.⁵⁰ Entretanto, outras imagens menos cristalizadas são formadas, como no caso da cigana Francisca Rodrigues, dona de um comércio na vila de São Paulo. Também se destacava Dona Catarina de Siqueira, que era uma das poucas letradas e cultas, proprietária de uma biblioteca considerável.

O texto de Bittencourt destaca-se pelas representações de seu próprio *gênero* e pela repercussão de que as mulheres no período colonial “cuidavam da família e dos negócios e também das lavouras nascentes”.⁵¹

Enquanto as abordagens de Alcântara Machado e Freyre colocaram a atuação feminina no interior da família, sob o domínio e a ótica do senhor patriarcal, Aldazira

⁴⁷ Ibidem, p. 75.

⁴⁸ Ibidem, pp. 80-91.

⁴⁹ Ibidem, pp. 26-31.

⁵⁰ Ibidem, p. 43.

⁵¹ Ibidem, p. 45.

Bitencourt inseriu o papel do feminino subordinado ao poder do Estado. A autora, portanto, submeteu a relação do *gênero* feminino ao poder da “Pátria”, quando afirmava que as mulheres bandeirantes “alargavam as fronteiras do Brasil”.

Enfim, essa historiografia realizou a formação do estereótipo das mulheres totalmente submissas ao sistema patriarcal e das índias sempre disponíveis e sexualmente ativas. Também produziu mitos como o da matrona bandeirante, da mulher enclausurada e da dona ausente das atividades de trabalho. Entretanto, marcou significativamente o debate historiográfico e ainda pode ser retomada para o aprofundamento de questões como a opressão das mulheres em relação ao domínio do senhor colonial, e as condições de vida material das famílias e dos *gêneros* na América Portuguesa.

A partir da década de 1970, o tema da História das Mulheres tornou-se objeto de estudo dos historiadores. Uma vasta produção desenvolveu-se com a finalidade de desconstruir mitos e estereótipos e produzir uma história da atuação feminina, destacando o papel dos subalternos, dos anônimos, enfim, daqueles que haviam sido até aquele momento silenciados pela historiografia.⁵²

No caso da História das Mulheres no Brasil colonial, devem ser levadas em consideração as maneiras de atuação no interior da família patriarcal e senhorial. Essa questão foi abordada por Antonio Cândido em um artigo da década de 1950, no qual destacou que as mulheres adquiriram um espaço no interior da família e sob a subordinação do poder “quase absoluto” do domínio patriarcal.⁵³ Isto é, mesmo havendo amplos poderes do “*pater familias*”, as mulheres senhoriais paulistas desenvolveram um modo de vida, no qual tiveram a possibilidade de atuar nas redes familiares, assim como na economia.⁵⁴

A partir dessa constatação o papel das mulheres no interior da família passa a ser mais valorizado e as pesquisas documentais começaram a ter maior amplitude. Abordando

⁵² Segundo Walter Benjamin, “Em cada época, é preciso arrancar a tradição do conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como Salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Walter Benjamin. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 224-225.

⁵³ Antonio Cândido. *The Brazilian Family*. In: SMITH, T. Lynn. *Brazil Portrait of half continent*. New York, USA: The Dryden Press, 1951.

⁵⁴ Sobre a divisão equitativa do patrimônio em relação aos conjugues ver Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2003.

uma temática da História das Mulheres, até então não estudada, Charles R. Boxer, em *A Mulher na expansão ultramarina ibérica*, realizou uma pesquisa inicial na década de 1970. O autor também aponta para a atuação femininas nas diferentes regiões coloniais ibéricas do Oriente ao Ocidente e destaca as diferentes estratificações sociais, das quais as mulheres faziam parte. Referindo-se à América Portuguesa, ressaltou que

“as mulheres tiveram um papel social importante fora do próprio lar, numa sociedade machista como, sem dúvida, era a sociedade colonial brasileira, quaisquer que sejam as nuances ou modificações reveladas pela futura investigação histórica, a posição das viúvas ricas não sairá diminuída”.⁵⁵

Mas é com Rusell-Woold, no mesmo período, no artigo, *Women and society in colonial Brazil*, que o estudo da História das Mulheres no Brasil foi inaugurado. O autor começou, pela primeira vez, a desconstruir uma série de mitos e estereótipos em relação à condição da mulher, e realizou um primeiro panorama da história da participação feminina na colônia. A partir desse trabalho, outros estudos foram desenvolvidos.⁵⁶

Retomando o debate sobre as mulheres, Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, publicado em 1984, relatou as tramas e as tensões das mulheres no dia-a-dia da vida urbana paulista. Para a autora, uma vasta camada da população feminina livre pobre atuava na economia informal de venda de produtos alimentícios, e por isso, acabava gerando tensões com as autoridades locais. Por meio de uma abordagem do cotidiano, a historiadora retrata os modos de vida das quitandeiras, lavadeiras, tecelãs, costureiras e vendedoras. Essas mulheres alugavam escravas, trabalhavam em roças e conseguiam acumular pequenos pecúlios.⁵⁷

Mesmo abordando sobre a atuação feminina no século XIX, Silva Dias fez referências à condição das mulheres no período colonial. A sobrevivência das camadas despossuídas, que estavam "nas fímbrias do sistema", dependia do labor diário. O trabalho das mulheres solteiras, viúvas, de maridos ausentes, concubinas, senhoras, forras, escravas, brancas, pardas e mulatas fazia parte da dura realidade cotidiana do espaço público da São

⁵⁵ C.R. Boxer. *A Mulher na expansão ultramarina ibérica*. Lisboa: Livros horizontes, LTDA, 1975, pp. 68-69.

⁵⁶ A. J. R. Russel- Woold. “Women and society in Colonial Brazil”. In: *Journal of Latin American Studies*, vol 9, nº 1, 1977, pp. 1-34.

⁵⁷ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995, p.68.

Paulo colonial.⁵⁸ Com a sua análise, a historiadora escova a história das mulheres a "contrapelo", desmontando as imagens cristalizadas e o "mito da dona ausente". Realiza, assim, uma história dos subalternos e critica a historiografia tradicional que condicionava a atuação feminina totalmente presa ao poder masculino.⁵⁹

Embora as mulheres das camadas subalternas conseguissem acumular pecúlio, Silva Dias percebe que, de certa forma, estavam envolvidas nas contradições do sistema colonial, no qual as mulheres sem posses, por um lado, mantinham uma certa autonomia, e, por outro, estavam enredadas às condições de uma economia escravista e rigidamente hierárquica.⁶⁰

Ao abordar essa temática, Silva Dias retomou o debate historiográfico centrado nas questões econômicas e sociais do período colonial. Contudo, chamou atenção para novos caminhos de pesquisa. Embora destaque o papel das mulheres livres pobres na cidade de São Paulo no dezenove, assinalou a necessidade de se estudar a história da atuação feminina no universo da administração do patrimônio e da gerência da mão-de-obra indígena. Segundo a autora, "uma tarefa pendente na historiografia brasileira é justamente a construção do seu papel social, para o que seria necessário separá-lo, à medida do possível, dos mesmos estereótipos, à medida das tensões sociais do processo de colonização".⁶¹

A historiadora ainda coloca em questão a necessidade da integração das mulheres das camadas dominantes nas "conjunturas regionais, tendo simultaneamente presentes os valores ideológicos que as identificaram com o projeto mesmo da colonização dos portugueses, mais a sensibilidade de captar peculiaridades de sua atuação cotidiana e improvisadora".⁶²

⁵⁸ Conforme a historiadora "alguns poucos pomares proibidos, muitas matas, cipós, frutos, pesca, palmitos...Era o que garantia às mulheres mais pobres, não somente a sobrevivência quotidiana mas o convívio a distância tolerado, com a flexibilidade dos laços sociais que a escravidão fomentava: pessoais, violentos, tolerantes no sentido de arroubos contidos...de convívio contíguo e distante; a sua pobreza as marginalizava e as mantinha intactas no convívio forçado da cidade; um capitalismo incipiente e precário, a organização administrativa e policial frouxa, ineficiente; o ver a distância dos mais poderosos...a incapacidade de enfrentar posturas, cercamentos e multas". Idem, pp. 240-241.

⁵⁹ Walter Benjamin realiza uma bela crítica ao historicismo que cristaliza as imagens do passado ao realizar a narrativa Histórica. Para ele "O historicismo culmina legitimamente na história universal (...). A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o vazio". Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 231.

⁶⁰ Maria Odila Leite da Silva Dias, Op. Cit, p. 74.

⁶¹ Ibidem, p. 104.

⁶² Ibidem, p. 105-106.

O tema da História das Mulheres também avançou na década de 1980 com o trabalho de sistematização e tratamento de diferentes conjuntos documentais. Avançando nas pesquisas em fontes primárias e na análise da Família e Demografia Histórica, Eni de Mesquita Samara, em *As mulheres, o poder e a família*, tratou das organizações e estruturas familiares, assim como da atuação feminina no âmbito doméstico. Por intermédio da análise da população nas listas nominativas, nos processos crimes, testamentos e nas *Ordenações Filipinas*, encontrou inúmeras mulheres livres pobres e chefes de fogos nucleares durante o início do século XIX. A partir do estudo das organizações familiares, Samara desenvolveu a abordagem e avançou nas idéias de Freyre e Cândido, ressaltando o papel dos grupos subordinados e dando vozes aos excluídos da História do Brasil Colonial. A autora também considerou a condição social de mulheres pobres, constatando a existência de camadas intermediárias que ultrapassavam a dicotomia social dos senhores e escravos.⁶³

Dando continuidade aos estudos sobre a atuação feminina na década de 1990, as pesquisas avançaram e as interpretações tornaram-se inúmeras. As novas temáticas como Sexualidade, Religiosidade, Mentalidades, Imáginario e Cultura abriram várias possibilidades e modos de análise para a História das Mulheres.⁶⁴ Todavia, devido aos limites metodológicos do trabalho com os inventários e testamentos paulistas, as perspectivas de abordagem da atuação feminina em São Paulo Colonial voltaram-se para o estudo do papel das mulheres nas transformações econômicas e sociais da vila.

Para entender o debate sobre a História das Mulheres, o trabalho de Muriel Nazzari, *O desaparecimento do dote, 1600-1900*, é fundamental. Nessa obra, há dados sobre a história de São Paulo, relacionando as mudanças do dote com as transformações sócio-

⁶³ Eni de Mesquita Samara. "A casa e o trabalho: mulheres brasileiras no século XIX". In: ANAIS do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. São Paulo: FEA/USP, 1991, pp. 277-318. Eni de Mesquita Samara. "Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho no Brasil do século XIX". In: Eni de Mesquita Samara (org.) *As idéias e os números do gênero*. São Paulo: Hucitec/CEDHAL/VITAE, 1997, pp. 23-61. Eni de Mesquita Samara. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

⁶⁴ Ver: Natalie Zimom Davis. *Nas margens: Três mulheres do século XVII*. Companhia das Letras, 1997. Natalie Zemon Davis, *As mulheres por cima*. In: *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Margaret L. King. "A mulher renascentista". In: *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991, pp. 191-227. Leila Mezan Algranti. *Honradas devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993. Mary del Priore. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e*

econômicas pelas quais passava a região durante um longo período. Para ela, "os patriarcas eram representados em seus negócios comerciais não só por seus filhos e genros, como também por suas esposas. Apesar do fato de a maior parte das *mulheres proprietárias* em São Paulo do século XVII serem analfabetas, elas freqüentemente substituíam os maridos".⁶⁵

Ainda na linha de pesquisa sobre a História das Mulheres, da Família e da População em São Paulo Colonial, Eni de Mesquita Samara, em *Famílias, mulheres e povoamento*, teceu um balaço da historiografia referente à família e às mulheres no período colonial, apontou para algumas perspectivas sobre a participação feminina e propôs a análise da atuação das mulheres, pertencentes aos estamentos dominantes, no processo de partilha dos bens e na circulação de patrimônio. Também forneceu exemplos de mulheres senhoriais paulistas, que não só participavam das atividades domésticas, mas também estavam integradas nos processos de povoamento e de expansão da escravidão do gentio. A atuação feminina deve ser entendida, segundo a autora, conforme o contexto e as diferenças étnicas e sociais. Nessa perspectiva, o debate sobre a temática da atuação feminina ultrapassa a perspectiva da família e atinge uma maior autonomia, sendo considerados os papéis e as condições das Mulheres em aspectos mais gerais como os econômicos e sociais. Assim, as atividades femininas de trabalho e comércio atingiam o espaço contínuo e imbricado que existia entre o público e o privado da São Paulo Colonial e ultrapassavam o domínio da família patriarcal.⁶⁶

Em suma, dentre as variadas temáticas referentes à História das Mulheres, deve-se ressaltar a necessidade de estudar a participação feminina nos estamentos senhoriais a fim de compreender melhor a diversidade dos segmentos sócio-econômicos no período colonial. Soma-se a isso, a necessidade de continuar a coletar e analisar os conjuntos de fontes para o desenvolvimento da temática da atuação e condição feminina na colônia e dos diferentes grupos sociais dos quais as mulheres faziam parte.

mentalidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro/Brasília: José Olimpyo/UNB, 1995. Margareth de Almeida Gonçalves. *Império da fé. Andarilhas na era Barroca*. Rio de Janeiro, Rocco, 2005.

⁶⁵ Muriel Nazzari. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo. Cia. das Letras, 2001, p. 32.

⁶⁶ Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. (São Paulo século XVII). Bauru, SP: EDUSC, 2003.

1.2. A documentação

Ao longo do século XVI, os jesuítas conseguiram se comunicar na América portuguesa por intermédio de cartas que fornecem ao pesquisador atual uma ampla variedade de interpretações. Essas correspondências foram transcritas pelo historiador e membro da Companhia de Jesus, Serafim Leite na sua obra: *Monumenta Brasiliae*. Tal transcrição abrange o período de 1549, da chegada dos inacianos liderados por Manuel da Nóbrega, o chamado “Principal”, até 1562, quando se instalam definitivamente na América portuguesa.⁶⁷

Contudo, em meio às amplas possibilidades analíticas, neste trabalho, escolheu-se tratar da constituição dos mitos, estereótipos, ou imagens cristalizadas, produzidas pelos membros da Companhia de Jesus na América Portuguesa, em relação ao *gênero* feminino. Posteriormente, será discutida a importância dos testamentos e inventários da vila de São Paulo dentre os anos de 1574 a 1640.

Encontra-se um quadro das principais fontes levantadas no período, as quais se referem ao discurso oficial e jesuítico. Não havendo relatos das mulheres desse tempo, foi necessário partir dos textos construídos pelos homens para elaborar uma História das Mulheres sobre o viés das narrativas do *gênero* masculino, que os demonstram valores patriarcais, misóginos e escravistas.

As imagens femininas nas cartas jesuíticas

“...as mulheres faziam grande grita geralmente chorando seus maridos, parentes, outras chorando os mortos. Ó quantas lágrimas, quantos gemidos e gritos não por culpas, não por pecados, senão por antigo e cego costume”⁶⁸

Padre Francisco Pires

As índias brasílicas foram representadas nos textos jesuíticos como mulheres selvagens, pecadoras, por realizarem práticas de trabalho para o sustento das tribos e pelos

⁶⁷ Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.1-4, 1956-1960.

⁶⁸ “Carta do P. Francisco Pires aos padres e irmãos de São Roque, Lisboa. Da Bahía, 30 de julho de 1559”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.3, 1958, p.109.

rituais lacrimosos. No entanto, pode-se verificar que as mulheres gentílicas possuíam um importante papel na sociedade colonial no seu primeiro século, pois elas eram o sustentáculo da exploração da força de trabalho escrava.

No decorrer da segunda metade do Quinhentos, os inácianos preocuparam-se com a catequização e a conversão da população indígena. Por isso, eles trouxeram muitas referências sobre os mitos, estereótipos e as condições de vida das mulheres gentis. Sendo assim, as informações sobre as cunhãs são de fundamental importância para se entender o processo de trabalho escravo comandado pelas mulheres senhoriais.

A partir disso, há a necessidade de desconstruir os mitos e estereótipos dos discursos jesuíticos sobre as índias, tendo-se o intuito de pensar também sobre a violência dos tratamentos senhoriais, principalmente o masculino, sobre as escravas cunhãs.

Recém chegado na América portuguesa, o jesuíta Manuel da Nóbrega parece inaugurar o estereótipo da índia pecadora, sendo o pecado entendido como natural, ou original. Segundo o jesuíta,

“Nesta terra há um grande pecado, que é terem os homens quase todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres. E estas deixam-nas quando lhe apraz o que é grande escândalo para a nova Igreja que o Senhor quer fundar. Todos se me escusam que não tem mulheres com que se casem, e começo eu que casariam se achassem com quem, e tanto, que uma mulher, ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam sobre ela a quem a haveria por mulher, e diziam que lha queriam forrar. Parece-me cousa muy conveniente mandar S. A. algumas mulheres, que lá tem pouco remédio de casamento, a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casaram todas muy bem, com tanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que todas casam muito bem, porque é terra muito grossa e larga, e uma planta que se faz uma vez dura X anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam logo os ramos e logo arrebentam. De maneira que logo as mulheres teriam remédio de vida, e estes homens remediarão suas almas, e facilmente se povoaria a terra”.⁶⁹

Na sua perspectiva, aos novos colonizadores não haveria a salvação das almas se continuassem a conviver com as “Evas tupinambás”.⁷⁰ Era preferível povoar a colônia com mulheres desregradas a conviver com as gentis que estavam sempre disponíveis ao homem branco colonizador. O Provincial, como era chamado, continuava a tratar as cunhãs como o Mal imposto aos povoadores no Quinhentos. Em 1552, escrevia ao rei D. João III (1502-1557), reclamando a vinda de mulheres brancas, pois achava que somente assim os

⁶⁹ “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao Simão Rodrigues, Lisboa. Da Baía, 9 de agosto de 1549”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.1, 1956, pp. 119-120.

colonizadores poderiam ser salvos dos costumes maléficos dos gentílicos (poligamia, ritual antropofágico).⁷¹

O estereótipo da índia pecadora, por um lado, se disseminou por meio do discurso jesuítico, no qual as cativas possuíam naturalmente o dom do pecado e do diabo, e estavam sempre dispostas ao desejo sexual dos senhores. De outro, os inacianos narraram os modos de vida das mulheres e das populações indígenas, demonstrando a possibilidade de salvação pela fé. Esse discurso jesuítico possuiu, portanto, um caráter extremamente ambíguo ao se referir à condição e à atuação feminina na América Portuguesa.

A representação estereotipada da índia concubina, nua e maléfica, cristalizou-se intensamente na Capitania de São Vicente e nos campos de Piratininga.⁷² As indígenas, então, levavam o senhorio ao pecado do concubinato. Para o inaciano Ambrosio Pires, essas “concubinas”, ou “amancebadas” como eram chamadas, enganavam facilmente os senhores desejando serem mancebas dos poderosos colonos brancos.⁷³

Os jesuítas acabavam por propagar, portanto, a conversão dos gentios por meio das “casas” religiosas para o ensinamento das crianças indígenas, assim como as práticas dos sacramentos do batismo e do casamento. Nessa perspectiva, visavam normatizar os costumes gentílicos e cristianizá-los.⁷⁴

Nesse processo de catequização, as índias foram o alvo principal, pois representavam o empecilho à conversão. Daí, então, a constituição das imagens negativas sobre as índias nos discursos jesuíticos. Assim como os estereótipos, o mito da mulher indígena como o objeto de alianças luso-tupi foi construído pelo discurso inaciano. Para eles, os índios entregavam suas filhas e esposas para o domínio do poder masculino, colonizador e branco, como forma de realizar alianças familiares. Nascia, assim, a idéia

⁷⁰ Ver o artigo de Ronald Raminelli. “Eva Tupinambá”. In: PRIORY DEL, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 11-43.

⁷¹ “Carta do P. Manuel da Nóbrega a D. João Rei de Portugal. Da Baía, princípios de julho de 1552”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.1, 1956, p. 344.

⁷² “Carta do Ir. José de Anchieta por comissão do padre Manuel da Nóbrega ao padre Inácio de Loyola, Roma. De Piratininga, julho de 1554”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.2, 1956, pp.77-78.

⁷³ “...as mulheres quá andão nuas e são tão roins, que andão atrás estes moços pera peccarem com elles e enganão-nos, e elles que facilmente se deixão enganar” “Carta do P. Ambrosio Pires ao P Diego de Mirón, Lisboa. Da Baía, 6 de junho de 1555. Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.2, 1956, p. 230.

mítica do cunhadismo. Esse pensamento, na verdade, se constituía na falsa suposição de que para os indígenas era uma honra ser cunhado do colonizador.⁷⁵

Na realidade, ter as índias concubinas sob o jugo e domínio era importante para os homens senhoriais. Ou seja, ter um “harém” de índias concubinas demonstrava o prestígio senhorial. Além de serem tratadas de forma objeto pelos senhores, as índias, escravas ou concubinas, representavam *status* e poder social dos conquistadores de terras, patrimônio e escravaria.

No discurso jesuítico, então, sedimentou-se a imagem da índia concubina e pecadora, e o mito do cunhadismo. Entretanto, como já apontado anteriormente, esse mesmo discurso acabou por relatar práticas e costumes dos colonos frente às populações indígenas. É necessário ressaltar também a resistência dessa mesma população frente ao processo de conquista realizado pelos colonizadores.

Os “Guerreiros de Cristo”, como se denominavam os jesuítas, descreviam a dissociação das sociedades indígenas, com os conflitos internos entre os casais gentílicos. Ainda em relação às famílias indígenas, os jesuítas acabavam por propagar, portanto, a conversão dos gentios por meio das “casas” religiosas para o ensinamento das crianças indígenas, assim como as práticas dos sacramentos do batismo e do casamento. Nessa perspectiva, visavam explicar a degeneração dos costumes gentílicos e cristianizá-los.⁷⁶ De acordo com Anchieta, os curumins

“nascendo como rosas de espinhos, regenerados pela água do batismo são admitidos em as moradas eternas: porque não somente os grandes, homens e mulheres, não dão fruto, não se querendo aplicar à fee e doutrina cristã, mas ainda os mesmos mochachos, que quase criamos a nossos peitos com o leite da doutrina cristã, depois de serem já bem instruídos, seguem a seus pais primeiro em habitação e depois em costumes”⁷⁷

Pero Correa, na capitania de São Vicente lamentava o processo de escravização dos indígenas e a sua movimentação populacional causada pelos maus tratos dos colonos. Para ele,

⁷⁴ “Carta do Ir. José de Anchieta ao Provinial de Portugal. De Piratininga, fim de dezembro de 1556”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 2, 1956, p. 313.

⁷⁵ “Carta do Ir. José de Anchieta ao padre Diogo Laines, Roma. De São Vicente, 8 de janeiro de 1565” In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1960, p. 129.

⁷⁶ Para a visão dos índios como “seres degenerados” ver Raminelli, Op. Cit., pp. 40-43.

⁷⁷ “Carta do Ir. José de Anchieta ao Provinial de Portugal. De Piratininga, fim de dezembro de 1556”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 2, 1956, p. 313.

“Agora está todo mucho emendado, porque a 3 anos que neste collegio les hablo siempre de Dios y les tengo estrañado mucho este pecado y los demás, y no ai ia ninguna que quiera consentir lo que de antes consentia y muchas vezes se me embían muchas a quexar que los maridos las tratam mal por no les consentir sus malas costumbres. Yo las animo siempre diziéndoles que más vale que sus maridos les quiebres los hocios que tal consientan, que sufran todo lo que les hizieren por amor de Dios, delante el qual tendrán mucho merecimiento y ubo tales a las quales sus maridos les dieron de puñaladas y les hizieron muchos males, y dezian claramente que bien podian matar, mas que ia no avían de consentir en aquel pecado. Los sclavos e sclavas cristianas que no savían que cosa era Dios, ya agora acuden mejor a la confisión que los hombres blancos, loores a Christo”⁷⁸

A transformação na organaização, ou na estrutura social, da população indígena pode ter sido também causado pelas relações de violência propagadas pelos estamentos senhoriais, que eram duramente criticadas pelos inacianos. O padre Antonio Belásquez era um dos jesuítas que narrava as lamúrias das índias escravas, as quais não escapavam do poder senhorial masculino. Segundo o inaciano, “acham-se já índias escravas dos cristãos que amolestadas nas confissões que não pequem com seus senhores nem outrem ninguém, antes se deixam espancar e se oferecem a matarem-nas antes que tornarem ao pecado passado”.⁷⁹

O padre Anchieta, conhecedor profundo dos campos de Piratininga, descrevia explicitamente as “relações ilícitas” entre os senhores e as escravas. Para ele,

“Vense em muchos, maxime em las mugeres assí libres como escravas, muy manifestos señales de virtud, principalmente em huir y detestar la luxuria, la qual como sea ommún pernice del género humano, en esta gente parece que tuve siempre no solamente imperioso señorío mas aún tyrannía mui cruel, lo qual, como sea verdad es mucho para espantar y digno de grande los quantas victorias y triumphos las maltraten con bofetadas, puñaladas y açoites por no consentir al pecado; otras despretian los dones que les ofrecen los mancebos deshonestos; otras a quien por fuerça les quieren robar su castidad defiendense no solamente repugnado com la voluntad, mas aún con clamore, manos y dientes hazen huir los que las quieren forçar. Una acometida por uno y pergunta da cuya esclava fuesse, respondió. ‘De Dios soy, Dios es mi Señor, a él te conviene hablar si quieres alguna cosa de mi’. Con las quales palabras se fué el vencido y confuso, y contávalo después a otras grande admiración”⁸⁰

Nas narrativas jesuíticas, são encontradas referências sobre a escravidão dos gentios, que parece se tornar cada vez mais intensiva no decorrer da segunda metade do Quinhentos. Nóbrega, dentro da ambigüidade do discurso jesuítico, afirmava que “...estes

⁷⁸ “Carta do Ir. Pero Correa ao Simão Rodrigues, Lisboa. Da capitania de São Vicente, 10 de março de 1553”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1960, p. 438-439.

⁷⁹ “Carta do quadrimestre de janeiro até abril de 1556, pelo Ir. Antonio Belázquez. Da Bahia, maio de 1556”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 2, 1956, p. 273.

pecados tem sua raiz e princípio no ódio geral que os cristãos tem aos gentios, e não somente lhes alvorecem os corpos, mas também lhes alvorecem as almas, e tudo estorvam e tapam os caminhos que Cristo Nosso Senhor abriu para se elas salvarem, os quais direi a Vossa Majestade, pois já comecei a lhe dar conta da minha dor”.⁸¹

As velhas tupinambás, de seios caídos, que realizavam a antropofagia e o desregramento sexual, foram outra construção de imagens do período. Estudando a formação deste estereótipo na colonização, o historiador Ronald Raminelli concluía que

“as velhas índias, portanto, encarnam esse estado avançado da decrepitude, ressaltado em seu pendor para os prazeres da carne. Os desvios da sexualidade e o gosto pelo respaldo canibal constituem indícios inegáveis de sua degeneração. Os homens, por sua vez, foram poupados pelos missionários e viajantes e não eram vistos pela mesma forma. Em relação às representações do sexo masculino, as das velhas receberam uma dupla carga estereotipada: primeiro, por serem mulheres; segundo, por suas idades avançadas. Em suma, elas simbolizavam o afastamento das comunidades ameríndias da cristandade e, sobretudo, a inviabilidade de se prosseguir com os trabalhos de catequese e de colonização. Esses seres degenerados eram incapazes de participar da nova comunidade inaugurada no Novo Mundo. A irreversibilidade dos costumes e de sua moral tornava-as um entrave ao avanços da colonização. As velhas de seios caídos personificavam, nessa perspectiva, a resistência indígena contra os empreendimentos coloniais europeus”.⁸²

Para os jesuítas, tanto as mulheres senhoriais quanto as mulheres escravas indígenas deveriam ter seus costumes normatizados pelos sacramentos do batismo e do casamento. Além da religiosidade e do recato, era valorizado o trabalho na fiação e costura. Segundo o padre Rui Pereira, “as moças, com as mais mulheres, se vão depois da doutrina a fazer seus serviços e a fiar para terem pano que se cubram, das quais muitas andam já cobertas”.⁸³

O jesuíta Francisco Pires notava um interessante aspecto da atuação das cunhãs. Conforme o autor, “as mulheres faziam grande grita geralmente chorando seus maridos, parentes, outras chorando os mortos. Ó quantas lágrimas, quantos gemidos e gritos não por

⁸⁰ “Carta do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes, Roma. De São Vicente, 1 de junho de 1560. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1960, pp. 438-439.

⁸¹ “Carta do P. Manuel da Nóbrega a Tomé de Souza, antigo governador do Brasil, Lisboa. Da Bahia, 5 de julho de 1559”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1960, pp. 256-257.

⁸² Ronald Raminelli, *Op. Cit.*, p. 43.

⁸³ “Carta do P. Luiz Pereira aos padres e irmãos de Portugal. Da Bahia, 15 de setembro de 1560”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 3, 1958, p.294.

culpas, não por pecados, senão por antigo e cego costume”.⁸⁴ Entendendo o choro como um costume antigo, o inaciano não levava em conta o processo do colonizador e a influência desse na sociedade indígena. Possivelmente, esse fato significava a percepção por parte do gênero feminino indígena da desarticulação da sociedade indígena com o avanço colonizador, sendo possivelmente uma forma de participação dessas mulheres. Diferentemente, os homens indígenas, principalmente os tupinambás, atuavam na sociedade colonial por meio da guerra.⁸⁵

Raramente os jesuítas se referiram às mulheres senhoriais. Em uma das raras passagens em que eram citadas as mulheres senhoriais da colônia, Anchieta enfatizava o fausto da riqueza nas vestimentas e nas jóias, como também do ideal de vida ocioso dos estamentos senhoriais e das mulheres do açúcar. Para ele,

“Os homens e mulheres portugueses, nesta terra se vestem limpamente de todas as sedas, veludos, damascos, raízes e mais panos finos como em Portugal, e nisto se tratam com fausto, máxime as mulheres que vestem muitas sedas e jóias e creio que levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, às de Portugal e todos, assim, homens como mulheres como aqui vêm se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazendas de açúcar por onde reina o ócio e lasciva e o vício da murmuração geralmente”.⁸⁶

Enquanto as mulheres senhoriais estavam no comando da escravaria, o grupo social oposto, isto é, o das mulheres indígenas, trabalhava nas roças, no fuso e nas rocas das famílias senhoriais. A mão-de-obra escrava feminina, portanto, passava a ter uma certa especialização com a presença e atuação econômico-social das mulheres tecedeiras indígenas. Conforme o padre Luiz Pereira, “aos domingos, depois da missa, vinham as mulheres com suas esmolas de farinha e peixe, e ofereciam as diante do altar, e às vezes em tanta quantidade que não tinham os nossos, que ai residiam, em que as recolher, até os Padres Iho veio a defender. E isto, afora as esmolas que cada dia traziam a casa ora uns ora outros”.⁸⁷

Em suma, as mulheres escravas indígenas eram, por um lado, reprimidas, estupidadas, escravizadas e deslocadas da sociabilidade indígena pelos senhores. Por outro,

⁸⁴ “Carta do P. Francisco Pires aos padres e irmãos de São Roque, Lisboa. Da Bahía, 30 de julho de 1559”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, v.3, 1958, p.109.

⁸⁵ Sobre o papel da guerra do gênero masculino tupinambá ver Florestan Fernandes. *A função da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970, pp. 147-191.

⁸⁶ Joseph de Anchieta. *Cartas, informações e fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 426.

resistiam ao processo de conquista senhorial por intermédio das lágrimas, dos gritos e das reza, sendo relativo aos espaços de atuação. Além do mais, a importância histórica dessas mulheres está tanto nas relações ambíguas de domínio e de resistência, quanto na formação de um grande contingente de mão-de-obra.

Contudo, havia no discurso jesuítico uma diferença entre os *gêneros* nas representações construídas, sendo a feminilidade indígena entendida pela sexualidade, pelos rituais lacrimais e pela exploração do trabalho e de maneira diferente a masculinidade dos gentis era identificada com as atividades bélicas.

Testamentos e Inventários

A partir do final do século XVI, surgiam os testamentos da vila de São Paulo, que por meio dos seus dados, fornecem inúmeras possibilidades de interpretações. Dentre os amplos espectros de assuntos, destacam-se as informações sobre a vida religiosa e material dos moradores da vila.

Esse conjunto documental revela as disposições de última vontade dos indivíduos em relação ao destino do patrimônio, além das posições do testamenteiro sobre a religiosidade e a família. Ou seja, ele faz parte da “ordem volitiva”, na qual os testadores expressavam os seus desejos finais.⁸⁸

Em decorrência da quantidade e variedade dessa série de fonte foi realizado um banco de dados do programa Access/2000, em que se extraíram os dados empíricos da pesquisa. Convencionou-se dividir a descrição em 6 partes, nas quais são apresentadas em linhas gerais como o testamento era organizado pelos escrivões: Invocação da Santíssima Trindade; localização e data do documento; identificação do testador (nome); disposição dos legados espirituais, local de sepultamento, forma de sepultamento, número, locais e para que santo são rezadas as missas; disposições e legados materiais (doações/esmolas,

⁸⁷ “Carta do P. Luiz Pereira aos padres e irmãos de Portugal. Da Bahia, 15 de setembro de 1560”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 3, 1958, p. 302.

⁸⁸ Para a análise da vida material escolheu-se a abordagem braudeliana. Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1, 1997.

dotes, terça, partilhas de escravos indígenas, débitos e créditos); disposições gerais (escrivão, testamenteiro, herdeiros).

Os testamentos paulistas faziam parte dos rituais de morte e da religiosidade da sociedade. As mulheres testadoras, muitas vezes, declaravam as suas relações de compadrio, com os familiares (pais, cônjuges, filhos, primos, tios, cunhados e cunhadas, genros e noras, sogros e sogras), a vizinhança, escravaria, e, no caso da vila de São Paulo, com outros moradores e autoridades (freis, jesuítas, padres, juízes, oficiais da câmara, tabeliões). Também foram analisados os testamentos dos homens senhoriais, os quais muitas vezes deixavam dotes às filhas esmoladas às Igrejas, relatavam para quem queriam deixar suas legítimas.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se a superioridade numérica e proporcional de testamentos do *gênero* masculino em relação ao feminino, que pode ser explicado, talvez, pela maior mortandade masculina, já que os homens saíam para o sertão em busca de índios ou de riquezas, ou iam ao litoral para realizar negócios.

Tabela 1
Testamentos por gênero
Vila de São Paulo
(1575-1640)

Anos	Masculinos		Femininos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1590-1600	8	53,4	7	46,6	15
1601-1610	13	81,3	3	18,7	16
1610-1620	22	53,6	19	46,4	41
1621-1630	22	52,4	20	47,6	42
1631-1640	46	73,0	17	27,0	63
Total	111	62,7	66	37,3	177

Fontes: Inventários e testamentos (1575-1640). São Paulo: DAESP, vols.1-44, 1921-1977.

Outro corpo documental utilizado foram os inventários paulistas do período Quinhentista e Seiscentista. De uma maneira geral, nessas fontes havia o arrolamento e a partilha do patrimônio tanto do inventariado, ou inventariada quanto do seu cônjuge, caso fosse casado. Essa documentação era escrita por um escrivão, do Juizado dos Órfãos da vila

de São Paulo, logo após a morte da inventariada ou do inventariado, sendo que o término do processo de distribuição de bens poderia se arrastar por anos a fio. Logo, os inventários paulistas são fontes seriais, que tem como um dos aspectos mais relevantes o sistema de herança, do qual participava toda a família senhorial – esposo, pais, avós, filhos, genros, cunhados e outros parentes.

Para um melhor entendimento desse corpus documental, optou-se por elaborar duas formas diferentes e complementares no banco de dados. Na primeira, procedeu-se à estruturação da documentação. Na segunda parte foi realizado o levantamento dos temas mais importantes para essa pesquisa, assim como algumas observações dos dados quantitativos (tabelas e quadros) e qualitativos sobre o conjunto dos mesmos.

Os inventários possuem um caráter extremamente heterogêneo, porém, é possível distinguir alguns temas que mantêm maior recorrência. Descrever essa série documental, portanto, é essencial para se entender alguns aspectos formais do processo da sua constituição. A descrição a seguir é dividida em 7 partes, que, na verdade, facilitam a visualização do banco, contendo: intróito (data, localidade, juiz, escrivão, estado conjugal), notificação dos avaliadores; rol dos herdeiros (filhos, esposo atual); arrolamento dos bens materiais e escravos indígenas (cartas de terras, benfeitorias, animais de criação, estoques, bens domésticos, ferramentas, bens pessoais, metais, jóias, dinheiro); dívidas e créditos; relações de escravos indígenas; folha de contas (monte-mor, monte-menor, metade do cônjuge, terça, processo de partilha, partilha dos escravos indígenas).

Para os escravos encontrados nos inventários foi produzido um banco de dados específico, o qual buscava conter as seguintes informações: nome do inventariado; data do inventário; local do inventário; nome; estatuto jurídico; valor; etnia; ocupação; estado conjugal; nome do cônjuge; idade; filhos; sexo; a presença ou ausência de família; nome paterno; nome materno; nome dos irmãos e observações. Não obstante, nem todos os inventários continham todas essas referências listadas acima.

Nota-se, na análise da fonte, que há poucas referências sobre as ocupações e as relações de compadrio e de sociabilidade dos indígenas. Foram escassas as referências encontradas sobre as condições étnicas dos cativos. No entanto, os dados se referem na maioria das vezes aos Carijós. De modo contrário, as relações familiares são explicitadas freqüentemente nos inventários paulistas, havendo referências significativas sobre as

relações de parentesco dos índios. Havia também outras famílias constituídas por pequenos núcleos familiares. Todavia, a maioria da população cativa era constituída majoritariamente por famílias fragmentadas, como mães solteiras ou homens e mulheres sós.

Em relação aos indígenas, é ainda necessário lembrar que eram arrolados como “forros” e, na maioria das vezes, não possuíam valores em réis, como os bens materiais dos paulistas.

Nos inventários verifica-se a existência de elementos importantes para a vida social e material da vila. Benfeitorias, artefatos materiais, produtos alimentícios, animais, relações de crédito e débito, bem como as escravarias indígenas aparecem como um conjunto de patrimônio a ser partilhado na herança.

Os 210 inventários paulistas, dentre os anos de 1554 e 1640, fornecem informações de relevo sobre as mudanças no patrimônio e na organização social dos moradores da vila de São Paulo, cuja diversidade de condições econômicas e sociais vale a pena destacar. (Tabela 2)

Tabela 2
Número de inventários
Vila de São Paulo
(1575-1640)

Anos	Femininos		Masculinos		Total
	Número	%	Número	%	
1575-1600	5	45	6	55	11
1601-1610	3	20	12	80	15
1611-1620	25	44	32	56	57
1621-1630	21	44	27	56	48
1631-1640	24	30	55	70	79
Total	78	37	132	63	210

Fontes: Inventários e testamentos (1575-1640). São Paulo: DAESP, vols.1-44, 1921-1940.

No que se refere aos dados do ciclo de vida feminino, tais como faixa etária, etnia, relações familiares com os pais, mães e demais parentes, são limitados quando se trata da documentação serial desses inventários. Entretanto, nota-se que o mercado matrimonial era amplo, sendo que as mulheres senhoriais podiam se casar mais de uma vez. Além disso,

freqüentemente, acabavam falecendo ainda em idade reprodutiva, deixando filhos pequenos, os quais ficavam dependentes dos tutores.

As famílias senhoriais tinham o patrimônio contabilizado de dois modos. No primeiro, chamado de monte-mor, ou, patrimônio bruto era arrolada a soma dos bens do casal, incluindo os débitos contraídos. Diferentemente, o segundo, patrimônio líquido, ou, monte-menor, era constituído pelos bens com a exclusão das dívidas passivas. No entanto, esse último tipo de contabilidade nem sempre era descrito no inventário. Ou seja, muitas vezes, omitia-se o valor líquido do espólio.

Vale destacar que para o presente trabalho foi necessário utilizar os inventários dos senhores e das senhoras, pois o monte-mor era relativo aos bens do casal em conjunto. Ademais, como havia um maior número de homens com inventários (63%) as viúvas tinham possibilidade de administrar os bens dos maridos. Ou seja, como a mortalidade masculina era maior, o espaço feminino de atuação, possivelmente, era mais significativo, apesar da necessidade dessa de precisar de um procurador para a representar no sistema jurídico do juizado de órfãos da vila.

Encontra-se um número de 132 inventários de homens, contendo informações relevantes sobre os caminhos do patrimônio e sobre a atuação feminina, pois estando em viuvez, as mulheres eram obrigadas a controlar o patrimônio e a pagar e receber as dívidas do marido. Diferentemente, nos inventários das mulheres, em quantidade de 78, nota-se a constituição da riqueza familiar e os frutos dos trabalhos e negócios que as inventariadas realizaram durante a vida.

Para analisar os testamentos e inventários, a historiografia atual utilizou-se de vários modos interpretativos.⁸⁹ No entanto, a principal abordagem escolhida para compreender a atuação das mulheres senhoriais foi a categoria de análise *gênero*.

⁸⁹ Dentre os trabalhos que se utilizaram dos testamentos e inventários no período colonial das mais variadas perspectivas estão: John French. “Riqueza, poder e mão-de-obra em uma economia de subsistência”. In: *Revista do Arquivo Municipal*: São Paulo, 1982. Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório de engenhos do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. John Manuel Monteiro. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

1.3. Modos e categorias de análise

“...há uma incômoda ambigüidade inerente ao projeto da História das Mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história”.⁹⁰

Joan W. Scott

A partir de meados da década de 1980, várias questões importantes passaram a permear o debate sobre a abordagem da História das Mulheres. A perspectiva teórico metodológica de *gênero*, transformou-se em um modo diferente de analisar as modificações da atuação e condição das mulheres.

O estudo de *gênero* foi constituído por Joan Scott. Realizando um balanço crítico da historiografia da História das Mulheres, a autora norte-americana defendia a necessidade da utilização do conceito de *gênero*. A partir disso, defendia a não naturalização da desigualdade e da opressão em relação aos “sexos”. Desse modo, a autora colocava a questão da diferença social, econômica e cultural entre as mulheres e os homens e não da distinção biológica.

Ela “rejeita as explicações biológicas, das quais encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, que advém do fato da capacidade da mulher dar a luz e dos homens terem maior força muscular. Contudo, *gênero torna-se um caminho de denotar ‘construções culturais’ – uma ampla criação de idéias sobre o papel das mulheres e dos homens*. Esse caminho se refere à origem social exclusiva das identidades subjetivas do homem e da mulher. *Gênero, nessa definição, é uma categoria social imposta em um corpo sexual*. *Gênero* parece tornar-se uma palavra utilizada particularmente prolifera nos estudos sobre sexo e sexualidade, que para isso oferece um caminho de prática sexual diferenciada daqueles papéis designados para os homens e mulheres”.⁹¹

⁹⁰ Joan W. Scott. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 75.

⁹¹ “Its use rejects biological explanations, such as those that find a common denominator for diverse forms of female subordination in the facts that women have the capacity to give birth and men have greater muscular strength. Instead, gender becomes a way of denoting ‘cultural constructions’ – the entirely social creation of ideas about appropriate roles for women and men. It is a way of referring to the exclusively social origins of the subjective identities of men and women. *Gender* is, in this definition, a social category imposed on a sexed body. Gender seems to have become a particularly useful word as studies of sex and sexuality have proliferated, for it offers a way of differentiating sexual practice from the social roles assigned to women and men” Joan W. Scott “Gender: a useful category of historical analysis”. In: *The American Historical Review*, vol. 91, n° 5, dec., 1986, pp. 1056-1057.

Nessa perspectiva, também aponta para a necessidade de se compreender as diferentes temporalidades relativas aos *gêneros*. Isto é, para as “continuidades” e “descontinuidades” das questões das desigualdades e diferenças entre mulheres e homens.

Em síntese, a autora propôs no artigo “*Gender: a useful category of historical analysis*”, pensar em uma perspectiva analítica que utilizasse, de forma dialética, as relações das categorias *gênero*, raça e classe. A partir do conceito de “desconstrução” dos discursos, formulou um interessante modo de análise, na qual o interesse estava nas relações de poder.

A historiadora fornece uma significativa reflexão sobre os problemas da utilização da interpretação do patriarcado, que fora uma abordagem muito importante para as feministas marxistas do período anterior. Para Schott,

“teoristas do patriarcado têm chamado a atenção para a desigualdade entre homens e mulheres em importantes direções, mas, para historiadores, as suas teorias colocam problemas. Em primeiro lugar, enquanto elas oferecem uma análise interna para o próprio *sistema de gênero*, elas também defendem o primado desse sistema em todas as organizações sociais. Mas, as teorias do patriarcado não demonstram *como a desigualdade de gênero estrutura todas as outras desigualdades*, ou, de fato, como *gênero* afeta aquelas áreas da vida que não se parecem conectadas com esse problema. Em segundo lugar, se a dominação advém da forma da apropriação masculina da reprodução do trabalho feminino ou na objetificação sexual da mulher pelo homem, a análise apóia-se na diferença física. Qualquer diferença física traz um aspecto universal e imutável, ainda que se os teóricos do patriarcado levam em conta a existência de formas transformadoras e *sistemas de desigualdades de gêneros*. Uma teoria que se baseia em uma única variável de diferença física propõe problemas para o historiador que empreende uma consistência ou um significado inerente para o corpo humano – fora da construção social ou cultural – e então a a-historicidade do próprio *gênero*. A história passa a ter um sentido *epifenômeno*, provendo infinitas variações de temas imutáveis em uma desigualdade fixa de *gênero*”. [grifo do autor]⁹²

Dessa forma, o patriarcado deve ser compreendido dentro de um contexto histórico específico. Além disso, a autora chama a atenção para importantes questões. “*Como a desigualdade de gênero estrutura todas as outras desigualdades?*”. Como são transformados os

⁹² “Theorists of patriarchy have addressed the inequality of males and females in important ways, but, for historians, their theories pose problems. First, while they offer an analysis internal to the gender system itself, they also assert the primacy of that system in all social organization. But theories of patriarchy do not show how gender inequality structures all other inequalities or, indeed, how gender affects those areas of life that do not seem to be connected to it. Second, whether domination comes in the form of the male appropriation of the female’s reproductive labor or in the sexual objectification of women by men, the analysis rests on physical difference. Any physical difference takes on a universal and unchanging aspect, even if theorists of patriarchy take into account the existence of changing forms and systems of gender inequality. A theory that rests on the single variable of physical difference poses problems for historians: it assumes a consistent or inherent meaning for the human body – outside social or cultural construction – and thus the ahistoricity of gender itself. History becomes, in a sense, epiphenomenal, providing endless variations on the unchanging theme of a fixed gender inequality”. Ibidem, pp. 1058-1059.

sistemas de desigualdades de *gênero*? Para responder a essas formulações, expôs a necessidade de serem realizados estudos específicos que tratem das mudanças das relações e das representações dos *gêneros*.

Como forma de articular um modo interpretativo metodológico e teórico, Scott define *gênero* como “*um primeiro caminho para a significação das relações de poder. Dito de outra forma, gênero é o primeiro campo dentro do qual, ou pelo qual, o significado do poder é articulado*”.⁹³

A inserção desse debate conduz a perspectivas que se fixam no eixo interpretativo das articulações de poder em relação aos *gêneros*. Esse conceito traz à luz novos modos de abordagem e um importante método analítico. Conforme escreveu a autora,

“*gênero, então, proporciona um caminho para decodificar significados e entender a complexa conexão entre as várias formas de interações humanas. Quando os historiadores olham os caminhos dentro dos quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles desenvolvem uma idéia da natureza recíproca de gênero e sociedade em uma contextualização particular e específica nas quais políticas constroem gênero e este constrói política*”.⁹⁴

As categorias de análise construídas por J. Scott abarcam as sociedades industrializadas e o período pós Revolução Industrial, centrado na divisão de classes dos séculos XIX e XX. Outra questão importante, é que a autora volta-se para a Europa e não para as regiões coloniais como a América Portuguesa. Ademais, a própria autora declarou ainda que *gênero* é uma categoria flexível, a qual deveria estar em constantes transformações por meio das desconstruções de antigas abordagens e da formulação de novas análises críticas. Ou seja, os caminhos que levam à essa elaboração teórica e metodológica de *gênero* devem ser sempre reformulados e aprofundados pela historicidade dos acontecimentos e pelo criticismo das fontes e da historiografia.⁹⁵

⁹³ “...gender is a primary way of signifying relationships of power. It might be better to say, gender is a primary field within which or by means of which power is articulated”, Ibidem, p. 1069.

⁹⁴ “Gender, then, provides a way to decode meaning and to understand the complex connections among various forms of human interaction. When historians look for the ways in which the concept of gender legitimizes and constructs social relationships, they develop insight into the reciprocal nature of gender and society and into the particular and contextually specific ways in which politics constructs gender and gender constructs politics”.Ibidem, p. 1070.

⁹⁵ “We need a refusal of the fixed and permanent quality of the binary opposition, a genuine historicization and deconstruction of the terms of sexual difference. We must become more self-conscious about distinguishing

A partir dessas constatações, é necessário destacar que esse modo de interpretação deve ser reapropriado e modificado para a Época Moderna e de constituição do Antigo Sistema Colonial dos séculos XVI e XVII na América Portuguesa.⁹⁶ A partir dessa constatação, nota-se que em uma sociedade escravista, de povoamento colonizador e de mercantilização incipiente, em formação, como a paulista, as relações de *gênero* devem ser complementares às de “estamento”, que se centravam em valores e morais diferenciados daqueles tratados por Scott.

Por tudo isso, para esta dissertação foram adotados mais três diferentes modos de analisar a o contexto das mulheres senhoriais paulistas. O primeiro, e fundamental, foi o tema da vida material do período pré-industrial desenvolvido por Fernand Braudel. Em segundo lugar as análises de sociedade estamental de Florestan Fernandes, Laima Mesgravis e Ilana Blaj, que abordaram as hierarquias da sociedade colonial. E, por fim, apontam-se algumas questões referentes à escravidão indígena tratada por Jhom M. Monteiro. Todavia, como o objetivo é estudar a atuação das mulheres senhoriais apenas foram feitas algumas considerações sobre esses trabalhos.

Devido aos inúmeros objetos encontrados nos inventários seiscentistas, é necessário destacar a interpretação das condições da vida material, ou da infra-estrutura do período pré-industrial da economia mundo. Para isso, como foi afirmado acima, foram utilizadas algumas referências dadas por Fernand Braudel, no primeiro volume de *Civilização Material, Economia e Capitalismo. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. Nessa obra, o historiador tratou da importância da lenta transformação no universo da vida material – dos consumidores, do consumo e das formas produtivas. Descreveu com densidade as mudanças quase imperceptíveis das condições elementares da vida, como as formas de alimentar, vestir, morar e de produzir em uma época muito diferente da atual, nesse aspecto.⁹⁷

between our analytic vocabulary and the material we want to analyze. We must find ways (however imperfect) to continually subject our categories to criticism, our analyses to self-criticism”. Idem, p. 1065.

⁹⁶ Ver Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001. Fernando A. Novais. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosaic Naif, 2005.

⁹⁷ Fernand Braudel. Op. Cit.

Esse primeiro volume da obra tripartida de Braudel, abordando o cotidiano e o consumo, ultrapassa o espaço geográfico da Europa e atinge regiões mais distantes dos centros econômicos como o Novo Mundo. Sendo assim, a cotidianidade é definida pelo autor como

“(...) os fatos minúsculos que quase não deixam marca no tempo e no espaço. Quanto mais se encurta o espaço da observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material: os grandes círculos correspondem habitualmente à grande história, ao comércio longínquo, às redes de economias nacionais ou urbanas. Quando restringimos o tempo observado a duas pequenas frações, temos o conhecimento ou a ocorrência; o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se e, ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura. Invade a sociedade em todos os seus níveis, caracteriza maneiras de ser e de agir desmedidamente perpetuadas (...). É ao longo de pequenos incidentes, de relatos de viagem que uma sociedade se revela. A maneira de comer, de vestir, de morar, para os diversos estratos, nunca é diferente. E esses instantâneos afirmam também, de uma sociedade para outra, contrastes e disparates nem todos superficiais. É um jogo divertido, que creio não ser fútil, o de compor estas imagens”.⁹⁸

Ademais, o autor colocou em questão as diferentes temporalidades históricas, nas quais os acontecimentos articulam-se em basicamente três tempos entrecruzados, o curto, a conjuntura e a estrutura.⁹⁹ No entanto, a obra braudeliana é utilizada como pano de fundo, ou seja como um panorama do período, para se entender a vida material e a sua relação com a atuação das mulheres senhoriais paulistas nas *estruturas do cotidiano* da vila de São Paulo colonial. Isto é, essa obra é importante para o conhecimento das formas de comer, vestir e morar dessas senhoras.

A temática da vida material também foi abordada em *Caminhos e Fronteiras* de Sérgio Buarque de Holanda, que delineou com perspicácia os limites flexíveis do povoamento com os seus avanços e recuos.¹⁰⁰ O historiador analisou o dia-a-dia das populações sertanistas, das tensões e ambigüidades entre o cotidiano, a cultura material e a sociedade do sertão.¹⁰¹ Para realizar essa análise, Holanda utilizou-se de uma vasta gama de

⁹⁸ Ibidem, p. 17.

⁹⁹ Sobre as diferentes temporalidades braudelianas ver: Fernand Braudel. *La Historia das ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

¹⁰⁰ Sérgio Buarque de Holanda. Op. Cit.

¹⁰¹ Segundo Ilana Blaj, “meio-sociedade cultura, índio-português-mameluco, cotidiano – cultura material e são, assim, em integração tensional constante, gerando o mais novo: a cultura paulista em suas inúmeras sedimentações provisórias – no sertão, nas vilas e arraiais, nos rios e monções e nos postos mais avançados da conquista do extremo oeste”. Ilana Blaj. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material". In:

documentação primária como as Cartas Jesuíticas, Testamentos, Inventários as Atas da Câmara de São Paulo.

A partir dessas duas abordagens, vale lembrar que as populações coloniais, de certa forma, viviam sob muitos aspectos nas tramas das *estruturas cotidianas* da vida material pré-industrial. Nessa perspectiva, as mulheres senhoriais também sobreviviam em meio a uma labuta diária de trabalho e de produção dos artefatos materiais e dos excedentes, pois auxiliar os cônjuges na administração da mão-de-obra escrava indígena nas tarefas domésticas, as quais lhes cabiam como papéis normativos. Desse modo, adquiririam um espaço de autonomia na dinâmica econômica, com a formação de uma incipiente mercantilização e de uma sociedade hierárquica e estamental – na vila de São Paulo Colonial.

Vale ressaltar que a categoria de *gênero* relacionada ao estamento e à escravidão auxilia o estudo da atuação das mulheres senhoriais, na medida em que fornecem elementos para a problemática das hierarquias sociais na Piratininga. A partir dessa questão, percebeu-se as nuances das distinções e dos papéis sociais entre a população feminina e a masculina.

Nesse espaço havia uma segmentação social separando as várias estratificações senhoriais da população escrava. De fato, nessa sociedade, valorizava-se o *status* de casado, os códigos idealizados de nobreza e o domínio do senhor sobre os familiares.¹⁰² Conforme afirmou Florestan Fernandes,

“a vila de São Paulo apresenta-se originalmente como uma sociedade dotada de um complexo sistema de posições sociais. Os lavradores procuravam classificar-se como uma espécie de nobreza agrária. Distinções estamentais, com fundamento nobiliárquico, sacerdotal, burocrático ou artesanal, dividiam ou subdividiam as várias categorias sociais, em que se classificavam os homens brancos”.¹⁰³

O autor também fez apontamentos sobre a população da vila e as suas possibilidades de análise. A região era povoada por uma grande diversidade de colonizadores: espanhóis, portugueses, flamengos eram aqueles que se passaram a habitá-la. O seu povoamento acontecia por meio das relações guerreiras entre os colonos e indígenas, que tornavam um

CANDIDO, Antonio.(org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 36.

¹⁰² Florestan Fernandes. "Aspectos da evolução social de São Paulo". In: FERNANDES, *Florestan. Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: col. Corpo e a alma do Brasil, Diefel, 1979, p. 198.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 198.

ponto de circulação de cativos distribuídos pelo litoral. Esses confrontos bélicos, portanto, eram característicos dessa colonização, pois eles permitiam a consolidação do sistema escravista. Sintetizando, essa “militarização”, Florestan esclareceu que

“...a colonização de São Paulo pelos portugueses resultou, em grande parte, das condições em que se processaram os contatos com os povos aborígenes. Os brancos ficaram segregados na área litorânea, tendo pequenas probabilidades de satisfazer todas as necessidades econômicas e de exploração dos produtos coloniais. A conquista da “região mediterrânea” determinou uma alteração capital na situação de contato, pois deu aos brancos o controle de algumas fontes básicas de subsistência e criou condições mais favoráveis à sujeição das tribos ‘aliadas’ e ‘inimigas’. Depois de 1554, os brancos modificaram, através da guerra, lentamente mas de tal maneira as relações com os grupos tribais aborígenes que antes do fim do século, já se tinham tornado senhores incontestáveis da terra”¹⁰⁴

É necessário observar que Florestan Fernandes, no artigo “A sociedade escravista”, trata de modo dialético e marxista a constituição das hierarquias coloniais e dos comandos dos estamentos senhoriais, ou da “chamada aristocracia colonial”.¹⁰⁵

O conceito de estamento relacionado ao período colonial também é formulado por Laima Mesgravis em “*Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil colonial*”, que destaca os “valores do estamento nobiliárquico”¹⁰⁶ na colônia portuguesa, por influência e domínio da “nobreza metropolitana”.¹⁰⁷

Como exemplo desses ideais, a autora nota a degradação do trabalho manual para a sociedade escravista. Para essa sociedade a riqueza ideal era a posse de escravos, que significava a possibilidade de não trabalhar e de adquirir um *status* ascendente por parte dos estamentos senhoriais. Ou seja, na sociedade estamental era desejado por ambos os *gêneros* a possuir um número significativo de escravarias para poderem se dedicar ao ócio.

Além disso, os senhores de engenho e os grandes pecuaristas ou donos de grandes lavouras tinham maior posição social e mais alternativas para conseguir cargos na administração e na governança local. No entanto, essa sociedade seria menos rígida hierarquicamente do que a da Metrópole. Isto é, havia algumas possibilidades de ascensão social. Conforme a mesma, “o colono, mesmo de origem humilde e excluído dos grupos privilegiados, tornando-se povoador, enriquecendo, participando da defesa e do governo

¹⁰⁴ Ibidem, p. 256.

¹⁰⁵ Florestan Fernandes. “A sociedade escravista no Brasil”. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 45.

¹⁰⁶ Laima Mesgravis. “Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia”. In: IPE: São Paulo, n.º. 13, 1983, p. 809.

das vilas, saltava etapas no processo de ascensão social e conseguia para seus filhos e, às vezes, até para ele mesmo, a admissão no estamento dominante”¹⁰⁸

Também as mulheres senhoriais tinham distinções entre si, sendo várias as hierarquias estamentais relacionadas à diferenciação social feminina. Dessa forma, não só os colonos e senhores homens distinguiram-se socialmente, mas também as mulheres eram estratificadas conforme o tamanho das escravarias, do patrimônio e do prestígio social.

No debate desse conceito de estamento, Ilana Blaj, em *As tramas das tensões*, discute a mercantilização da economia paulista na passagem do século XVII ao XVIII. A autora construiu a sua perspectiva da História da vila de São Paulo colonial, criticando as imagens produzidas pela historiografia sobre essa região.¹⁰⁹ Refletindo sobre a categoria de “sociedade estamental” aprofundou a questão quando afirmou que

"é pois claro o sentido estamental que advém da posse da terra e de escravos. A consecução do ideal de ser senhor (pela monopolização da terra e de cativos) representa a reconstrução, sob novas bases, dos valores e comportamentos fundamentais da velha sociedade portuguesa aqui na colônia. É a cristalização de uma sociedade hierárquico-estamental-cristã mas escravista e mercantil também, resultante da integração da grande propriedade, da escravidão e dos princípios estamentais provenientes do mundo ibérico".¹¹⁰

Além do estamento, a questão da escravidão indígena é importante para essa pesquisa, pois trata sobre as mulheres escravas indígenas, as quais eram oprimidas pela sociedade hierárquica, estamental e escravista, sendo que as mulheres coloniais também tinham o ideal de ser senhoras escravistas.

A partir da exploração da mão-de-obra do gentil, tratada por John Monteiro em *Negros da terra*, a História das Populações Indígenas no Brasil Colonial tomou novos rumos. O autor abriu possibilidades para que outros trabalhos fossem realizados, enfocando os aspectos do processo de cativo dos índios, principalmente na São Paulo Colonial.¹¹¹

¹⁰⁷ Ibidem, p. 811.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 807.

¹⁰⁹ Ilana Blaj. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

¹¹⁰ Ibidem, p. 324.

¹¹¹ A História do indígena na colônia possui inúmeros trabalhos, dentre eles ver John M. Monteiro. *Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Pedro Puntoni. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002. Ronald Raminelli. *Imagens da Colonização. A representação de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Cristina Pompa. *A religião como tradução*. São Paulo: EDUSC, 2003.

Ademais, a população escrava e indígena distinguia-se na questão de *gênero*, pois homens e mulheres cativos possuíam posições hierárquicas diferenciadas na sociedade estamental. Inferiores nessa hierarquia sofriam a violência e a exploração do trabalho escravo. No entanto, os gentios conseguiam realizar algumas estratégias de sobrevivência, negociação, atuando no dia-a-dia da vila.

É a partir das categorias de *gênero*, estamento e escravidão, que a História das Mulheres na São Paulo Colonial foi nesse trabalho analisada. Ou seja, levou-se em consideração o processo de formação da escravidão indígena, das hierarquias e valores senhoriais estamentais e patriarcais, assim como das desigualdades entre os *gêneros*.

Em suma, a atuação feminina senhorial era significativamente ambígua nas *estruturas do cotidiano* da São Paulo colonial. As mulheres senhoriais paulistas, por um lado, reproduziam as relações e os valores escravistas e senhoriais com relativa autonomia, explorando o trabalho da população cativa. Por outro, eram oprimidas e subjugadas pelo domínio masculino e do senhorio existente. Assim, essas mulheres constituíam poderes intermediários entre os homens senhoriais e a população escrava indígena.

CAPÍTULO II

AS PARTILHAS DAS HERANÇAS E A CARIDADE CRISTÃ: A ATUAÇÃO FEMINIA NAS HIERARQUIAS DA SOCIEDADE ESTAMENTAL E ESCRAVISTA

2.1. A formação das famílias senhoriais

*“Há um pai rico e poderoso que tem um filho que muito ama, a quem ha de deixar por herdeiro de seus bens, o qual pretende que seja virtuoso e saiba estimar a fazenda, que lhe tem ganhada e empregá-la bem em boas obras e chegar a ser homem, que saiba reger a casa e família com siso e prudência; se vê que o mimo lhe faz mal e a muita fartura e abastança de riquezas e boa vida que tem com ele, é cousa de se perder, mando-o fora as terras estranhas, onde padeça fomes trabalhos e muitas necessidades, pelos quais venha a conhecer e sentir a falta que lhe faz seu pai, quando lhe custou ganhar-lhe a fazenda, e deseje tornar a ele”.*¹¹²

José de Anchieta

A segunda metade do XVI foi marcada pelo início da conquista territorial da costa brasileira e pela constituição das famílias senhoriais na vila de São Paulo. As relações familiares eram centradas na desigualdade de poder entre os *gêneros* e nos valores patriarcais e misógenos. Entretanto, mesmo com a dominação e opressão realizada pelos senhores, as mulheres senhoriais possuíam uma autonomia relativamente maior em relação às populações indígenas.

Nesse período, houve os avanços do “domínio ultramarino” português no Atlântico.¹¹³ Os colonizadores constituíram os seus primados, construindo na América Portuguesa uma sociedade colonial, estamental e escravista, diferente daquela do Velho Mundo. Também os membros da Companhia de Jesus mantinham contato catequético com os gentios e estabeleciam os primeiros aldeamentos. Os colonos, no planalto de Piratininga, realizavam as primeiras expedições para o aprisionamento indígena. Dessa forma, jesuítas e senhores estabeleciam a prática da exploração da população gentílica.

No primeiro século da colonização, os primeiros colonos ibéricos aos poucos povoavam os estabelecimentos das costas da Terra Brasileira, fazendo acordos de

¹¹² José de Anchieta. “Sermão de 1567”. In: José de Anchieta. *Cartas, informações, fragmentos, históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 499.

¹¹³ Luis Felipe Alecastro. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 11-12.

“amizade”, interferindo na “contínua guerra”¹¹⁴ ameríndia, e entrando em combates diretos com os índios. Assim, por intermédio do povoamento incipiente, da formação do Governo Geral e da constituição dos primeiros estabelecimentos coloniais, as populações indígenas começavam a ser escravizadas e a conquista do território da América Portuguesa efetuou-se.¹¹⁵

Durante os anos de 1532 a 1553, constituíram-se alguns entrepostos coloniais na Capitania de São Vicente, como Santos, São Vicente, Bertioga. Nessa região fixou-se João Ramalho, um colonizador que se integrou à sociedade tupi por meio das alianças militares. Entrando em confronto direto com os primeiros colonizadores da região, o padre Manuel da Nóbrega afirmava:

“em esta terra está um João Ramalho. És mais antigo dela, e toda sua vida e de seus filhos, e es una petra scandali para nós, porque sua vida és principal estorvo para a gentildade, que temo, por ele ser muito conhecido e muito aparentado com os índios. Tem muitas mulheres e seus filhos delas assim o padre como os filhos. *Seus filhos vão a guerra com os índios*, e suas festas são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios. Por todas as maneiras o temos provado e nada aproveita, até que eu o deixamos de todo. Este estando excomungado por no se confessar e um querendo os nossos Padres celebrar com ele, deixo que os Padres e Irmãos pecavam com as negras, e o que fiz presumir ser alguma coisa, ajuntando-se com isto estão as negras na mesma casa. Pelo qual como cheguei por meu Nosso. Senhor ai ensinar, e com eu ia conhecer o que temia nos Irmãos, e saber a verdade do que podia haver, por cumprir com o mundo e quitar alguma presunção, expedi-los a todos quantos aqui falei disso que andavam por fora, e segue com o Vigário quase tantas pessoas e nesta Capitania por testemos do que sabiam sem falar coisa nenhuma presunção a costa de muitos me julgar por mal atentado; e os Irmãos ganharam carona de paciência e deram muito bem exemplo de si até que os tornei a recorrer”.¹¹⁶

¹¹⁴ “Carta do padre P. Afonso Brás aos padres e irmãos de Coimbra [Espírito Santo, 24 de agosto de 1554].” In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 1, 1956, pp. 272-274.

¹¹⁵ Para Ricupero, o Governo Geral foi fundamental para a constituição da colonização, pois “ao longo da segunda metade do século XVI e dos primeiros anos do seguinte, passou a desempenhar um papel central na montagem do processo de colonização do Brasil, momento que, como veremos, estavam sendo lançadas as bases do Antigo Sistema Colonial. Nessa conjuntura, a luta contra os povos indígenas e seus aliados estrangeiros teve um papel primordial, pois foram estas guerras que possibilitaram a conquista de novas terras e escravos para a expansão da agricultura e beneficiamento da cana-de-açúcar, alicerce econômico do processo de colonização e fundamento da elite nascente da colônia, em sua maioria diretamente envolvida no processo de conquista”. Rodrigo M. Ricupero. “*Honras e Mercês*”. *Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH/USP, 2005, p. 112. Ainda a respeito do povoamento Caio Prado Junior afirmou “criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção de gêneros que interessassem ao seu comércio”, eram as bases da ampliação da idéia de povoação dos primeiros colonos e das autoridades administrativas. Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 24.

¹¹⁶ “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Luiz Gonçalves da Câmara, Lisboa. [São Vicente, 15 de junho de 1553]. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 1, 1956, pp. 489-503.

A região do planalto de Piratininga passava também por uma formação sócio-econômica própria com a inclusão do gado vacum e das lavouras de alimentos. De acordo com o Padre Luís da Grã, “...certas vacas que se vão multiplicando. De maneira que agora nós estamos de posse delas, de seu fato se mantém os Irmãos de Piratininga, e de roças que com escravos de casa havia um homem casado, e com o trabalho de um Irmão ferreiro [Matheus Nogueira]”.¹¹⁷

Em resumo, era formado a partir da segunda metade do Quinhentos, no planalto, um povoamento colonizador incipiente, onde a população lusitana ainda constituía uma minoria que, aos poucos, crescia, conquistava terras e dominava as populações Tupiniquins.¹¹⁸ Conforme Nóbrega,

“em São Vicente, onde eu creio que há mais gente para senhorar índios que em nenhuma Capitania, porque além de haver muitos brancos e mamelucos, há ali muita escravaria, não se trata de ganhar a terra, se não se darem à boa vida, e com ardis e manhas muito prejudiciais a suas almas e com peitarem os índios querem lograr suas cãs com suas queixadas sãs, e assim vivem à mercê dos índios”¹¹⁹

Todavia, os colonos encontraram resistências indígenas no processo de escravização. A aldeia de Santo André – fundada por João Ramalho em 1553 – acabava por não resistir aos ataques dos índios Tupinambás e, em 1560, unificava-se com a vila de São Paulo de Piratininga, constituindo uma administração camarária única.

As primeiras famílias colonizadoras intensificaram as guerras brasílicas e o comando das tribos indígenas.¹²⁰ Com isso, foi realizado um processo de sedimentação dos

¹¹⁷ “Carta do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola, Roma [Piratininga, 8 de junho de 1556]”, In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 2, 1956, pp. 286-296.

¹¹⁸ João Fragoso afirma que no Rio de Janeiro “a constituição das fortunas daquelas famílias baseou-se na combinação de três práticas/instituições vindas da antiga sociedade lusa: a conquista/guerras – práticas que nos trópicos se traduzia em terras e homens, a ‘baixos custos’, porque foram apossados das populações indígenas: a administração real (...); e o domínio da câmara que lhes deu a posição para intervir no dia-a-dia da nova colônia”. João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, M. F. & GOUVEA, M. de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 42-43.

¹¹⁹ “Carta do p. Manuel da Nóbrega a Tomé de Souza, antigo governador do Brasil, Lisboa. [Bahia, 5 de julho de 1559]. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol.3, 1958, p. 83.

¹²⁰ Entre os primeiros moradores, a noção de “família” é mais abrangente que o parentesco de sangue. Segundo Nizza da Silva, “a palavra [família] evocava ou um conjunto de parentes que não residiam na mesma morada ou um conjunto de co-residentes que não estavam necessariamente ligados pelo sangue”. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 3.

seus domínios no território da vila de São Paulo. Em 1561, a Câmara, comandada por Joane Annes, Jorge Moreira e Antonio Cubas, pedia à D. Catarina, rainha de Portugal, a “mercê” de enviar armas, mais especificamente 24 espingardas, 12 bestas e 2 pares de “berços” com a pólvora, e ainda 24 espadas.¹²¹

Os colonos transformados em senhores escravistas adquiriam *status* de chefes de armas para conseguir controlar a população indígena que “muitas vezes tentarão matando muitos cristãos he fazendo muitas vexações e há poucos dias que matarão muitos portugueses que vinham do Paraguai neste campo”.¹²² Além do armamento, os camarários diziam “que os dízimos, que agora rende esta vila, se gastem por dez anos em fortalecer esta vila de cercas e baluarte e o que mais for necessário”.¹²³ Por fim, na mesma carta, ainda queriam que a rainha enviasse homens para casar com as mulheres da terra e para os ajudar a povoar o sertão.

No mesmo ano, José de Anchieta, em uma carta repleta de imagens dos martírios cristãos, apoiava as práticas bélicas de “pacificação” dos gentios inimigos, afirmando que “enquanto eles [os guerreiros paulistas] andavam na guerra, nosso ofício era ajudá-los com orações públicas e particulares, repartindo a noite de maneira que sempre havia oração até a amanhã, e ao cabo da oração cada um tomava sua disciplina. O mesmo faziam muitas mulheres devotas de lãs mestiças temendo sua disciplina, vigília e oração. E ordenou Nosso Senhor que a batalha desse os dias de sua Paixão [06.04.1561], em as quais eram tanto os gemidos, choros e disciplinas ao fim dos ofícios das cerimônias da Semana Santa, assim dos de casa como de fora que toda a igreja era uma voz e planeta, que não podia deixar de penetrar os céus e mover, o Senhor a haver misericórdia de nós e dos guerreiros que então peleavam pelo seu amor, havendo padecido assaz trabalho de homens cansados pelos caminhos ser desertos”.¹²⁴

Em 1562, os índios Tupiniquins rebelavam-se, destruindo os mantimentos e o gado dos seus senhores.¹²⁵ Na mesma época, as mulheres brancas eram raptadas pelos

¹²¹ “Carta da Câmara de São Paulo de Piratininga a D. Catarina Rainha de Portugal. São Paulo de Piratininga, 20 de maio de 1561”. Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/Coimbra, vol.3, 1958, p. 346.

¹²² “Carta da Câmara de São Paulo de Piratininga a D. Catarina Rainha de Portugal. São Paulo de Piratininga, 20 de maio de 1561”. Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/Coimbra, vol. 3, 1958, p. 343.

¹²³ “Carta da Câmara de São Paulo de Piratininga a D. Catarina Rainha de Portugal. São Paulo de Piratininga, 20 de maio de 1561”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/Coimbra, vol. 3, 1958, p. 346.

¹²⁴ “Carta do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes, Roma [São Vicente, 30 de junho de 1561]” In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/Coimbra, vol. 3, 1958, p. 379.

¹²⁵ “Requerimento da Câmara de São Paulo a Estácio da Sá, Capitão-Mor da armada real. São Paulo de Piratininga, 12 de maio de 1564” In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/Coimbra, vol. 4, 1958, pp. 47-52.

tupinambás. Além disso, morria o aliado e chefe Martin Afonso Tibiriçá (1562). Esses acontecimentos marcavam o poderio dessas primeiras famílias de colonos na vila de São Paulo, e o fim do domínio das alianças luso-tupis do planalto, centradas na figuras das autoridades guerreiras Tibiriçá e Ramalho.

As primeiras famílias coloniais paulistas iniciavam a sua expansão com os conflitos no Rio de Janeiro, onde havia “as mulheres mais virtuosas de toda a terra”.¹²⁶ Os colonos originários do planalto auxiliaram os comandantes da coroa a expulsarem os franceses da Baía da Guanabara, durante os anos de 1565 e 1568, quando os soldados da colônia partiam em auxílio militar ao governador Mem de Sá. Segundo o membro da Companhia de Jesus, Leonardo do Vale,

“esta casa [de São Paulo de Piratininga] que digo, se sustenta até agora assim como homem pode até que N. Senhor dê mais sossego há terra com que mais de verdade se possa entender com aquela gente que *nenhum repouso tem por causa das guerras*; que eles são os que sustentam a terra, defendendo-a dos inimigos, assim do campo onde estão, como cá do mar, porque a maior parte dos Índios, que a armada levou consigo a povoar o Rio, são os nossos discípulos de Piratininga, os quais tem tanto conhecimento do amor com que a Companhia os trata e trabalha por sua salvação que com terem bem que fazer em defender suas casas, e, sabendo que *se apregoava grande guerra contra eles, sofrerão deixar suas mulheres e filhos repartirem-se por favorecer a armada, que sem eles muito mal podiam povoar; e lá andam há seis meses sofrendo muitos grandes trabalhos de dia e de noite por amor de nós. Porque que devem ser muito grande espiritualmente todos*”.¹²⁷

Com o fim dos avanços militares no Rio, os “homens de guerra” conseguiram realizar um botim, pois, segundo o padre Vicente Rodrigues, “tomarão uma Nau Francesa e ficaram ricos”.¹²⁸ Por meio da pilhagem sobre os franceses e tupinambás, ocorrida no Rio de Janeiro na Guerra dos Tamoios¹²⁹, as principais famílias da terra acabam adquirindo algum patrimônio e mão-de-obra. As expedições militares propagavam-se. Em 1586, novamente os senhores da governança eram chamados pelo sargento-mor Jerônimo Leitão para protegerem o território de Santos. Por consequência, conforme a ata do dia 14 de

¹²⁶ “Carta do P. Leonardo do Vale aos padres irmãos de Portugal. São Vicente, 23 de junho de 1565. “Carta do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes, Roma [São Vicente, 30 de junho de 1561” In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1958, p. 211.

¹²⁷ “Carta do Pe. Leonardo do Vale aos Padres e Irmãos de Portugal. De São Vicente, 23 de junho de 1565”. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1958, p. 211.

¹²⁸ “Jornada ao sertão do P. Vicente Rodrigues. De São Paulo de Piratininga, 1568. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 4, 1958, p. 498.

¹²⁹ John Manuel Monteiro. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 26.

junho daquele ano, “toda a gente estava ausente da Capitania com o capitão Jerônimo Leitão que eram idos a guerra e não ficarão senão mulheres”.¹³⁰

Quatro anos depois, o mesmo Jerônimo Leitão ficava de prontidão para auxiliar os moradores da vila, que se viam às voltas com uma revolta de índios na aldeia de Pinheiros. Nesse conflito, os gentios assassinaram mais de 50 homens brancos e destruíram a imagem da Nossa Senhora do Rosário.¹³¹

A partir das guerras e das revoltas dos gentios, os governantes da Câmara desenvolveram o “ethos” da expansão e da conquista do território, que se estendeu por todo o tempo do seiscentos.¹³² Tal fato fazia com que a resistência indígena fosse sempre abafada por meio dos combates e da expulsão dessa população para o sertão.

¹³⁰ “Ata do dia 14 de junho de 1586”. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol. 1, pp. 297-298.

¹³¹ Monteiro trata da questão dessa revolta indígena. Para ele, a partir da década de 1590, a vila de São Paulo de Piratininga passa a contar definitivamente com a mão-de-obra escrava indígena. John Manuel Monteiro. “Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 39.

¹³² “Ao sete dias do mês de julho deste ano de mil e quinhentos noventa anos se ajuntarão em câmara os oficiais dela Affonso Sardinha e Fernão Dias vereadores Diogo e Sebastião Leme e Fernão Dias juiz e o procurador do conselho Jerônimo. Maciel para assentarem cousas a bem da republica e assentarão o seguinte despacharão uma petição de Jerônimo Fernandes e lhe acrescentarão a carne meio real mais para falta de gado e por estar muito magro e assim requereu o dito procurador do conselho que em nome do povo lhes requeria que eles requeressem ao senhor capitão Jerônimo Leitão que ele fizesse guerra contra o gentio do sertão porquanto eles vieram contra nos a guerra e se ajuntarão de todos as aldeias do sertão desta Capitania tendo primeiro mortos três ou quatro homens brancos e índios cristãos e botarão fama que tinham morto a Antonio de Macedo e a Domingos Luis Grou com todos seus companheiros que seriam por todos os brancos perto de cinquenta homens e com esta fama de terem mortos estes brancos se ajuntarão e vieram com grande guerra e puseram esta capitania com aperto e em ponto de se perder e matarão três homens brancos e ferirão outros muitos e matarão muitos escravos e escravas e índios e índias cristãos e destruirão muitas fazendas assim de brancos como de índios e queimarão igrejas e quebrarão a imagem de Nossa Sra. do Rosário de Pinheiros e fizeram outros delitos por que mereciam gravemente castigo e que fizeram outros delitos e que porquanto eles eram nossos vizinhos e estavam amigos conosco e eram nossos compadres e se conosco gozando de nossos resgates e amizades e isto de muitos anos a esta parte e se lhe fazermos um mal eles matarão brancos e se levantarão contra nos e nos fizeram tanto mal se não dessem o castigo que mereciam com muita brevidade se poderia disso resultar muito dano a esta Capitania e estava em risco despovoar esta vila e a Capitania ficar em aperto e em balanço de se perder e que ele dito capitão podia fazer justamente esta guerra porquanto eles deram ocasião licita para iso e aguardam a dar conta ao sr governador ou governadores na dilação se podia recrescer mais males e se espalharia a gente e os inimigos se reformariam outra vez e ajuntariam mais gente e tornariam outra com maior ímpeto e guerra por estarem muito perto e ser gente bárbara e usada na guerra e andaram aos saltos como nos ten ameaçado que farão dizendo que em nos acabando nesta capitania avião de ir ao Rio de Janeiro e acorrer o Rio de Janeiro e as mais partes dessa Capitania digo costa dizendo que aviam e dar o capitão e os padres aos ingleses e fazer com eles pazes e trato – e eles assentaram que se fizesse de tudo isto auto e que os juizes depois de feito o dito auto tirasse traslado sobre o causo e com isso satisfeito e queriam ao dito capitão que fizesse a dita guerra e logo com muita brevidade antes de vir gente de Parapoava e de outras partes em ajuda dos ditos índios tupiniquins e com isto não ouve outra cousa que acordar e o assinarão todos e eu Belchior da Costa tabelião o escrevi...”. “Ata do dia 07 de julho de 1590”. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol. 1, pp. 297-298.

Já no final do ano de 1556, Anchieta apontava que os índios eram “escravos dos portugueses”.¹³³ O mesmo padre, no “*Sermão da conversão dos gentios*”, expunha o processo de afirmação do senhor colonizador sobre a população indígena e a sua família. Assim, esses homens conquistavam terras e negros da terra por meio dos combates armados e dos estupros das índias. Criticando o comportamento opressivo dos colonos paulistas, Anchieta afirmava:

“dou-te um desengano, irmão, sabe que todas as vezes que pecar, persegues a Cristo e pisas o seu precioso sangue que injurias e queres mal a teu próximo, injurias e queres mal a Deus, que é seu irmão, todas as vezes que o avexas e persegues com o teu poder de tua vara e teus cargos, a Cristo persegues; todas as vezes que anda subtilizando maneiras, com que lhes leves o seu ou lhe tires o ganho que podia haver cristamente, a Cristo persegues e roubas a todo o tempo, a Cristo persegues, e lhes bebes o sangue como lobo faminto; todas as vezes que olhas para as mulheres do teu próximo e a queres desonrar, persegues a Cristo, seu verdadeiro esposo e marido muito mais cioso de sua honra que seu marido; todas as vezes que moves a pobre negra a pecar ou por força ou por vontade, ou consentes em seu pecado quando ela te busca, a Cristo persegues, que é o seu verdadeiro senhor para a salvar e tirar do pecado quis tornar forma de pecador neste mundo e ser condenado à morte de Cruz; finalmente, qualquer pecado que cometes contra tua alma, perseguição é que levantas contra Cristo, mais verdadeiro senhor dela do que teu mesmo”.¹³⁴

Os colonos, ao chegarem nas terras do Novo Mundo, tiveram que aos poucos solidificar o seu poder porque as difíceis condições de vida faziam com que os novos moradores dependessem diretamente do grupo familiar e da aliança bélica com as tribos tupiniquins na vila de São Paulo.¹³⁵

Contudo, vencida a batalha contra os gentios locais, os senhores da guerra consolidavam o controle sobre as populações tupis, constituindo relações de parentesco em outras regiões da América Portuguesa e guerreando com os indígenas na região costeira e nas veredas dos sertões. A partir disso, as famílias coloniais transformavam-se em famílias senhoriais, proprietárias dos negros e negras da terra.

Enquanto os senhores saíam para as batalhas contra os franceses e tupinambás, na vila, as senhoras paulistas e os poucos escravos controlavam e administravam as benfeitorias e a criação dos filhos.

¹³³ “Carta do Ir. José de Anchieta ao Provincial de Portugal [Piratininga, fim de dezembro de 1556]. In: Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu*. Roma/ Coimbra, vol. 2, 1956, pp. 314.

¹³⁴ José de Anchieta. “Sermão da conversão do gentio”. In: José de Anchieta. *Cartas, informações, fragmentos, históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, pp. 526-527.

¹³⁵ John Manuel Monteiro. Op. Cit.

No que diz respeito à família, a Companhia de Jesus foi uma instituição religiosa de valores patriarcais¹³⁶, sendo valorizado a figura do pátrio poder e a opressão das mulheres. De acordo com Anchieta, o senhor deveria “ser homem, que saiba reger a casa e a família”, além disso, seus filhos deveriam sair do ambiente familiar e conquistar patrimônio e poder por conta própria.¹³⁷

Na longa duração da opressão, da desigualdade entre os *gêneros*, as mulheres senhoriais da América Portuguesa desenvolveram um estilo de vida, no qual tinham a possibilidade de administrar os patrimônios familiares – que de início se baseava em terras, gado e cativos -, e trabalharem para a sua manutenção.¹³⁸

Apesar do tamanho reduzido da escravaria, infere-se, também por meio dos testamentos e inventários paulistas, que a família senhorial iniciou o seu domínio nos fins do século XVI e o cristalizou na vila de São Paulo ao longo do século seguinte.¹³⁹

A autoridade masculina estava também relacionada com a necessidade dos senhores em negociar as partilhas e heranças. Felipa Vicente, honrada viúva de João do Prado - senhor de alguns escravos e homem da governança¹⁴⁰ -, precisava do auxílio dos genros

¹³⁶ ver Adair T. Lummis. "Womem in Patriarchal Religious Institucions". In: *Contemporary Sociology*, vol. 21 (sep., 1992), pp. 581-584.

¹³⁷ José de Anchieta. "Sermão de 1567". In: José de Anchieta. *Cartas, informações, fragmentos, históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 499.

¹³⁸ Para Cândido, "talvez, o problema do status das mulheres na família brasileira possa ser melhor entendido se for visto como um produto de uma situação dual, sob o ponto de vista social e cultural diferentes daquelas do marido, e que por isso não devem ser comparadas às dele, a não ser com grande cuidado. São duas esferas complementares, cada uma com o ethos mais ou menos diferenciado do que o outro, freqüente no conflito, mas geralmente amparado mutuamente na manutenção de um importante equilíbrio sociológico". "Perhaps the problem of the woman's status in the Brazilian family is better understood if it is viewed as the product of dual social and cultural situation; in this case the woman appers as carrying on a specific type of cultural participation and a social function, different those of the husband, and therefore not to be compared with his except with great caution. They are two complementary spheres, each with ethos more or less differentiated from that of the other, often in conflict, but generally supporting each other in the maintance of a considerable sociological balance". Antonio Cândido. *The Brazilian Family*. In: SMITH, T. Lynn. *Brazil Portrait of half continent*. New York, USA: The Dryden Press, 1951, p. 295.

¹³⁹ Conforme Monteiro, “ao longo do primeiro século da ocupação portuguesa da capitania de São Vicente, o caráter das relações luso-indígenas sofreu uma transformação radical. Iguamente, durante a maior parte do século XVI, a tendência dominante dessas relações havia se circunscrito às questões de aliança e da troca e à luta pela posse da terra. Da mesma forma, a apropriação do trabalho indígena, também preocupação central desse período, permanecia subordinada à complexa rede de relações interétnicas existentes. O contato, inexoravelmente, desequilibrando as relações iniciais em favor da dominação portuguesa. Esta foi aprofundada pelo desastre demográfico, decorrente das doenças e da guerra, permitindo que os portugueses dominassem com maior facilidade os setores significativos da população indígena. Até o fim do século, grande parte do território antes ocupado pelos Tupiniquins e Guaianás encontrava-se seguramente nas mãos dos conquistadores”. John Manuel Monteiro. Op. Cit, pp. 55-56.

¹⁴⁰ João do Prado fora juiz nos anos de 1588 e 1592, e, vereador em 1594. No seu primeiro mandato consta que estava ausente nas guerras no sertão. Ata dos anos de 1588. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*.

Pero Leme e Paschoal Leite, oficiais da Câmara¹⁴¹, os quais eram seus procuradores perante o Juizado de Órfãos, para conseguir assumir a responsabilidade de cuidar dos filhos.¹⁴²

Embora não tivesse autoridade jurídica, a viúva Felipa encarregava-se de tratar da família, mantendo os 11 escravos da partilha e sendo além de testamenteira, a responsável pela terça deixada pelo esposo.¹⁴³ Mesmo com a perda do marido, contava, de certa forma, com uma posição social privilegiada, devido ao *status* dos genros no poder local.¹⁴⁴

Maria Gonçalves, senhora casada com Clemente Álvares, que tivera cargo de almotacel da vila de São Paulo¹⁴⁵, declarava como testamenteiro seu pai Bartholomeu Gonçalves que cuidaria dos poucos 4 escravos e da sua significativa terça de 54\$961.¹⁴⁶ Provavelmente, essa decisão fazia-se pelo poder e controle paterno, sendo o pai um vereador camarário e homem de prestígio.¹⁴⁷

Havia ainda outros casos em que aparece uma autoridade familiar do chefe sobre os parentes mais distantes, como foi o que aconteceu com Izabel Felix. Casada com Diogo Sanches, a senhora de 7 “peças do gentio” deixava, em 1596, como testamenteiro o tio Domingos Luiz¹⁴⁸, o qual nesse mesmo ano fora vereador da vila¹⁴⁹, e possivelmente era descendente direto do seu homônimo capitão dos índios.¹⁵⁰

Por meio da análise das cartas jesuíticas, atas da Câmara, testamentos e inventários, percebe-se que na formação desse povoamento incipiente, imerso em conflitos militares e conquista, era montado o patrimônio inicial das famílias senhoriais, pois, conforme afirma

São Paulo: AMSP, 1914, vol.1, pp. 353-354. Atas dos anos de 1592 e 1594. In: Atas da Câmara da vila de São Paulo. São Paulo: AMSP, 1914, vol.2.

¹⁴¹ Pero Leme tinha o cargo de almotacel em 1595, e juiz em 1599. Paschoal Leite era almotacel em 1597. Atas do ano de 1592. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol.2.

¹⁴² Inventário de João do Prado (1597). *I. T.* São Paulo: DAESP, v.1, 1920, pp. 77-120.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ Sobre as senhoras privilegiadas economicamente ver Carlos de Almeida Bacellar. “A mulher em São Paulo colonial. In: *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, H. A. Moderna*, t.3, 1990, p. 379.

¹⁴⁵ *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol. 2, p. 11.

¹⁴⁶ Inventário e testamento de Maria Gonçalves (1599). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 1, 1920, pp. 183-203.

¹⁴⁷ “Ata do dia 01/01/1602” In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol. 2, pp.103-104.

¹⁴⁸ Testamento de Izabel Felix (1596). *I. T.* São Paulo: DAESP, v. 1, 1920, pp. 121-182.

¹⁴⁹ “Atas do ano de 1596”. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol.2, p. 11.

¹⁵⁰ “Atas do ano de 1563”. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol.1, pp. 354-355.

Florestan Fernandes, “o povoamento resultava da necessidade de produzir o butim. Este não existia pronto e acabado. Para colhê-lo era preciso produzi-lo”.¹⁵¹

As populações indígenas definham-se principalmente por intermédio das epidemias mortais trazidas pelo contato com os colonos europeus.¹⁵² A guerra contra os gentios, legitimadas pelos poderes temporais e espirituais quinhentistas, também contribuía para a mortalidade das negras e negros da terra. João Adolfo Hansen, tratando o tema da “guerra justa”, declara que “entendida como um estado de exceção, a guerra associava-se duplamente à prática catequética dos jesuítas e às práticas de escravização dos colonos”.¹⁵³ Assim, realizadas ao longo da costa da América Portuguesa, essas lutas eram justificadas tanto nos discursos dos jesuítas quanto nas falas dos oficiais da câmara.

Enfim, as famílias senhoriais formavam-se por meio de uma sociedade na qual o poder dos senhores estava na autoridade sobre a esposa, os filhos e as populações de gentios. Os homens da governança controlavam o dia-a-dia dos seus moradores, com o objetivo de estabelecer a ordem. Reprimindo os indígenas, estabelecendo os preços dos produtos, recrutando os grupos militares, coordenando as relações familiares, os oficiais mantinham o poder local para que as mulheres senhoriais pudessem auxiliar no trabalho das roças e no comando dos negócios.

No entanto, o domínio do senhor sofria alterações significativas na vida paulista em relação àquele imposto pelas normas e tradições ibéricas. A atuação das mulheres no interior da família fazia com que o poder do *gênero* masculino se tornasse menos rígido, embora os valores daquela sociedade fossem patriarcais.¹⁵⁴ Essa participação ocorria de

¹⁵¹ Florestan Fernandes. “A sociedade escravista do Brasil”. In: *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 19.

¹⁵² A respeito das mortalidades indígenas ocorridas pelo “choque microbiano” deflagrado com o contato com os europeus ver Luiz Felipe de Alencastro. Op. Cit., 127-131.

¹⁵³ João Adolfo Hansen. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In: Aduato Novaes (org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 347-373.

¹⁵⁴ Sérgio Buarque de Holanda, aprofundado o tema da família patriarcal desenvolvido por Gilberto Freyre, dizia que as famílias se organizavam “segundo as normas clássicas do direito romano-canônico, mantidas na península ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada de *familus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas membros livres do vasto corpo, *inteiramente subordinado ao patriarca, os liberi*”. Essa família patriarcal era formulada de maneira a subtrair o Estado em detrimento da família, na qual se detinham as idéias de “respeitabilidade”, “obediência” e coesão”. Essa análise também entendia a atuação feminina como rigidamente inviável, não possibilitando às mulheres nenhum espaço de atuação, pois “a família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se

forma ambígua. Por um lado, as senhoras estavam sob o controle das autoridades masculinas locais. Por outro, conseguiam espaços de atuação e negociação com os homens da governança, tendo uma condição social elevada em relação às populações indígenas. Assim, nas transformações lentas da desigualdade entre os *gêneros*, as senhoras formavam um poder intermédio, no qual se tornavam hierarquicamente superiores à população cativa, principalmente no que se refere às negras da terra.

ao de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral, inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida”. Nessa perspectiva o Estado e as relações de gênero – ambas relações de poder - são cristalizados e destituídos de sua historicidade e da possibilidade de participação e mudança. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 81-85.

2.2. Negociações e tensões

“...há muitas viúvas casadas segunda vez sem darem partilhas a seus filhos nem as querem dar....”

*Juiz dos Órfãos Bernado de Quadros*¹⁵⁵

“...pelo abuso que há nesta terra em quererem ter seus filhos depois de casadas as viúvas contra o que Sua Majestade manda...”

*Juiz dos Órfãos Antonio Telles*¹⁵⁶

Na vila de São Paulo, as mulheres senhoriais, muitas vezes, adquiriam um importante espaço de negociação com as autoridades. Os acordos eram realizados habitualmente pelas viúvas que adquiriam um papel de destaque nessa sociedade. Essa atuação tornava-se significativa quando abordados os litígios jurídicos das partilhas patrimoniais presentes nos inventários, as quais eram realizadas após a morte de seus antigos maridos.

No último quartel do Quinhentos, a prática de inventariar era cada vez mais constante nos estamentos senhoriais da vila de São Paulo. Originários do Velho Mundo, esses processos adquiriam novos contornos na América. As escravarias indígenas e mesmo os raros escravos da Guiné eram arrolados e distribuídos entre os herdeiros.

Responsáveis pelos arrolamentos e partilhas dos bens, o juiz de órfãos era em alguns momentos escolhido pela Coroa e em outros pela Câmara. Esses oficiais da jurisprudência colonial mantinham uma posição social de destaque.¹⁵⁷ Segundo as normas ditadas pelas *Ordenações Filipinas* de 1603, ao morrer, aqueles que possuíam algum filho (ou filha) órfão, menor de 25 anos, tinham seus bens arrolados e cabia à instituição do Juizado de Órfãos cuidar da criação e do seu patrimônio. Para isso, existiam os curadores

¹⁵⁵ Inventário de Francisco de Saraspes (1614). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, p. 35.

¹⁵⁶ Inventário de João do Prado (1615). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, p. 97.

¹⁵⁷ Segundo a normatização do Código Filipino, “e o Juiz dos Órfãos deve com grande diligência e cuidado saber quantos órfãos há na cidade, vila, ou lugar, em que é juiz, e fazê-los todos escrever em um livro de cada órfão, e cujo filho é, de que idade, e onde vive, e com quem, e quem é o seu tutor, e curador. E deve saber quantos bens tem móveis e de raiz, e quem os traz, e se andam bem aproveitados, danificados, ou perdidos, e por cuja culpa e negligência, para os poder aproveitar e arrecadar. E assim deve fazer pagar aos órfãos toda a perda e dano em seus bens receberam, por aqueles que nisso achar negligentes, ou culpados. E o juiz, que o assim cumprir, pagará aos ditos órfãos toda a perda e dano que por isso receberem”. In: “Título LXXXVIII. Dos Juizes dos órfãos” das *Ordenações Filipinas* (1603). *Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d’ El Rei D. Felipe, o primeiro.* São Paulo: Edição Saraiva, vol. 1, pp.468.

ou tutores, que se responsabilizavam não só pela administração e conservação da sua fortuna, mas pela educação da prole até a sua emancipação.

Caso os órfãos fossem proprietários de bens móveis, o juiz os vendia e os passava para os tutores, os quais por sua vez deveriam comprar bens de raiz para que houvesse renda.¹⁵⁸ Esse patrimônio comprado só poderia ser vendido caso não fosse em prejuízo do órfão e sob a autoridade do juizado. O dinheiro da venda dos bens móveis, jóias e pedras preciosas ficava depositado em uma arca fechada com três chaves (para o juiz, o escrivão e o depositário). Entretanto, cabia ao juiz a retirada de alguns bens para o sustento dos órfãos durante dois anos. Passado esse tempo, o mesmo processo deveria se repetir, até o menor atingir a maioridade, ou quando este casar-se depois dos 18 anos com a autorização do juizado.¹⁵⁹

Quando um dos cônjuges falecia, ficava sob o encargo do juiz dos órfãos a entrega dos bens aos curadores, que deveriam ser escolhidos pelo pai testamentário.¹⁶⁰ Na morte do marido a mulher era denominada como “cabeça de casal”. Conforme as *Ordenações Filipinas*,

“...se algum órfãos não tiver Tutor, ou Curador, que lhe fosse deixado em testamento, e tiver mãe, ou avó, que viverem honestamente, e não forem já outra vez casadas, e quiserem ter as tutorias, ou curadorias de seus filhos, ou netos, não consentirá o Juiz dos Órfãos, que usem delas até perante ele se obriguem de bem e fielmente administrarem os bens e pessoas de seus filhos, ou netos: e que havendo casar, antes que casem, pedirão que lhes sejam dados tutores ou curadores, aos quais entregarão todos os bens, que aos ditos órfãos pertencerem; para o que renunciarão perante o juiz o benefício da lei do Velleano, a qual diz, que nenhuma mulher pode ser fiador, nem obrigar-se por outrem, a qual Lei lhes será declarada qual é, e o favor, que por dela lhes é dado”.¹⁶¹

As mulheres casadas em meação, quando viúvas, mudavam de categoria social, tornando-se “em posse e cabeça de casal”.¹⁶² No entanto, elas eram vistas como tuteladas, devendo ser auxiliadas pela legislação e pelo juizado dos órfãos, o qual tinha a obrigação de mudar a tutoria para um homem caso as mulheres “desbaratassem” e danificassem o patrimônio da prole. No entanto, “se a tal viúva foi mulher de Fidalgo, ou de Desembargador, ou cavaleiro, se a Justiça da terra tiverem dela tal informação por honra do

¹⁵⁸ Ibidem, p. 477.

¹⁵⁹ Ibidem, pp. 476-484.

¹⁶⁰ “Título CII. Dos tutores e curadores que se dão aos órfãos”. *Ordenações Filipinas (1603). Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d’ El Rei D. Felipe, o primeiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985, pp. 994-1004.

¹⁶¹ Ibidem, pp. 998-999.

marido e da sua linhagem façam-no-lo logo a saber antes de outra cousa, para mandarmos o que for Direito sem escândalo de sua geração”.¹⁶³

As práticas das partilhas, muitas vezes, se configuravam de maneiras diferenciadas da normatização, conforme assinalou Caio Prado,

“as leis não só eram uniformemente aplicadas no tempo e no espaço, como freqüentemente se desprezavam inteiramente, havendo sempre, caso fosse necessário, um ou outro motivo justificado para a desobediência. E daí, a relação que encontramos entre aquilo que lemos nos textos legais e o que efetivamente se pratica é muitas vezes remota e vaga, se não redondamente contraditória”.¹⁶⁴

As divisões dos bens também não eram imediatamente realizadas, levando longos tempos em que ocorriam tensões e negociações das partes envolvidas no processo. Muitas mulheres senhoriais, viúvas dos senhores que faleciam fora da vila, passavam a ter a curadoria e a tutoria dos filhos em conjunção com os homens procuradores que se responsabilizavam pela representação jurídica do *gênero* oposto.

É interessante observar que nos processos dos 78 inventários realizados pelas mulheres, os seus viúvos, ou filhos acabavam controlando o processo de partilha. Diferentemente, nos 132 inventários dos homens, havia a participação das viúvas, e quando os inventariados eram viúvos, as filhas tinham direito à herança e participavam dos conflitos judiciais neles ocorridos. Além disso, nota-se a importância das divisões dos bens entre os familiares, pois segundo Bacellar,

“o fundamental, na análise do processo de transmissão fundiária e de fortuna, é atentar para os resultados a longo prazo. Os dados da partilha, as avaliações dos adiantamentos em prol deste ou daquele filho, tudo é de inegável importância. Porém acima de tudo, os desdobramentos finais podem ser diversos daqueles sugeridos pelos documentos, pois uma propriedade (...) poderia estar em um patamar de exploração bastante variável, desde a extrema lucratividade até o déficit crônico. Logo, herdá-la poderia ser uma grande vantagem ou desvantagem”.¹⁶⁵

Em um ciclo de vida centrado no “Ancien Régime biológico”, como dizia Braudel, as mulheres, apesar de estarem sempre “expostas” à maternidade, eram numericamente superiores aos homens e podiam assim constituir um excedente de viúvas.¹⁶⁶ Também a

¹⁶² “Título XCV, Como a mulher fica em posse e cabeça de casal por morte do marido”. *Ibidem*, pp. 949-954.

¹⁶³ “Título CVII. Das viúvas, que alheam, como não devem, e desbaratam seus bens”. *Idem*, pp. 1015-1016.

¹⁶⁴ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo; Brasiliense, 1999, p. 301.

¹⁶⁵ Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório de engenhos do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997, p. 18.

¹⁶⁶ Segundo Braudel, “...as mulheres estão terrivelmente expostas pelas sucessivas maternidades. Todavia, se bem que os homens sejam mais numerosos ao nascer (ainda hoje, 102 para 100), o total os números que possuímos, a partir do século XVI, revela que as mulheres levam a melhor sobre os homens, nas cidades e até

vila de São Paulo passava por esse processo, que se estendeu por um longo tempo na região. A população masculina era caracterizada por uma movimentação em direção ao sertão e à costa brasileira. E as mulheres ficavam conseqüentemente com os “maridos ausentes” ou em viuvez.¹⁶⁷

Essas viúvas paulistas, habitualmente, casavam-se novamente e com frequência não perdiam a guarda dos filhos e dos bens.¹⁶⁸ Era o caso de Suzana Rodrigues, casada com o sapateiro Damião Simões, que faleceu por volta de 1575. A senhora também era irmã do juiz ordinário Balthazar Rodrigues e do tabelião Paulo Rodrigues, e mãe de Damião Simões, que aprendia o ofício de barbeiro em São Vicente com Antonio Rodrigues. Em Piratininga, a viúva casou-se novamente com Martim Rodrigues, comerciante espanhol, pecuarista. Com esse cônjuge teve ainda mais três filhas, Maria, Tenória e Ana da Veiga.

Viúva pela segunda vez, passou a administrar um patrimônio de 90\$000 e 57 cabeças de gado, além de controlar uma força de trabalho de 25 escravos.¹⁶⁹ De acordo com o inventário do segundo cônjuge:

"foi entregue toda esta fazenda conteúda neste inventário á viúva Suzana Rodrigues por estar satisfeito dela *ser mulher para governar a sua casa e casar a sua filha* por se já de idade para isso e haver casado já outras duas em ausência de seu marido Martim Rodrigues e ela se deu por entregue e prometeu cuidar de sua filha e casá-la a melhor que puder com seu consentimento dele dito juiz e porá em cobro e arrecadação e multiplicação como cousa sua própria e pela confiança que tem dela e o prometeu fazê-lo assim e tudo perante seu filho Damião Simões que a tudo esteve presente e por ela não saber assinar eu tabelião assinei por ela eu Simão Borges”¹⁷⁰

Fazia parte do espólio da família as obras *O Retábulo da vida de Christo*, uma *Chronica do Grão Capitão*, *Instruções de Confessores* e *Mysterios da Paixão*. Essas obras demonstram que a senhora Suzana Rodrigues podia “governar a sua casa e a casar a sua

nos campos (com poucas exceções, entre as quais, por pouco tempo, Veneza e mais tarde São Petresburgo). As aldeias de Castela, onde são feitos inquéritos em 1575 e 1576, possuem todas um lote excedentário de viúvas”. Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1, 1997, p. 75.

¹⁶⁷ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995, p. 29.

¹⁶⁸ Discutindo a condição social das senhoras viúvas nas Minas, Ida Lewkowicz e Horacio Gutiérrez notaram que as viúvas tornavam-se, geralmente, “as gerentes dos bens” dos filhos menores, apesar das restrições legislativas como a perda da guarda do patrimônio da prole caso casassem novamente. Ademais, o momento da viuvez parecia ser privilegiado, pois, finalmente, as mulheres podiam estar à testa dos negócios. Ida Lewkowicz & Horacio Gutiérrez. “As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Estudos de História*. Franca, vol.4, 1997, pp. 136-137.

¹⁶⁹ Inventário e testamento de Damião Simões (1578). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol I, pp. 1-20. Inventário de Martim Rodrigues (1612). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 2, 1920, pp.5-76.

¹⁷⁰ Inventário de Martim Rodrigues (1612). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 2, 1920, pp 15-16.

filha” e tinha uma posição mais destacada na sociedade senhorial e estamental da vila de São Paulo, apesar do primeiro esposo ser sapateiro e do primogênito ter o ofício de barbeiro.¹⁷¹

Lucrecia Leme, viúva de Fernão Dias, moradora do termo da vila chamado Pinheiros, fora curadora e testamenteira do esposo, que lhe deixara toda a escravaria e a terça. Segundo o próprio testamenteiro,

"declaro que eu deixo á dita minha mulher todas as peças forras que em minha roça se acharem para ela só se sirva delas e não entrem em partilhas e peço ao senhor desembargador o haja assim por bem o reverendo padre Gabriel Gonçalves com ele determinarão isso porque assim lh'o requeiro e peço o hajam assim por bem as quais peças forras são Gonçalo tupinaem, Simão topinaem, Joane a sua mulher Helena e uma filha Juliana tupinaem, André tupinaem"¹⁷²

Ao morrer o marido, a mesma senhora pedia que abrissem o inventário, o qual era avaliado por dois homens e depois chancelado por Francisco Sotil de Siqueira, “provedor mor dos órfãos e defuntos ausentes e resíduos de todo este estado do Brasil”, que ordenava que ela ficasse

" cabeça de casal, por tutora e curadora de seus filhos órfãos e que nenhuma justiça entenda com ela enquanto as ditas partilhas não forem feitas ou até fazerem e que ao tempo de se fazerem se dê cumprimento ao testamento conforme a vontade do defunto e que entanto os ditos órfãos se possam sustentar e alimentar de monte mor que receberá justiça e mercê".¹⁷³

Como responsável pelos filhos, escravarias e patrimônio, a viúva, por meio do procurador e genro Simão Borges “protestava” ao mesmo juiz porque “correndo algum perigo as peças ou outra coisa conteúda neste inventário enquanto se não fizessem as partilhas quer por via de morte quer fugir de ser tudo por conta e risco do monte maior que ela como cabeça do casal tinha em seu poder o que protestava não ser por conta dela mais do que lhe couber o seu quinhão e o dito desembargador mandou tomar o seu protesto...”.¹⁷⁴

Após o falecimento do primeiro marido de Maria de Moraes, o curador Ascenso Ribeiro fazia uma diligência para ela, sua cunhada, dizendo ao Juiz dos órfãos Antonio Telles que a viúva queria os filhos

“em seu *poder com consentimento* do dito curador e os queria alimentar á sua custa assim machos como fêmeas e que os machos trazia na escola e que isso queria fazer por serem filhos sem fazenda nem legítima dos ditos menores se gastar cousa alguma senão somente á custa dela dita viúva e visto pelo dito curador

¹⁷¹ Ibidem, pp.12-13.

¹⁷² Testamento de Fernão Dias (1601). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, p. 416.

¹⁷³ Ibidem, pp. 418.

¹⁷⁴ Ibidem.

andarem os meninos na escola e sua mãe obrigar-se a os sustentar e alimentar e obrigar-se a isso sem os órfãos gastarem de seu cousa alguma houve por bem com aprazimento do dito juiz que a dita sua mãe os tivesse enquanto ela quisessem e a justiça não determinasse outra cousa a requerimento do dito curador e o assinaram...."¹⁷⁵

As tensões entre os curadores e tutores se aprofundavam em alguns momentos das partilhas. Em 1613, a viúva Feliciano Parenta caía nas malhas de uma complicada trama familiar. Os avós paternos dos seus filhos Ana Camacho e Domingo Luiz, o velho pediam a curadoria, o valor correspondente a 75\$000. No entanto, a avó materna Clara Parenta e Pedro Madeira, cunhado do falecido passavam a brigar pela curadoria e tutoria dos “infantes”. A viúva Feliciano ficava um tempo “recolhida”, vivendo “honradamente”¹⁷⁶, e a “matriarca” e avó Clara tornava-se a administradora do patrimônio, pagando a parte do neto Gonçalo Madeira, em 1633.¹⁷⁷ A mesma avó também era responsável pelo neto Francisco, filho de Maria Jorge.¹⁷⁸

A parte que cabia a Feliciano como viúva era umas casas dessa vila, no valor de 20\$000, o sítio de Além (6\$000), 24\$000 de roças, a metade do gado (20\$800), o milho (5\$000), a ferramenta toda (4\$800), um quintal de algodão (1\$600), a metade dos feijões (\$800), os porcos (1\$500), uma poldra (1\$600), 2 caixas (2\$400), as cadeiras e a mesa (4\$440) o estanho todo (2\$800), o tacho (\$800), 1 cobertor (1\$000), a bacia (\$320) e ainda 25\$460 em dívidas ativas.¹⁷⁹

Novamente casada com Manuel Alves Pimentel, a senhora Feliciano ficava desta vez com o quinhão de 66\$710. Nas dívidas do inventário havia uma contraída com a sua mãe no valor de 44\$710. No entanto, dessa vez, a viúva tornava-se curadora de seus filhos e de sua fazenda para que “olhasse por eles ensinando-lhe todo o bem....”¹⁸⁰. Como viúva pagava à mãe o que o antigo marido devia em gado. Também pagava outras dívidas como os que deviam a Cornélio Darzan.¹⁸¹

¹⁷⁵ Inventário de Francisco Ribeiro (1615). Op. Cit, p. 61.

¹⁷⁶ Inventário de Domingos Luiz, o moço (1613). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, p. 17.

¹⁷⁷ *Ibidem*, pp.108-119.

¹⁷⁸ Inventário de João Tenório (1634). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 9, p. 341.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 88.

¹⁸⁰ Inventário de Manuel Alves Pimentel (1632). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 31, p. 176.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 183.

Nesse caso, percebe-se a autoridade firme de Clara Parenta sobre a filha Feliciana, a qual só conseguira uma relativa autonomia perante a mãe na segunda viuvez, provavelmente após uma série de confrontos entre as duas senhoras.

O papel das viúvas na sociedade da vila parece ser um assunto recorrente para os próprios moradores. Izabel Antunes, após enviudar de Francisco de Saraspe, tornava-se “cabeça de casal” e “senhora de gente”, e casou-se novamente com Crysostemo Álvares. Sendo casada, a viúva era obrigada a delegar o cuidado dos filhos a um outro curador. No entanto, a senhora insistia tanto em continuar com a gerência do patrimônio familiar e da prole que o juiz Bernardo de Quadros acabava se colocando contrário à prática das viúvas de não concordarem com a legislação e com as partilhas.¹⁸²

O juiz dos órfãos Antônio Teles, em 1615, também considerava abusiva a atuação das senhoras viúvas na terra de São Paulo, por elas casarem-se em segundas núpcias e ainda continuarem a cuidar dos filhos e, provavelmente, também do patrimônio familiar.¹⁸³

Percebe-se que nem sempre as autoridades abriam espaço para negociação de maneira fácil, tendo as mulheres senhoriais paulistas que se impor contrariamente às posições legais e aos patriarcas da jurisprudência. Nessa perspectiva, nota-se que havia um conflito latente que de modo contraditório demonstrava a opressão e a atuação do *gênero* feminino dos estamentos senhoriais.

Felipa Vaz, cunhada de Amador Bueno e filha do capitão João Branco, por direito, recebia a metade do patrimônio do esposo, e ainda era declarada como curadora de seus filhos órfãos enquanto viúva porque os fosse ensinando, doutrinando e apartando do mal e chegando para o bem. Ela prometeu fazer o ofício de curadora de que fazia “este termo que por não saber assinar assinou pela dita viúva seu pai Francisco João...”.¹⁸⁴

Os legados e as disposições davam às mulheres uma certa capacidade de negociação que dependia muito das suas condições materiais e do seu *status* frente as suas famílias. Para não desfazer-se do patrimônio familiar, os estamentos senhoriais precisavam dar continuidade à produção das suas lavouras.

¹⁸² Inventario de Francisco de Saraspe (1614). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, p. 34.

¹⁸³ Inventário de João do Prado (1615) *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, p. 97.

¹⁸⁴ Inventario de Francisco Bueno (1638). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 1-64.

A viúva Cecília Gaga era declarada como “curadora, tutora e administradora dos filhos”. A sua rede de atuação ultrapassava a vila de São Paulo ao comprar as “moradas de Santos” de Lopo Ribeiro.¹⁸⁵

Antonia Gonçalves, casada em segundas núpcias com Jorge Fernandes, tinha o retorno da curadoria dos órfãos Izabel, Maria e Raphael para “doutriná-los” e “alimentá-los”, graças a desistência do curador Miguel Carrasco.¹⁸⁶ Mas o inventário do primeiro marido não terminava antes de conflitos com os filhos, se arrastando até 1659.

Em 1633, o curador Diniz Cardoso desistia da função, entregando à viúva Maria Leite os filhos, os bens materiais e os 90 cativos indígenas.¹⁸⁷

Existia ainda mais uma possibilidade da mulher assumir a curadoria, era quando o curador falecia. Foi o que ocorreu com Madalena Fernandes, que tomou posse da curadoria na ocasião do falecimento do genro Antonio da Silveira.¹⁸⁸

Eventualmente, ocorriam conflitos violentos no interior familiar. Em 1636, Maria Nunes, acusada de ser mandante do assassinato do esposo Antonio de Almeida viu-se na prisão, juntamente com os escravos indígenas Sicília e Francisco, que serviam à senhora. No entanto, a viúva, libertada das grades, tomava segundas núpcias com João Fernandes Camacho, e recebia os 28\$510 que lhe cabiam da meação dos bens. Desse modo, a senhora era libertada e não foi provada a sua culpa no caso. Além disso, a “honra” dessa senhora parece não ter sido manchada e ela voltava a ter o antigo status.¹⁸⁹

Havia casos em que as viúvas passavam por momentos de necessidade, como Paula Gonçalves, que mesmo recebendo uma escravaria de 19 cativos, na meação, era obrigada a contar com o auxílio paterno para pagar as inúmeras dívidas do antigo esposo Domingos Bicudo.¹⁹⁰ A viúva Ignácia Alves, senhora de 93 cativos provenientes da herança, e recebendo 62\$000, pedia ao juizado para não vender os bens devido à necessidade de “sustento dos filhos”.¹⁹¹

Não eram somente as mulheres que se casavam mais de uma vez, também os homens senhoriais faziam isso. Esses novos casamentos podiam causar mais problemas no

¹⁸⁵ Inventário de Francisco Dias Pinto. (1611). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, p. 30.

¹⁸⁶ Inventário de Raphael Dias (1625). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 162-163.

¹⁸⁷ Inventário de Pedro Dias (1633). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 9, pp. 53-72.

¹⁸⁸ Inventário de Pedro Domínguez (1633). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 9, p. 203.

¹⁸⁹ Inventário de Antonio de Almeida (1636). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 10, pp. 227-324.

¹⁹⁰ Inventário de Domingos Bicudo (1637). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 10, pp. 433-437.

momento da divisão do patrimônio. Nas partilhas de Francisco de Proença, João Ribeiro, filho de Francisco de Proença e Izabel Ribeiro, recebia do inventário materno 168\$960. Ana de Proença, filha de Francisco de Proença e Méssia Bicudo, casada com Salvador Pires de Medeiros, ficava com a importância de 306\$360. Magdalena Dias, esposa de Gomes de Proença, e cunhada do falecido, estava em situação desconfortável por “seu marido não estar na terra e porque é mulher que não entende nem sabe o que nisso há de fazer”.¹⁹² A situação tornava-se mais tensa quando João Ribeiro entrava com um requerimento na tentativa de impedir a distribuição do patrimônio pelos herdeiros legítimos. Nesse processo, justificava a “nobreza” paterna e a impossibilidade da órfã ilegítima e mameluca Luzia de receber 15\$000.¹⁹³

A divisão do legado entre os filhos não visava a fragmentação dos bens maiores como as benfeitorias e o gado, pois isto acarretaria a ruína econômica familiar. Para impedir isso, as mulheres senhoriais casavam novamente ou tentavam manter o controle dos bens produtivos intactos para não prejudicar a produção familiar.¹⁹⁴ Além disso, de acordo com Bacellar

“...a fortuna dos casais de elite podia ser transmitida aos herdeiros sob três formas: o dote, a terça e a partilha final dos bens. Suas funções e dimensões eram plenamente distintas, do mesmo modo que suas composições. Dote e partilha raramente deveriam ocorrer na mesma ocasião, pois o dote só tinha existência precedendo a partilha. Mas uma morte súbita e precoce dos pais poderia apressar a sucessão, e os filhos que até então não houvessem recebido dotação não mais o receberiam, pois a legítima advinda do inventário eliminaria a necessidade de tal evento”.¹⁹⁵

Nas partilhas dos inventários paulistas, a maioria das filhas e dos “seus maridos abriam mão da herança por estarem satisfeitos com o que já haviam recebido. Abriam mão,

¹⁹¹ Inventário de Simão Borges Cerqueira (1640). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 13, pp. 264-265.

¹⁹² Inventário de Francisco de Proença (1638). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 11, pp. 419-493.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Bacellar, abordando o processo sucessório da transmissão de bens das famílias de elite dos senhores de engenho Oeste paulista, tem como idéia fundamental que as famílias proprietárias de engenhos privilegiavam a sucessão masculina nas partilhas das heranças. Além disso, os filhos dessa elite econômica eram obrigados a migrar para áreas distantes da origem. Desse modo, seu interesse está nos movimentos migratórios, principalmente masculinos, dessa camada social. Com o adiantamento da herança que os filhos homens recebiam, eles acabavam formando uma nova unidade produtiva. E, a partir dessa migração, podiam se enriquecer mais do que os filhos que haviam ficado na casa dos pais. Tal fato, dificilmente ocorre na vila de São Paulo, pois o sertão era uma fronteira flexível para a colonização, onde havia um espaço de expedições predatórias de indígenas. Mas ao mesmo tempo, era um local onde existiam maiores dificuldades de enriquecimento do que a vila. Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Op. Cit.*

¹⁹⁵ *Idem*, p. 127.

também, porque, se seus dotes eram muito maiores do que a sua legítima, e esperava-se que devolvessem o excesso a seus irmãos e irmãs”.¹⁹⁶

Embora o discurso das autoridades como do Juizado de Órfãos fosse fortemente carregado de concepções do poder patriarcal, as mulheres viúvas senhoriais, possivelmente, tinham atuações significativas no momento das partilhas do patrimônio dos seus falecidos maridos. Mas os acordos eram repletos de tensões e intrigas familiares em razão da partilha.

Nos conflitos para a divisão do patrimônio, acabavam negociando com as autoridades da vila como o Juizado de Órfãos, ou com familiares como sogros e cunhados. Essas negociações, no entanto, podiam variar conforme a posição social feminina, pois viviam em uma “sociedade estamental, fundada nos privilégios jurídicos como elemento diferenciador”.¹⁹⁷

Dotes e legítimas

A posição de casada, conforme as normas do Velho Mundo, era condição primeira para a consolidação dos estamentos senhoriais na colônia. Mas antes do casamento, as “raparigas” senhoriais aprenderiam a coser e bordar, enquanto que os meninos deveriam aprender a ler e a escrever.¹⁹⁸ As mulheres senhoriais paulistas, entretanto, deveriam casar-se mediante o pagamento do dote, o que significava a presença de recursos para a formação de novos núcleos familiares.¹⁹⁹

Os estamentos senhoriais Seiscentistas, como afirmou Muriel Nazzari, partilhavam e reagrupavam o patrimônio com os casamentos e os re-casamentos das viúvas dos senhores sertanistas e das senhoras falecidas nos partos. Desse modo, “o sobrevivente em geral tornava-se a se casar, voltando a unir duas propriedades diferentes e ampliando a unidade de produção”.²⁰⁰

¹⁹⁶ Muriel Nazzari, Op. Cit., p. 45.

¹⁹⁷ Antonio Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001, p. 62-63.

¹⁹⁸ Maria Odila da Silva Dias. Op. Cit, pp. 55-56.

¹⁹⁹ Segundo Muriel Nazzari, “os dotes eram importantes na vida dos proprietários paulistas do século XVII, pois geralmente proporcionavam a maior parte da mão-de-obra e dos meios de produção necessários para um casal dar início a sua nova unidade produtiva. Quando suas filhas se casavam, os pais se privavam de considerável quantidade de bens destinada aos dotes, muitas vezes concedendo dotes várias vezes maiores do que os filhos homens iriam herdar. Mais ainda, considerava-se que era obrigação dos filhos trabalhar duramente para colaborar com os dotes de suas irmãs”. Muriel Nazzari. Op. Cit, p. 45.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 42.

Em meados do século XVII, os dotes das famílias senhoriais eram fartos em termos das posses. Fernão Dias declarava em testamento um imenso rol de dote para a filha Izabel Paes:

“cento e cinqüenta cruzados em dinheiro e cento e três peças duas fêmeas e um macho, outra havia cinco ou seis meses que houve Gaspar Golaço por quarenta cruzados em dinheiro, outro rapaz por nome Luiz que ele logo vendeu a Pero Taques por onze mil réis. Outrossim lhe dei vinte e três cabeças de gado vacum a saber doze vacas com onze filhos e filhas a saber sete fêmeas quatro machos pela qual criação meu genro Manuel João lhe dava por ela vinte cruzados e meio mais uma égua mansa com podro pela qual me davam quinze cruzados e mais lhe dei três porcos cevados que valiam doze cruzados e mais três porcas e outras bacoros dez ou doze cabeças que bem valiam quinze cruzados, e assim lhe dei uma saia de Londres florentino e um gibão de tafetá que valiam vinte e cinco cruzados mais lhe dei dois calçados a saber dois pares de botinas e uns chapins um manto de sarja de nove côvados que custou quatro cruzados e mais cinco côvados de baeta roxa que custou cinco mil réis um chapéu que custou quatro cruzados um cobertor de papa novo que custou dez cruzados um anel de ouro que custou três/quatorze mil réis em carnes de porco salgadas por um lanço de casa que [trecho sem transcrição] pude fazer mais lhe dei mandioca que comeu dois anos ele e sua mulher e suas peças [trecho sem transcrição] criação de porcos que ao menos podia valer cinqüenta cruzados e porque todas estas cousas que lhe dei em casamento delas me não quis dar quitação e se foi da capitania e ele é obrigado a tornar por minha morte ao monte o que mais leva [trecho sem transcrição] e lhe cabe fiz esta declaração para que saiba o que levou para que torne o que mais levou para os meus filhos fiquem todos iguais em suas legítimas”.²⁰¹

No segundo quartel do século, o comerciante Lourenço Fernandes Sanches deixava aos descendentes consideráveis somas em dote. Catharina Freire, casada na Bahia com Manuel Maciel Aranha, era privilegiada, recebia umas casas em 100\$000 e uma dúzia de vacas parideiras, no valor de 30\$000 no sítio. Bartholomeu Freire, o filho, era dotado com uma negra da Guiné (40\$000). Para a neta, filha de Lourenço Freire, deixava 60\$000.²⁰²

Antonia Gonçalves privilegiava as filhas já distribuindo os bens no testamento. Izabel Rodrigues recebia cruzados que pagava à João de Santana por sua Negra Leonor, a metade de umas casas (12\$000) como benfeitoria; 2 cadeiras e 1 mesa com sua cadeira (2\$400), 1 catre (\$600), meia arroba de estanho (4\$480), 1 caixa com sua fechadura (1\$000), 1 colchão e 1 fronha e 1 lençol (6\$000), 1 travesseiro (1\$200), 1 toalha de água às mãos e seis guardanapos e umas toalhas de mesa (1\$200) como bens domésticos e estoque.

Como bens pessoais e de prestígio lhe foram dados 1 roupão (12\$000), 1 manto (6\$000), 1 corpinho de veludo e um gibão de cetim vermelho (8\$000). A mãe ainda lhe fornecia uma herança imaterial como 24 vacas e um boi (33\$200), 2 éguas (4\$000), 2

²⁰¹ Testamento de Fernão Dias (1601). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 1, pp. 401-412.

²⁰² Testamento de Lourenço Fernandes Sanches (1627). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 8, p. 202.

porcas e uma marrã e um cachaço (2\$000). Além disso tudo, a senhora distribuía seus cativos: Gonçalo e Luzia sua mulher (10\$000), Lucrecia (24\$000), Manuel (24\$000), Bartholomeu (20\$000), João (12\$000) e Miguel (12\$000).

Na legítima de Joana de Castilho havia 1 roça nova (4\$000), 25 rezes (21\$600), 2 porcas com 1 bacora e 1 bacoro (2\$000), 1 cavalgadura, 1 manto (7\$000), 1 vestido para Antonio Rodrigues (5\$000), 1 saia de tafetá (10\$000), 1 roupão de tafetá preto (5\$500), 1 saia verde (7\$000), 1 corpinho de tafetá (1\$700), 1 mesa com duas cadeiras de estado (2\$240), 1 rede (1\$600), 2 toalhas de mesa que levaram 4 varas (\$800), 1 toalha de mãos e 6 guardanapos (\$600), 1 travesseiro e 1 colchão (4\$400), meia arroba de estanho (4\$880). Dos cativos para os serviços recebia Joanne (50cruzados), outro negro (45 cruzados), Marina (50cruzados), Vitória (42 cruzados) e Jorge.

No rol da filha Maria Gonçalves, que possivelmente ficara desfavorecida no sistema de divisão do patrimônio materno, os bens da casa predominavam: 2 cadeiras, 1 toalha, 6 guardanapos, 2 toalhas de água às mão, 1 saleiro, 1 jarro, 1 castiçal, 19 pratos de estanho dois grandes e 7 pequenos, 1 colchão com dois lençóis, 1 almofada, 1 cobertor, 1 tacho. Além destes recebia 2 foices, 2 enxadas e 1 machado, 1 égua e 1 poldro, 2 porcas. Recebia também 1 roupão, 1 saia, 1 gibão e apenas a escrava forra Brizida.²⁰³

Mesmos os senhores menos abonados deixavam algum dote. Antonio Gonçalves dotava a filha Leonor Esteves com 4 vacas.²⁰⁴ Simão Borges Serqueira dava em dote a filha Maria um gentio da Guiné por nome Antonio.²⁰⁵

Em 1628, Leonor Leme, casada com Thomé Martins, filha de Matheus Leme e da falecida Antonia de Chaves, recebia saias e um manto amarelo. À imã, Marina de Chaves, casada com Antonio Lourenço lhe foi dado um valor mais alto, 23 rezes.²⁰⁶

Desse modo, os estamentos senhoriais possuíam o costume de privilegiar alguns de seus filhos dotando a eles escravos, como aconteceu com Luiz Furtado que declarou em testamento deixar a rapariga Tenória, para a sua neta Barbara, filha de Mathias Cardoso; e

²⁰³ Testamento de Antonia Gonçalves (1613). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol.3, pp. 120-198.

²⁰⁴ Testamento de Antonio Gonçalves (1628). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 7, pp. 379-401.

²⁰⁵ Testamento de Simão Borges Serqueira (1632). *I. T.* DAESP, 1921, vol. 9, p. 39.

²⁰⁶ Testamento de Matheus Leme (1628). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 9, p. 11.

para Luzia Furtado, sua filha, o índio Martinho, sua esposa e mais as moças Francisca e Violante.²⁰⁷

Jeronyma Fernandes, em 1630, distribuía as escravarias entre os filhos. No testamento declarou:

"á dita minha filha Izabel deixo um chapéu. A meu filho João mando se lhe dê uma rapariga por nome de Justina em satisfação de [trecho sem transcrição] a sua irmã. A meu filho Antonio deixo [sem transcrição] nome Paschoal declaro que meu primeiro marido Francisco da Gama houve um filho [trecho sem transcrição] do gentio da terra de nação biobeba por nome Diogo da Gama mando que seja forro e liberto".²⁰⁸

Mesmo que fossem pequenas, as escravarias recebidas no dote auxiliavam as famílias senhoriais nos trabalhos diários. Como era o caso de Potencia Leite que recebia para o casamento Henrique e a mulher Fabiana, Joana com seu marido Felipe.²⁰⁹

Além dos cativos, as senhoras obtinham benfeitorias como Ana de Proença, que era dotada pelo pai, Salvador Pires, recebendo "duas moradas das casas nesta vila de taipa de pilão coberta de telha e umas delas que estão na rua de Pedro Madeira".²¹⁰

Nos testamentos dos senhores, nota-se a presença de dotes relativos a familiares sem posses, como Maria Rodrigues, que recebia de Calixto da Motta, seu irmão, a moça Ângela. O mesmo senhor deixara para a sobrinha Beatriz Gomes o cativo Diogo, em 1616.²¹¹ Catharina Felix, ganhava a metade da terça de Miguel Sanches em 1620.²¹² Esses auxílios demonstram a necessidade das mulheres senhoriais de casarem com dotes. De acordo com Nazzari,

“a contribuição da esposa com o seu dote era vital para a manutenção de sua nova família, pois ela trazia consigo grande parte do necessário para dar início a um estabelecimento produtivo. Os índios com que contribuía trabalhavam para prover a subsistência própria e a da família e produziam mercadorias para vender. Além dos índios, seu dote podia incluir terras e casas e talvez um ou dois escravos africanos. Muitas mulheres contribuía com gado, porcos ou cavalos; outras traziam consigo roças de algodão, trigo ou mandioca, prontas para a colheita. Devido à falta de moeda de moeda sonante no Brasil do século XVII, poucas mulheres traziam dinheiro para o casamento; em lugar disso, contribuía com mercadorias disponíveis para a venda, tais como carregamentos de farinha ou de trigo, que seriam vendidos para fornecer o capital para a compra de gado, ferramentas ou suprimentos”.²¹³

²⁰⁷Testamento de Luiz Furtado (1636). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921 vol. 10, p.139.

²⁰⁸Testamento de Jeronyma Fernandes (1630). *I. T.* São Paulo: DAESP: vol. 8, pp. 233-244.

²⁰⁹Testamento de Antonio Rodrigues (1614). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 3, 375-387.

²¹⁰ Inventário de Salvador Pires (1638) *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 11, p. 427.

²¹¹ Inventário de Henrique da Costa (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 4, pp.168-169.

²¹² Testamento de Miguel Sanches (1620). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 1, p. 181.

²¹³ Muriel Nazzari. *Op. Cit.*, p. 59.

Pode-se considerar que as mulheres senhoriais paulistas realizavam arranjos familiares no momento da divisão do patrimônio nas partilhas das heranças, utilizando e se beneficiando das práticas do dote e das terças. No entanto, esses acordos variavam conforme a habilidade individual e a posição sócio-econômica feminina.

Nas negociações jurídicas as mulheres senhoriais, e principalmente as viúvas, adquiriam uma posição de destaque perante as autoridades, pois elas representavam um domínio intermediário entre os senhores e as populações gentílicas. Além do mais, algumas vezes, assumiam posições de chefia familiar, substituindo seus antigos maridos até os seus filhos crescerem. No entanto, as senhoras também podiam casar novamente, constituindo novos núcleos de famílias e tentando manter o controle do patrimônio dos filhos do primeiro esposo.

As mulheres senhoriais paulistas adquiriam uma autonomia relativa na sociedade estamental senhorial e escravista, entrando em tensões com o juizado dos órfãos, realizando negociações com as autoridades e pagando esmolas às instituições religiosas. Apesar do domínio masculino e da opressão feminina, essas senhoras, principalmente quando viúvas, conseguiam formar, contraditoriamente, um poder intermediário nessa sociedade hierárquica e desigual.

2.3. A dádiva da esmola

“A esmola é fruto de uma noção de moral da dádiva e da fortuna, de um lado, e de uma noção de sacrifício, de outro”.

Marcel Mauss

As mulheres senhoriais participavam ativamente das redes de doações de esmolas, realizando práticas de filantropia, para ajudar os necessitados e esperando com isso conseguir a salvação de suas almas. Na vila de São Paulo, havia uma trama de solidariedade senhorial que fazia com que o *gênero* feminino do estamento senhorial tivesse um significativo espaço na religiosidade cristã. Dessa forma, a atuação das senhoras paulistas nesse duplo aspecto da esmola – dádiva e sacrifício – pode ser analisada a partir dos testamentos paulistas realizados por ambos *os gêneros* no período colonial.

Logo no final dos quinhentos, os paulistas realizavam testamentos, que tinham o sentido de distribuir os bens materiais e declarar as vontades religiosas dos testadores. Um dos aspectos fundamentais, presente nessa documentação, era a esmola, ou doação, retirada, geralmente, da terça parte do patrimônio dos indivíduos.

As esmolas testamentárias são fundamentais para a compreensão das relações sociais e da vida religiosa. Mesmo os moradores que não tinham muitas posses deixavam em testamento contribuições para as instituições religiosas, as quais cresciam com muita rapidez na passagem do século XVI para o seguinte. Conforme Taunay, “vieram regulares estabelecer-se em São Paulo, ao lado dos jesuítas. Havia beneditinos, carmelitas e capuchos de Santo Antonio decididos a fundar novas casas de suas ordens na América Portuguesa...”.²¹⁴

A prática de testamento aberto, ou seja, de caráter “público” se dava por intermédio da atuação de um escrivão e da presença de testemunhas, varões livres maiores de 14 anos. Caso o testador não soubesse assinar, como acontecia na maioria

²¹⁴ Afonso de Escragnoille Taunay. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio e reconstituição social. São Paulo no século XVI: história da vila de Piratininga*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 69.

das vezes com as mulheres, uma das testemunhas assinaria por ela. Se não houvesse escrivão, um homem maior de 14 poderia substituí-lo.²¹⁵

As senhoras paulistas participavam ativamente das redes de caridade cristã. Entretanto, esse costume parece ter sido freqüente em outros locais da Colônia. Na Bahia, por exemplo, o jesuíta Rui Pereira contava que

“...ao domingo, depois da missa, vinham as mulheres com suas esmolas de farinha e peixe, e ofereciam as diante do altar, e às vezes em tanta quantidade que não tenham os nossos, que ai residiam, em que as recolher, até que o Padre lho veio a defender. E isto, afora as esmolas que cada dia traziam a casa ora uns ora outros”.²¹⁶

É interessante notar que não fazia parte das esmolas dadas às instituições religiosas a mão-de-obra indígena. Contudo, as mais freqüentes eram os objetos de algodão e o gado.

A rede caridosa estendia-se também aos familiares como sobrinhas, cunhadas, filhas ilegítimas. Freqüentemente, os senhores doavam tecidos de algodão e roupas às meninas órfãs da vila para as auxiliarem no dote.

O testador ao doar a esmola esperava salvar a sua alma e com isso redimir-se dos pecados realizados na vida terrena. As mulheres viúvas senhoriais, com muita regularidade, pagavam as esmolas doadas pelos maridos. Era, portanto, uma prática muito comum serem as responsáveis pelo auxílio às instituições religiosas, quando mandavam rezar missas e praticavam atos da caridade cristã aos necessitados, além de doarem bens para familiares e amigos. Para o historiador Russell-Woold, “por meio dessa generosidade, a mulher branca não só reconhecia suas obrigações com a sociedade, mas era movida por um profundo sentimento de caridade cristã”.²¹⁷

²¹⁵ “Título LXXX. Dos testamentos e em que forma se farão”. *Ordenações Filipinas (1603)*. Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d’ El Rei D. Felipe, o primeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985, pp. 900-907.

²¹⁶ Serafim Leite “Carta do P. Rui Pereira aos padres e irmãos de Portugal. Da Bahia, 15 de setembro de 1560”. In: *Monumenta Historica Societatis Iesu. Monumenta Brasiliae*. Roma/Coimbra: 1958, vol. 3. (1558-1563), p. 305.

²¹⁷ “By such generosity the white female not only recognized her obligations to society, but was also moved by a profound feeling of Christian charity”. A. R. J. Russell-Woold. “Women and society in colonial Brazil”. In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, nº 1, 1977, p. 8.

Muitas vezes doente de cama, legavam esmolas para as instituições religiosas, que em 1575 constituíam-se já nas confrarias do Santíssimo Sacramento, da Nossa Senhora do Rosário, das Ermidas de Nossa Senhora da Luz, ou Guarepe, de Santo Antonio e de São Bento; e das Igrejas do Carmo, de São Paulo e do Colégio.²¹⁸

Em 1595, Antonia de Chaves fornecia à Companhia de Jesus 6 cruzados.²¹⁹ Quatro anos depois, a testamenteira Izabel Fernandes, casada com Henrique da Cunha, o velho, doava de esmola à confraria de Nossa Senhora do Rosário 1 cruzado.²²⁰

As doações também tinham outros destinatários para além das instituições, pois as roupas eram doadas para a população livre pobre em formação.²²¹ Com o passar do tempo, as esmolas aos “pobres”, parentes, confrarias e igrejas paulistas passaram a ser os tecidos e as roupas de algodão produzidos na vila. Em 1619, Izabel Sobrinha dava como esmola 40 varas de pano de algodão.²²²

Na mesma década, verifica-se que a testadora Izabel da Cunha transmitia vários bens de seu patrimônio. Doava 2\$000 para os padres da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, mais ao padre vigário João Pimentel uma novilha, uma saia de pano de algodão, uma camisa e um gibão do mesmo pano, para a mulher que foi de Serrano 1 saia de baeta, 3 camisas se davão ás filhas de Affonso Dias, 2 cabeções á mulher de Gaspar dos Reis, para o alta da Nossa Senhora da Conceição de Tinhae uma toalha de pano de algodão, e, a Messia Sobrinha doava a saia velha de raxeta.²²³

Dentre as inúmeras esmolas de Izabel da Cunha não existiam matérias primas, mas havia produtos das casas senhoriais, como a toalha e as roupas de algodão feitas pelas escravas tecedeiras.

²¹⁸ Afonso de Escragnolle Taunay. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio e reconstituição social*. São Paulo no século XVI: história da vila de Piratininga. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 70.

²¹⁹ Testamento de Antonia de Chaves (1595). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 1, 1920, pp. 65-74.

²²⁰ Testamento de Izabel Fernandes (1599). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 1, 1920, pp. 205-281.

²²¹ Há um enorme debate sobre o papel e a definição sócio-econômica dos livres pobres no período colonial. Dentre os vários trabalhos a respeito ver: Lucas Jannoni Soares. *A presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa*. São Paulo (1765-1775). Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005. Eni de Mesquita Samara. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005. Iraci Del Nero da Costa. *Arraia miúda*. São Paulo, MGSP, 1992. Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados de ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

²²² Testamento de Izabel Sobrinha (1619). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 5, 1920, pp. 273-300d.

Na década de 1630, encontrava-se no rol de doações de Messia Bicudo umas cortinas de algodão para a Nossa Senhora da Luz.²²⁴ No mesmo período, Maria de Moraes, então casada com D. Francisco de Lemos “*dará de esmola o que é uso e costume em pano de algodão*”.²²⁵ Esse produto tornava-se, então, moeda corrente nas doações das famílias senhoriais paulistas.

No leito de morte, as mulheres privilegiavam alguns familiares em detrimento de outros. Em 1629, a testadora Izabel Soares, que privilegiava doações às outras mulheres, ditava ao escrivão:

“mando que se dê a mulher de meu sobrinho Francisco Corrêa um vestido que tenho novo de raxeta e umas arrecadas de ouro e um rosário de corais com mais uma touca. Peço que se de ao Ermitão de Guararape uma esmola em pano de algodão assim mesmo se dará outra á viúva mulher que foi de Pero Gonçalves e assim também a meu afilhado o filho de Manuel Edra outra esmola da mesma espécie que meu companheiro Gabriel Pinheiro puder.”²²⁶

Dentre aquelas que recebiam doações, estava Catarina de Mendonça, tia de Antonio Cubas de Macedo, que lhe fornece como uma retribuição pelas “boas obras” que dela tinha recebido, um sítio com cercas e pasto para o gado.²²⁷ Também as doações em gado eram comuns na vila. A viúva Antonia Gonçalves além de “presentear” Nossa Senhora do Carmo com 2\$000, doava 11 vacas para uma série de confrarias (Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Sacramento, de São Sebastião, de São João, de Santo Antônio) e à casa de Santa Misericórdia e à casa de São Paulo.²²⁸

Uma das atividades mais importantes das mulheres testamentárias era a filantropia social, a qual participavam no espaço público/privado da vila. Segundo Russel-Woold,

“trabalhos de filantropia social eram mais um aspecto de convicção religiosa. Igualmente indicativos das atitudes coloniais eram as provisões testamentárias para funerais e as rezas das missas. Nesse aspecto, os desejos das mulheres testadoras se diferiam somente em pequenos pontos da daqueles da contraparte

²²³ Testamento de Izabel da Cunha (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 4, 1920, pp. 327-328.

²²⁴ Testamento de Messia Bicudo (1631). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 8, 1920, pp. 286-306.

²²⁵ Testamento de Maria de Moraes (1630). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 25, 1920, p. 107.

²²⁶ Testamento de Izabel Soares (1629). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 8, 1920, pp. 111-128.

²²⁷ Testamento de Antonio Cubas de Macedos (1623). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 5, 1920, p. 472-473.

²²⁸ Testamento de Antonia Gonçalves (1613). *I. T.* São Paulo: DAESP, v.3, 1920, pp. 120-198.

masculina. Pompa e piedade asseguravam um funeral que era notável para a posição social do falecido e que sua alma seria bem recebida devido às missas rezadas”.²²⁹

As mulheres senhoriais eram responsabilizadas também pela caridade, pois tinham o dever moral de fazer o sacrifício de pagar as dívidas dos maridos para com as Igrejas, confrarias e irmandades.

No início do seiscentos, Lucrecia Leme, “dona viúva honrada” satisfazia o testamento do esposo, Fernão Dias, pagando 5 missas ao padre Diogo Moreira.²³⁰ Em 1610, Ana de Cerqueira também mandava dizer 18 missas ao Padre Miguel Vaz; 9 lições, 1 missa cantada e 3 rezadas ao padre Constantino da Cruz, religioso sacerdote da Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Pagava também esmolas a Mathias de Oliveira e Francisco de Siqueira, mordomos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Por fim, “servia” aos mordomos de Santo Antonio, Ascenso Ribeiro e Aleixo Jorge 1\$000.²³¹

Ana Maciel deixava 4 patacas ao vigário Manuel Nunes, vigário tesoureiro da Confraria de Santo Antonio. A Santa Casa e o padre Gaspar dos Reis, vigário do Convento de Nossa Senhora do Carmo também foram agraciados pela mesma.²³²

Izabel Rodrigues como testamenteira de seu marido Lourenço Gomes pagava “uma capela de missas que deixou se dissesse a Nossa Senhora por todo o ano aos sábados e assim mais uma novilha que deixou de esmola a São Bento”, ao vigário João Pimentel, assim como ao frei Antonio do Amaral.²³³

Maria de Moraes, viúva pela primeira vez de Francisco Ribeiro, em 1615, pagava mais 10\$000 de esmolas de 60 missas ao vigário João Pimentel.²³⁴ O mesmo padre ficava “satisfeito” de receber de Guiomar Rodrigues, viúva e testamenteira de Diogo

²²⁹ “Works of social philanthropy were but one aspect of religious conviction. Equally indicative of colonial attitudes were testamentary provisions for funerals and the saying masses. In this respect the wills of female testators differ only in minor points from those of their male counterparts. Pomp and piety melded to ensure that funeral would be worthy of the social standing of the deceased and that her soul would be provided for by the saying of masses”. A. R. J. Russell-Woold. “Women and society in colonial Brazil”. In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, nº1, 1977, p. 8.

²³⁰ Inventário de Fernão Dias (1605). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, p. 436.

²³¹ Inventário de Custódio de Paiva (1610). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 505-508.

²³² Inventário de Jorge de Barros (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, p. 86.

²³³ Inventário de Lourenço Gomes Ruxate (1611). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, p. 371.

²³⁴ Inventário de Francisco Ribeiro (1615). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 37-43.

Martins Machuca. Essa pedia 5 missas a Nossa senhora do Rosário, ao Santíssimo Sacramento, a São Sebastião desta matriz, a Santo Antônio, a Santo Amaro, à Misericórdia, a Nossa Senhora do Carmo, a São João Batista, a São Francisco, sendo pago 1 tostão para cada confraria declarada. Entregava mais 19 arráteis de cera à Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem.²³⁵

Os jesuítas também diziam missas pelos defuntos. Ignez Pedroso lhes pagava por 5 missas pela alma de João Leite defunto. Como as senhoras anteriores, tinha a dívida moral em fazer caridade para as instituições do frei Gaspar dos Reis e do padre João Pimentel. Os mordomos do bem aventurado Santo Antonio e André Lopes ganhavam em espécie, sendo 4 varas de pano de algodão os primeiros e 1 novilha o segundo.²³⁶

Thomazia Rodrigues entregava a quantia de 3\$200 para o rico convento da Nossa Senhora do Carmo.²³⁷ Catarina do Prado que também deixava quitada a sua dívida para com essa instituição, quitando a sua dívida com o sacristão e frei Mauricio da Piedade, assim como ao padre Alves, o qual acabou recebendo de Jeronima Dias por 1 ofício, 9 lições, 5 missas, e \$800 de Maria Gonçalves por 1 ofício e 9 lições.²³⁸

Aos mordomos de Nossa Senhora do Rosário, a viúva Dias doava 5\$000 em pano de algodão. Francisco Jorge, Paschoal Dias, João Peres Callamares do Santíssimo e Paulo da Costa da Confraria de São Paulo, Inosensio Preto, mordomo do Bem-aventurado São Francisco tinham o privilégio de receber a dádiva de 4 varas de pano de algodão cada um, assim como as “drogas do sertão”.²³⁹

A viúva Mecia Bicudo, mesmo não sendo uma das mulheres mais abonadas da vila, era obrigada a pagar a sua dívida para com o padre João Alves.²⁴⁰ Nesse caso, a doação passava a ser também imposta pela Igreja.²⁴¹

²³⁵ Inventário de Diogo Martins Machuca (1613). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, p. 459.

²³⁶ Inventário de João Leite (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 490-491.

²³⁷ Inventário de Francisco de Almeida (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, p. 162.

²³⁸ Inventário de Luiz Ianes (1629). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 7, pp. 423-448.

²³⁹ Inventário de João Gaga da Cunha (1636). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 10, pp. 385-386. Inventário de Manuel de Siqueira (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, pp. 42-43. Inventário de Sebastião Preto (1623). *I. T.* São Paulo: DAESP, vol. 31, pp. 92-99.

²⁴⁰ Inventário de João Gaga da Cunha (1636). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 10, pp. 385-386. Inventário de Manuel de Siqueira (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, pp. 42-43.

²⁴¹ Sobre a moral da dádiva ver Marcel Mauss “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, pp. 193-314.

Elvira Rodrigues, filha do capitão-mor Martins Fernandes Tenório, homem da governança da terra, deveria quitar as doações para a salvação da alma do defunto cônjuge Cornélio de Arzão ao padre Thomaz Coutinho, morador do termo de Santo Amaro.²⁴²

Na viuvez, as senhoras realizavam a “dádiva caridosa”, que era uma virtude religiosa fundamental para a salvação da alma.²⁴³ Além disso, segundo Natalie Davis, a ‘volição’ e a ‘devoção’ eram exigidas por inspirar esse tipo de caridade.²⁴⁴ Dessa forma, essas mulheres atuavam no “espírito da dádiva”, o qual era uma forma de demonstração da religiosidade cristã dos estamentos senhoriais paulista.²⁴⁵

De fato, ambos os *gêneros* atuavam nas redes de doações de esmolas. Entretanto, ficava a encargo feminino o apoio familiar aos clérigos e às Igrejas, assim como a atuação em um sistema de solidariedade entre os estamentos senhoriais paulistas. Realizavam, então, auxílios àqueles que se tornavam cada vez mais distantes dos senhorios mais abonados em patrimônio e poder. Ajudando aos mais pobres e necessitados, as mulheres senhoriais inseriam-se no espírito da dádiva e conseguiam a liberação dos pecados impostos pelo ideal cristão.

Enfim, algumas senhoras tinham papéis de destaque na sociedade hierárquica e estamental, negociando e entrando em tensões com as autoridades, e participando da rede de esmolas para as instituições religiosas. Contudo, muitas mulheres senhoriais também atuavam na conjuntura econômica da vila de São Paulo durante os anos de 1554 e 1640. Sendo marcante os trabalhos e a administração das senhoras nos cercamentos de gado, nas lavouras de produtos alimentícios e na incipiente mercantilização.

²⁴² Inventário de Cornélio de Arzão (1638). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 12, p. 51. Alcântara Machado. Op. Cit, p. 191.

²⁴³ Natalie Davis analisa as formas de dádivas na França de Rabelais, Marguerite de Navarra e das Guerras Religiosas. Conforme a autora, “por meio do núcleo de crenças, o século XVI francês recebeu do passado e estava em um processo de redefinição de quatro prescrições poderosas para a permuta humana: caridade cristã, nobre liberalidade, favores de amizade e generosidade entre os vizinhos. Cada uma era oferecida para ser dada e recebida em diferentes meios sociais. [Beyond these core beliefs, sixteenth-century France had received from the past and was in the process of redefining four powerful prescriptions for human exchange: Christian charity, noble liberality, the favors of friendship and neighborly generosity. Each offered for giving and receiving in different social milieus]”. Natalie Zemon Davis. “The spirit of the gift” In: *The Gift in sixteenth century France*. USA: The University of Wisconsin Press, 2000, p. 15.

²⁴⁴ Idem, pp. 15-17.

²⁴⁵ Idem, pp. 7-22.

CAPÍTULO III

CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PATRIMÔNIO: A PARTICIPAÇÃO DAS SENHORAS NA CONJUNTURA ECONÔMICA

3.1. Os animais de criação e a pecuária

“...todos os moradores conforme as suas posses trazerem seus gados e mais criações e terem curral de gado e suas casas e sítios, o que sempre tiveram por ordem e data da câmara...”²⁴⁶

Ata da câmara do dia 05 de março de 1633

As mulheres senhoriais trabalhando e administrando os cercamentos do gado, as lavouras de produtos alimentícios e as escravarias conseguiam acumular algum patrimônio durante a conjuntura de 1554 e 1640. Esse excedente produtivo era comercializado no espaço da vila de São Paulo e distribuído para a costa brasílica através do Caminho do Mar e da navegação de cabotagem. Nessas tramas de mercancia, as senhoras adquiriam produtos importados do Velho Mundo e das Índias Orientais. Casadas, viúvas ou solteiras, as senhoras paulistas conseguiam auxiliar os familiares, atuando na ambígua economia de Piratininga, centrada na pobreza e na riqueza da população.

A conjuntura econômica do “longo século XVI” (1450-1640) foi marcada pela expansão do Velho Mundo e pela formação de novos espaços coloniais de exploração.²⁴⁷ Nessa época, a produção para o mercado externo da América Portuguesa solidificava-se, entrando na economia-mundo e no Antigo Sistema Colonial.²⁴⁸

O território da Capitania de São Vicente, na segunda metade do Quinhentos, passava por um processo de interiorização, constituindo um povoamento colonizador incipiente e alargando as fronteiras coloniais para o sertão, com as expedições de aprisionamento indígena e a ocupação de novas terras no interior do Planalto.²⁴⁹

²⁴⁶ “Ata da Câmara do dia 05/03/1633”. In: Atas da Câmara da vila de São Paulo. São Paulo: AMSP, 1915, pp. 158-159.

²⁴⁷ Wallerstein entendeu que nesse período ocorreu a formação de uma economia-mundo. Para esse autor, “a expansão do século XVI não foi somente geográfica. Foi uma expansão econômica – um período de crescimento demográfico de produtividade agrícola crescente e da ‘primeira revolução industrial’. Marcou o estabelecimento de um comércio regular entre a Europa e o mundo habitado (...)”. Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno*. Lisboa: Edições Afrontamento, p. 106.

²⁴⁸ Ricupero afirmou que “ao longo do primeiro século de efetiva colonização portuguesa na América, a montagem de um sistema de exploração, que nas primeiras décadas do século XVII, apontava sua potencialidade de lucro comercial e, por isso, atiçava a cobiça das potências emergentes. Não se tratava, assim, apenas de um primeiro sistema colonial, mas da estruturação de um mercado mundial e dos seus mecanismos de produção e de riqueza”. *Honras e Mercês. Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH/USP, 2005, p. 23.

²⁴⁹ Para Celso Furtado, “em São Vicente, onde a escassez de mão-de-obra resultou ser maior do que na Nova Inglaterra – o excedente de população nas Ilhas Britânicas tornou-se possível importar mão-de-obra européia

Nos finais do Quinhentos, a vila de São Paulo, localizada entre a zona sertanista e litorânea, passava por profundas transformações econômicas, principalmente no que diz respeito ao patrimônio, ou aos bens totais, dos paulistas, que estendiam o povoamento.

Com o processo de estratificação social, encontrava-se nessa conjuntura econômica a constituição de uma relativa riqueza.²⁵⁰ Conforme Alcântara Machado,

“a partir de 1601 vai melhorando paulatinamente a situação econômica dos paulistanos. Na primeira metade da centúria, três acervos se registram superiores a um conto de réis. São em 1629 o de Gaspar Barreto, que afora a gente forra, constante de oito peças e três pecinhas de tenra idade atinge a quantia de 1:298\$000; em 1637 o de Catharina de Siqueira, mulher de João Barroso, que importa em 1:194\$880. Sem contar trinta e cinco serviços...”²⁵¹

Durante o período de 1578 e 1600, a região era povoada pelos colonos originários da Península Ibérica, que traziam algumas riquezas. Dentre o patrimônio dos estamentos senhoriais estavam os pequenos e médios rebanhos, que se espalhavam pela vila e constituíam uma rede de abastecimento em formação.

Destacava-se o monte mor de Maria Gonçalves no valor de 364\$830, e os 120\$600 em gado, que a senhora pecuarista acabava por pedir para a governança da terra a autorização para marcar o seu gado com o S.²⁵² Segundo Machado, a inventariada era mulher do “ilustríssimo Pero Leme que da ilha da Madeira se passou a esta capitania, fidalgo muito antigo nos livros de el-rei”.²⁵³

Estudando as atas da Câmara da Piratininga quinhentista, Taunay deduziu que as contribuições sobre o gado e a “renda verde” – os pastos – eram as maiores riquezas, sendo as “bases do orçamento”.²⁵⁴ O historiador ainda dava a entender que a dinâmica econômica

em regime de servidão temporária – a primeira atividade comercial a que se dedicavam os colonos foi a caça ao índio. Dessa forma, voltaram-se para o interior e se transformaram em sertanistas profissionais. Assim como os portugueses no século XV penetraram no território africano na caça de escravos negros, os habitantes de São Vicente serão levados a penetrar a fundo nas terras americanas na caça indígena. Daí resultará o desenvolvimento em grau eminente da habilidade exploratório-militar, qualidade esta que veio a constituir o fator decisivo da precoce ocupação de vastas áreas centrais do continente sul-americano”. Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1970, pp. 55-56.

²⁵⁰ John Manuel Monteiro. *Negro da terra; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁵¹ Alcântara Machado. *Vida e morte bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1969, p. 37.

²⁵² *Ata da Câmara da vila de São Paulo*. São Paulo: AMSP, 1914, vol.2, p.100.

²⁵³ Alcântara Machado. *Op. Cit.*, p. 68.

²⁵⁴ Afonso de Escaglione de Taunay. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstrução social. & São Paulo no século XVI: a história da vila de Piratininga*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 90.

ocorria por meio da multiplicação dos rebanhos e das boiadas que faziam o caminho para Santos.²⁵⁵

Todavia, os oficiais camarários reclamavam com certa regularidade das dificuldades que as atividades pastoris encontravam na vila, pois essas criações destruíam as roças e lavouras dos moradores.²⁵⁶ Sérgio Buarque de Holanda, estudando a vida paulista no período colonial, afirmou que

“na capitania de Martim Afonso os rebanhos bovinos e suínos subiram, desde cedo, as escarpas alcantiladas da Paranapiacaba, e já por meados do século XVI surgem no planalto, salteando roças de lavradores ou invadindo ruas do vilarejo andreense. Tudo isso deveria tornar acessório o papel da caça, como fonte de sustento, onde quer que os povoadores brancos se tivessem organizado em núcleos estáveis. O contrário do que ocorreria do europeu, tanto quanto o nativo, dependia principalmente dela”²⁵⁷

No fim dos Quinhentos, 24 cabeças de gado, em sua maioria de leite, 4 porcos capados, 4 porcas, 18 bacos machos e fêmeas, 10 leitões, 5 galinhas e um galo e 3 peruas fêmeas faziam parte do espólio que João do Prado deixava para a esposa Felipa Vicente e os filhos.²⁵⁸

Já na última década do século, contava entre os bens de Maria Gonçalves 120\$600 (praticamente um terço dos seus bens) de toda suas criações que eram constituídas de 10 cabeças de porcos, 1 cavalo castanho manso, 1 égua rua, 1 égua castanha escura, 2 poldras novas já grandes, 28 vacas paridas e dez com crias, 35 vacas sem crias, 10 novilhas de dois anos, 14 crias de um ano, 3 bois mansos e 4 bois capados. Nesse patrimônio, havia apenas uma pequena roça de 2\$4000.²⁵⁹

A viúva Lucrecia Leme e família, no início do Seiscentos, recebiam do falecido esposo Fernão Dias 9 vacas com seus filhos ao pé, mais 17 vacas, 3 novilhas de 2 anos, 5 novilhas de um ano, 9 porcos capados, 40 cabeças de porcos entre grandes e pequenos e um cavalo de pouco préstimo.²⁶⁰

No inventário de Francisco Barreto de 1607 era arrolada uma importância considerável em criações: 150 cabeças de gado entre bois e vacas, novilhas de dois anos para quatro e sete crianças deste ano e uma do ano passado, valendo 120\$000, 21 cabeças

²⁵⁵ Ibidem, p. 163.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 73.

²⁵⁸ Inventário de João do Prado (1597). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp.75-120.

²⁵⁹ Inventário de Maria Gonçalves (1590). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 185-203.

²⁶⁰ Inventário de Fernão Dias (1605). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 396-444.

de porcos entre grandes e pequenos (12\$000); 4 casais de patos (1\$280), a égua castanha mansa (4\$000), e as raras 9 cabeças de ovelhas – (5\$600). De todo esse rol, a viúva Maria Jorge ficou com um patrimônio de 77\$520, sendo que a atividade de criação passa a ter uma importância menor, tendo apenas 2 patos, 6 galos, 5 galinhas, sela e aparelhos. Dentre o patrimônio, contava com meio alqueire do “alimento sagrado”, o sal.²⁶¹ A morte do esposo trouxe para a viúva e seus familiares um problema: a necessidade de pagar as dívidas, o que significou uma redução, pelo menos naquele momento, da riqueza.²⁶²

No mesmo ano, o inventário de outra Izabel Fernandes continha 17 vacas com cria, 14 vacas singelas, 6 novilhos que vão a três anos, apenas um boi, 6 novilhos de dois anos, 8 novilhos que vão a três anos, 14 crias de ano, 2 éguas, 2 poldros, 1 cavalo e ainda 20 suínos. Tudo no valor de 78\$820. Do patrimônio arrolado, coube à filha Maria Nunes 168\$020 e ao viúvo Pero Nunes 336\$070.²⁶³

Nas partilhas de Lourenço de Rouxate, realizadas no início da década de 1610, Izabel Rodrigues, viúva, ficava com todo o gado vacum, que valia 9\$480, mais a égua mansa com um filho macho (3\$500), e somente um casal de galináceos (\$130).²⁶⁴

Em 1616, Antonia Gonçalves, viúva, mãe de 7 filhos e avó de 2 netos, deixava em inventário 112\$700, apenas em animais de cria. Estavam no cercamento, 145 rezes vacum, 6 porcos e 9 bacos, sendo que estavam incluída as esmoladas declaradas em testamento.²⁶⁵

Um ano depois a inventariada Marina de Chaves, casada com Antonio Pinto, tinha arrolado uma quantidade de vacum de menor valor que a anterior, tendo 14 vacas paridas com suas crias, 17 vacas soltas, 9 novilhos, um boi, 2 porcas, 4 capados, 2 leitões. No

²⁶¹ De acordo com Braudel, “(...) o sal servirá para nos chamar à ordem pois este bem tão vulgar apresenta um comércio universal, obrigatório; é um bem indispensável aos homens, aos animais, à salga de carnes e dos peixes, tão importante que os governos se interessam por ele. É uma grande fonte de riqueza para os Estados e para os mercadores, tanto na Europa quanto na China; aí voltaremos. Indispensável, força todos os obstáculos, valoriza todas as mercadorias. Como é pesado, utiliza as vias fluviais (sobre o Ródano) e o serviço dos navios do Atlântico. Não há mina de sal-gema que não seja explorada. As salinas, no Mediterrâneo e no Atlântico, estão todas nos países com sol, que são católicos os pescadores do Norte, protestantes, precisam de sal de Brouage, de Setúbal ou de San Lúcar de Barrameda. Ora, a troca faz-se sempre, a despeito das guerras e com grandes lucros dos vastos consórcios de mercadores. As placas de sal do Saara chegam à África Negra a despeito do deserto, nas caravanas de camelos, trocando-se, é certo, por ouro em pó, marfim das presas de elefante ou de escravos negros. Tanto basta para recusar as irrecusáveis exigências desse tráfico” Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. As estruturas do cotidiano: o impossível e o possível. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, vol 1, 1997, pp. 185-186.

²⁶² Inventário de Francisco Barreto (1607). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 199-252.

²⁶³ Inventário de Izabel Fernandes (1607). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 4-20.

²⁶⁴ Inventário de Lourenço de Ruxate (1611). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 355-378.

²⁶⁵ Inventário e testamento de Antonia Gonçalves (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 123-198.

entanto, o casal tinha um plantel um pouco maior do que a maioria das famílias senhoriais da vila, constituído por 3 éguas com suas crias, uma égua solta, um cavalo russo e outro queimado, um cavalo salpicado e mais dois eqüinos.²⁶⁶

Maria Tenória e a família tinham no pasto 57 cabeças de gado, e mais um abundante plantel de três cavalos, um poldro de cor castanho que não era ainda bem manso e mais 7 éguas. Além desse plantel, contava com animais de criação para a subsistência como 23 suínos.²⁶⁷

Henrique da Cunha, o velho, era morador do termo do Caratim, foi casado com Izabel Fernandes, Catharina de Unhate e Maria de Pina, respectivamente. No arrolamento dos bens do primeiro casal, em 1599, havia o patrimônio líquido de 149\$840, contendo 30 cabeças de gado, alguns suínos e galináceos, no valor de 41\$100.²⁶⁸ No inventário da segunda cônjuge, a pecuária crescia aos poucos com 41 cabeças de gado no pasto, mais 3 vacas que lhe devia Manuel João. No chiqueiro havia 13 porcos. O galinheiro contava com ainda 12 galináceos. Todas as crias valiam 50\$700, sendo o monte-mor de 122\$900.²⁶⁹

Vinte e cinco anos depois da morte da primeira esposa, o inventariado casava-se com Maria de Pina. Viviam com nove filhos somando um patrimônio bruto de 298\$840 e um líquido de 185\$000, sendo que este último de 70\$880 era constituído de animais para criação, que representavam 42 cabeças de bovinos, na sua maioria para leite, e 1 égua russa.²⁷⁰

²⁶⁶ Inventário de Marina de Chaves (1617). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 233-248.

²⁶⁷ Inventário de Maria Tenória (1620). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1977, vol. 44, pp. 9-45.

²⁶⁸ Inventário de Izabel Fernandes (1599). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 205-280.

²⁶⁹ Inventário de Catharina de Cunhate (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 205-280.

²⁷⁰ Inventário de Henrique da Cunha, o velho (1624). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 207-280.

Tabela 3
Composição do patrimônio por período
São Paulo
(1578-1640)

Datas	1578-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640
Patrimônio Bruto (em mil réis)	137785	159110	118739	161523	118285
Patrimônio Líquido (em mil réis)	81212	97150	86029	75529	82449
Porcentagem em criações	15,3	16,6	16,2	10,7	23,9
Porcentagem em benfeitorias	13,2	12,3	18,9	22,5	21,0
Porcentagem de bens pessoais e domésticos	71,5	71,1	64,9	66,8	55,1
<i>Porcentagem total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fontes: Inventários e testamentos (1575-1640). São Paulo: DAESP, vols.1-44, 1921-1940.

Obs. A) tanto o patrimônio bruto como o líquido representa a média do patrimônio total do período dividido pelo número de inventário. Ou seja, trata-se do patrimônio médio de cada período.

B) A porcentagem foi feita em relação ao patrimônio bruto.

Durante a década de 1620, houve uma pequena diminuição na quantidade total de criações, principalmente de gado vacum (Tabela 3). No entanto, encontram-se ainda nos inventários mais proeminentes dados significativos sobre a pecuária paulista.

No inventário de Diogo Dias de Moura, em 1627, havia um valor de 17\$800 em criações, sendo que a sua esposa ficava com 6 vacas e 4 novilhas de 10\$600. O seu patrimônio líquido de 275\$014, três anos depois diminuiu consideravelmente para 155\$000. Entretanto, em escravaria existia um pequeno aumento de 4 escravos nesse período. O pouco gado com que contavam, provavelmente, era utilizado como um suplemento na renda familiar, pois o valor substancial do patrimônio era representado por tecidos, rouparias domésticas e pessoais.²⁷¹

Em 1629, o inventário de Catharina de Medeiros, esposa de Mathias Lopes, possuía um valor um pouco superior ao anterior, 79\$260. Em suínos para a engorda mantinha 24 porcos, mais 90 cabeças de gado.²⁷²

Méssia Bicudo e família, logo no início da década de 1630, tinham um total de 130\$160 em bens. Contavam nas suas crias com um bacoro colhudo, 21 novilhas e novilhos de sobre-ano, 18 novilhas de 2 anos, 47 vacas soltas e 26 paridas, um boi reprodutor e um plantel de 4 éguas, 3 potros e 2 cavalos.²⁷³

²⁷¹ Inventário de Diogo Dias de Moura (1627). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 7, pp.239-327. Inventário de Suzana de Góes (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 7, pp. 239-327.

²⁷² Inventário de Catharina de Medeiros (1629). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 91-110.

²⁷³ Inventário de Messia Bicudo (1631). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 286-306.

Em 1638, o seu esposo e pecuarista Francisco de Proença aumentava a fortuna para 393\$640. Somente em animais, tinha 221 cabeças de gado de corte e de leite, 9 ovelhas com 9 crias, 16 ovelhas soltas, 8 carneiros machos, 13 carneiros capados, 3 novilhos colhudos, 12 suínos e 7 cavalgadas.

O inventário de Francisco de Proença declarava a parte da herança que cabia para a filha Ana de Proença e o genro Salvador Pires: uma saia de melcochado preto que ficou de sua mãe que “Deus tem”, mais dez cruzados para uns brincos de minha filha em uma barreta de ouro, uns pendentos, uma salva de prata com seu pucarro de prata e uma tamboleira pequena de prata, mais oito colheres, umas casas de taipa de pilão cobertas de telha com seu quintal as quais estão na rua de Simão Álvares, uma cama de roupa com o seu pavilhão de algodão, o catre de trono (5\$000), as toalhas de mesa com seis guardanapos, um bufete e 16 cadeiras espaldadas, a caixa grande, 12 pratos de porcelana, 50 rezes, entre grandes e pequenas, 15 ovelhas, um cavalo selado e freado, 2 éguas que escolherá. Somava-se a isto uns chãos que partiam com a mulher de Paschoal Leite já defunto dos quais chãos tinha Pedro Leme, o moço, que tomava três lanços para umas casas, e mais 40 bois capados para vestir a filha.

Dentre os cativos, o senhor Francisco entregava à Ana de Proença, Sefafina, Rufina, Violante, Suzana, Domingas com uma filha no peito, Marcos, Francisco e sua mulher com 1 criança no peito, Lazaro com sua mulher e uma criança no peito, Manuel, João, Domingos, Paulo e sua mulher, Francisco Tapanhum com sua mulher Violante e dois filhos pequenos.²⁷⁴

No mesmo ano, Felipa Vaz com dois filhos órfãos era auxiliada pelo pai e tinha como uma das suas atividades a pecuária. No inventário do falecido ficava 241\$060, em 103 porcos, um cavalo em osso para manter no pasto 48 vacas paridas com crias, mais 38 vacas soltas, 36 novilhos e 9 bois. No sítio em Caucaia havia também 16 rezes. Restava-lhe controlar a escravaria de 75 cativos para ordenhar as vacas leiteiras, dar mantimentos aos porcos, lavrar a terra para as plantações de milho e trigo, colhê-los e comercializá-los na vila.²⁷⁵

²⁷⁴ Inventário de Francisco de Proença (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, p. 427.

²⁷⁵ Inventário de Francisco Bueno (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 14, pp. 1-64.

A pecuária avançava conjuntamente com a produção de gêneros alimentícios como o trigo, milho, feijão e a mandioca, formando uma mercantilização incipiente que se desenvolvia em ritmos lentos.²⁷⁶ De acordo com Caio Prado,

“o gado, introduzido aí nesta longa data – no setor norte, os Campos Gerais, propriamente, pela colonização vicentina; no sul, o Rio Grande, um pouco, mais tarde, talvez nos primeiros anos do século XVII (pelos jesuítas das missões do Uruguai, ou pelos colonos do Paraguai, ou pelos colonos castelhanos do Paraguai) proliferou em grande abundância”.²⁷⁷

Entretanto, os homens da governança da terra com frequência controlavam o gado que se dispersava da vila com o objetivo de angariar recursos. Em 1620, João de Oliveira recebia uma pena de 4\$000 por levar gado para o mar sem licença da câmara.²⁷⁸ Seis anos depois novamente a pressão dos oficiais torna-se presente, mandando

“que toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja que tiver gado e criações na terra do conselho venha concertasse de novo com os ditos oficiais da câmara até para câmara e outrossim os que morarem nas terras do conselho o que cumprirão no dito tempo com pena de mil réis aplicados para o conselho e acusador e assinarão aqui eu Calixto da Mota escrivão da câmara o escrevi – Álvaro Neto – Vasconcelos – Lourenço Nunes – Lionel Fuertado”.²⁷⁹

Era comum, no entanto, que muitos desses senhores da Câmara estarem ausentes com negócios em outras regiões, descendo os mares de morros, chegando ao litoral, em Santos, onde poderiam embarcar até o Rio de Janeiro. Embora esses trajetos fossem penosos, eles aconteciam com o auxílio da mão-obra indígena.²⁸⁰

Por causa da relativa pobreza de equínos durante todo os Seiscentos, os índios escravos transportavam as cargas e os senhores em redes.²⁸¹ Para Sérgio Buarque de

²⁷⁶ Braudel, analisando a realidade européia, afirma que o “trigo e a pecuária recomendam-se, associados entre si, tanto mais que se impõe o recursos aos animais de tiro: é impossível pensar que um homem que pode cavar quando muito um hectare por ano (na hierarquia dos meios, o homem vem muito depois do cavalo e do boi) se entregue, sozinho, de preparar toda terra ‘trigal’. São preciosos os animais, cavalos na região do norte, bois e mulas (cada vez mais mulas) no sul”. Op Cit, p.101.

²⁷⁷ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 24.

²⁷⁸ Ata do dia 20/06/1620. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1593-1626)*. São Paulo: AMESP, vol. 3, p. 433.

²⁷⁹ Ata do dia 27/01/1624. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMESP, vol. 2, pp. 79-80.

²⁸⁰ Afonso de Escaglione de Taunay, Op. Cit, p. 337.

²⁸¹ Conforme Buarque, “os cavalos, na capitania de São Paulo, seriam aparentemente para marchas relativamente breves e em descampados dos planalto; as cargas eram levadas de preferência nos ombros dos escravos e administrados. E não só as cargas como os próprios passageiros. Uma rede sustentada por dois índios constituiu durante longos anos a carruagem ideal para quem quisesse vencer o escabroso caminho do mar, na serra de Paranabiacaça (...). Continuando, diz que “(...) em realidade as entradas do sertão e a do mar- era constituída de propósito para pedestre, e parece que em forma de escada nos lugares mais alcantilados, segundo dizem crer os velhos testemunhos – adaptavam-se mal às cavalgadas durante todo o

Holanda, também as “senhoras ricas” eram carregadas, pelos gentis, em liteiras ao transitarem pelas trilhas do mar, realizando conseqüentemente o processo de dispersão de Piratininga.²⁸²

A vila de São Paulo caracterizava-se territorialmente como um continuum entre o rural e o urbano, no qual se davam inúmeras tensões entre as diferentes categoriais sociais, expressas nos conflitos camarários, em decorrência das proibições, que alguns dos oficiais faziam, da saída de rezes e nos aumentos dos seus preços.²⁸³

Essa presença do pastoreio ocorria de forma dispersiva da população, sendo uma das características deste espaço as “forças centrífugas”. A pecuária auxiliava na expansão territorial, fazendo com que os colonos procurassem mais terras e cativos na Capitania de São Vicente. Entretanto, a colonização paulista também tinha como sentido as “forças centrípetas”, de sedimentação do povoamento e de solidificação do núcleo da vila, com o lento processo de cercamento do gado e com a formação dos sítios.²⁸⁴ Nesse processo ambíguo de circulação e povoamento da população, as famílias, segundo Samara, “se organizaram a partir desse movimento, com mulheres que ficavam e homens que se embrenhavam no sertão, desbravando, ocupando terras virgens e fundando vilarejos novos”.²⁸⁵

Apesar dos constantes conflitos, da alta do custo, dos baixos níveis de consumo, e da escassez de moedas, os animais de criação eram comercializados nas regiões litorâneas.²⁸⁶ Nessa conjuntura econômica, as mulheres senhoriais paulistas auxiliavam na

século XVII...E além disso a relativa escassez de cavalgadura correspondia, aparentemente, menos a uma conveniência prática de que a um luxo que muitas vezes se exprimia na posse, ao lado de um ou dois animais, de selas e adereços desproporcionadamente caros, mais caros, em certos casos do que os próprios cavalos. (...)”. Essa pobreza em animais eqüinos ” é relativizada pelo próprio autor quando declara que “é verdade que documentos dos tempos iniciais da colonização não autorizam a acreditar muito na escassez de cavalos por essa época. No ano de 1592, eles chegavam mesmo a ser tão numerosos nas redondezas de São Paulo, que faziam danos às roças e matavam a coices as criações (...).²⁸¹ Sergio Buarque de Holanda. Op. Cit., pp. 126-127.

²⁸² Ibidem, p. 131.

²⁸³ Ilana Blaj, tratando dos cercamentos do gado e do abastecimento de carne no final do século XVII e início do seguinte, diz “A venda crescente do gado paulista para outros núcleos e para o litoral causava, assim, problemas para o abastecimento interno de carne, requerendo a intervenção constante da câmara”. Ilana Blaj. *As tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002, p. 164.

²⁸⁴ Oliveira Viana. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/UFF, 1987, vol. 1, p.28 e 84.

²⁸⁵ Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 63.

²⁸⁶ “a expansão da atividade pecuarista, a produção de farinhas, de aguardente e milho, de alimento como o feijão, o milho e a carne, o desenvolvimento de um comércio que incluía gêneros de outras regiões e produtos

formação da economia pecuarista da vila de São Paulo. Dentre as atividades femininas destacavam-se o cuidado com a alimentação das criações - que iam sendo cercadas – e a participação no trabalho das lavouras de produtos alimentícios.

importados, as tensões derivadas da mão-de-obra indígena – apontam para uma mercantilização crescente da produção da vila e seus arredores e para a própria ampliação do comércio. O aumento nos preços dos produtos consumidos internamente, como a carne e outros gêneros alimentícios, indica, de um lado, o poder de compra de segmentos da população paulistana (o que também acentua a diferenciação social interna) e, de outro, as potencialidades de um mercado regional, responsável, em última instância, pelo enriquecimento de uma elite paulistana e pela ampliação dos caminhos e dos bairros rurais”, Ilana Blaj, *Op. Cit.*, pp. 167-168.

3.2. As lavouras de produtos alimentícios

*“...diz Domingos Rodrigues, morador da vila de São Paulo de Piratininga, que ele tinha uma porta no baluarte caído que he seu quintal por o qual se servia a três ou quatro anos e agora os oficiais desta vila lha fizeram tapar e por que ele tem muita necessidade dela aberta para se servir por ela por causa da terra ser pobre e as necessidades delas são muitas e muitas vezes sua mulher por ser pobre com suas escravas vão a roça e para se os irem a vossa mercê respeitando isto lhe de licença para que ela a posa tomar a abrir para que sua mulher e cunhada e escravas se possam servir dela até que ele suplicante venha do Rio de Janeiro para onde está de caminho em companhia de vossa mercê no que recebera justiça e mercê. (...)”.*²⁸⁷

Ata da Câmara do dia 5 de abril de 1575

Nas roças de produtos alimentícios, as mulheres senhoriais paulistas auxiliavam os cônjuges e os familiares no comando dos cativos e no trabalho cotidiano. Preparar a terra, plantar e colher eram atividades realizadas pela mão-de-obra escrava. Algumas senhoras tinham poucas escravarias e eram obrigadas a participar do processo produtivo e conseguiam acumular pouco e às vezes nenhum pecúlio, mal sobrevivendo nas malhas da pobreza. Outras mulheres, no entanto, tinham um excedente significativo, graças à atuação delas e das famílias no aprisionamento de cativos indígenas e nas tramas comerciais com o litoral. Sendo assim, havia uma grande diversidade de hierarquias sócio-econômicas em toda a Piratininga.

A vila de São Paulo, durante os anos de 1554 e 1640, era formada basicamente por unidades produtivas diversas, nas quais se encontram uma série de lavouras, sítios e roças, que se constituíam de formas mais simples com um ou outro escravo, até as mais complexas de quase uma centena de cativos. Milho, feijão, mandioca e trigo podiam ser plantados tanto para a subsistência, como para a comercialização no Planalto e na costa.²⁸⁸

²⁸⁷ “Ata do dia 5 de abril de 1575”. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1562-1596)*. São Paulo: AMSP, 1914, pp. 74-75.

²⁸⁸ Para Blaj, “a vila de São Paulo, justamente por sua contínua expansão e mercantilização, cumpriu papel fundamental, constituindo-se em núcleo organizador por excelência. Assegurou, de um lado, por meio de suas articulações com Santos, a própria sobrevivência desta área litorânea, e, portanto, da própria zonas interioranas da região, garantiu a incorporação destes núcleos ao processo colonizador”. Esse processo mercantil, no entanto, não se dava de forma radical, precisava ser constituído com avanços, recuos e ambigüidades ao longo do século XVII. Ilana Blaj, Op. Cit., p. 199.

Todavia, o sistema produtivo não se dava sem dificuldades e recuos. Em um ambiente ainda pouco povoado e conquistado, as dificuldades climáticas e a presença de inúmeros entraves à sobrevivência traziam um grande empecilho à produção desses gêneros alimentícios no sertão. Uma chuva mais forte ou uma seca prolongada poderiam destruir as plantações dos estamentos senhoriais e causar crises na produção.²⁸⁹

Além disso, cabia aos senhores da terra o enfrentamento dos ataques gentílicos e as adversidades das matas. Belmonte, em uma referência um pouco excessiva, afirmava que o cotidiano dos sertanistas era marcado por “uma luta de vida ou morte. Ou o paulista vence o sertão e sua vila se salvará, ou o sertão afugenta o paulista aos lados do mar e Piratininga será, apenas, punhado de escombros” e posteriormente continuava, “mas vencido o sertão, a vila está salva”.²⁹⁰

No fim do século XVI, a família de João do Prado tinha no inventario 2 quintais de algodão (6\$400), 2 roças de feijões (2\$500), mais uma deste ano de mantimento (10\$000) e uma de dois anos (20\$000). A casa de palha, o quintal com marmeleiros, limeiras e demais árvores e três cochos, valendo 5\$000. Outros fogos de taipa de pilão, a casa dianteira e cozinha, por apenas 1\$000, que a viúva Felipa Vicente dotava Miguel de Almeida seu genro. Umás casas de pedras, ainda não pagas, que estavam na vila de São Vicente e vendidas custavam 14\$000. No processo de acerto de contas da partilha, a viúva recebia dos avaliadores do inventário do falecido um pedaço de roça para alimentar os órfãos.²⁹¹

O inventário de Izabel Felix continha 7 cativos, os quais trabalhavam nas lavouras e roças de milho e feijão (16\$000).²⁹² No mesmo período, Izabel Fernandes e seus familiares mantinham uma roça (1\$540), uma milharada e outra lavoura de mantimentos (4\$000) e estas casas da vila de taipa de pilão coberta (22\$000), o assento da banda de além com as casas e plantas com um pedaço de roça (5\$000).²⁹³

²⁸⁹ Segundo Braudel, a população do período pré-industrial sobrevivia em difíceis condições de vida por dificuldades médicas, pelo meio ambiente e natureza hostis, e pela escassez de bens de consumo. No que se refere à população declara o crescimento populacional por meio de um “sistema de marés” com fluxos e recuos que podiam atingir em cheio o mundo dos vivos. Para ele, “(...) antigamente, aumentos, e depois recuos, como em marés sucessivas. Este movimento alternado, estes fluxos e refluxos da demografia são o símbolo da vida de outrora, sucessão de desastres e avanços, os primeiros obstinados a quase anular inteiramente – não inteiramente – os segundos. (...)”. Fernand Braudel. Op. Cit., 19-20.

²⁹⁰ Belmonte, Op. Cit., p. 16

²⁹¹ Inventário de João do Prado (1597). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp.75-120.

²⁹² Inventário de Izabel Felix (1596). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 120-182.

²⁹³ Inventário de Izabel Fernandes (1599). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 205-280.

Em 1607, nos campos do Ipiranga, uma outra Izabel Fernandes juntamente com seus familiares tinham o sitio com quintal e casas no valor de 22\$000, além de 44\$000 em lavouras.²⁹⁴

As benfeitorias de Lucrecia Leme eram constituídas por umas casas que partem com Gonçalo Pires e Simão Borges seu genro (20\$000), as casas e sitio dos Pinheiros com as árvores (16\$000). Tinham também domicílios ainda em construção que dividiam em uma banda com Matheus Leme e da outra com a rua do conselho (10\$000), mais uma roça de mantimentos de três anos (24\$000) e outra que estava localizada no Pirajussara (6\$000).²⁹⁵

Entre as lavouras da família de Hilária Luiz havia a de dois anos (20\$000), a de por volta de quatro alqueires de trigo (2\$000), outra recente de milho (9\$000), uma mais velha de 7\$000 e o raro canavial com um pedaço pela banda de baixo novo (6\$000).²⁹⁶ Essa última produção de cana de açúcar permaneceu durante todo o período ainda muito incipiente. Apesar disso, conforme escreveu Iraci del Nero da Costa,

“a produzir para os mercados locais também estavam pequenos e médios proprietários, muitos dos quais contavam com o concurso de uns poucos escravos, enquanto outros utilizavam, apenas, a mão-de-obra familiar. O Expressivo, nestes dois últimos casos não decorre da magnitude produzida, mas, sim, do fato de haver um vínculo com o mercado, permitindo, inclusive, que pequenos se dedicassem à elaboração de bens de exportação...”²⁹⁷

No inventário de Maria Jorge havia um patrimônio líquido de 331\$080, no qual uma parte significativa era constituída pelas lavouras de produtos alimentícios, sendo uma roça de um ano (15\$000), uma replantada, também de 12 meses (3\$000), 25 alqueires e meio de feijões (7\$140), outra que estava na Borda do Campo (4\$000), a do Ipiranga (4\$000), a de Goapiranga (4\$00), uma de dois anos (8\$000) e mais 3 da Banda de Além.²⁹⁸

Em 1616, Maria Paes tinha como parte de sua benfeitoria as roças de um alqueire de feijões brancos (\$200), a grande que vai a dois anos (20\$000), o pedaço novo pegado ao tugipar da dita defunta (2\$000). Havia mais ainda a lavoura que dividia com João Paes e outra com Izabel Fernandes, tendo esta última o valor de 6\$000, um pedaço de lavoura

²⁹⁴ Inventário de Izabel Fernandes (1607). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 4-20.

²⁹⁵ Inventário de Fernão Dias (1605). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 396-444.

²⁹⁶ Inventário de Belchior Carneiro (1609). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp.109-198.

²⁹⁷ Iraci del Nero da Costa. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*. São Paulo: NEHE-FEA/USP, 1995. (Cadernos NEHD, No. 3), p. 11.

²⁹⁸ Inventário de Maria Jorge (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 199-243.

(5\$000) e outro pedaço de 3\$000. Esta última lavoura de gêneros alimentícios lhe foi dado pelo Juiz a João de Paes para a subsistência.²⁹⁹

Nos inventários dos senhores, as viúvas, geralmente, ficavam com o patrimônio mais relevante, ou seja, as benfeitorias. Assim era o caso da viúva Ana Ribeiro, moradora do termo de “Italype Rossa” na vila de São Paulo, onde controlava além do pequeno sítio e a roça de algodão, as lavouras de mantimentos, valendo ao todo 47\$000 e a escravaria de 36 cativos.³⁰⁰

Em 1623, Izabel Dias, na viuvez, ficava com os cinco filhos pequenos Pedro de 11 anos, Maria de 9, Madalena de 7, Lourenço de 4 e Izabel de 2. Além da prole, a senhora morava com Paula, filha legítima de Balthazar Nunes e vivia na casa de André Fernandes como agregada. A viúva administrava o canavial de 2\$000 além de 8 cabeças de gado e o sítio. Declarava ao juizado que Antonio Alves lhe devia 5\$070, Francisco Rodrigues Velho 20\$100 – para construir uma casa de dois lanços – , Antonio Camacho e seu irmão Diogo Dias \$640 cada um. Das dívidas passivas, ainda deveria pagar a peroleira de vinho para Pero Taques.³⁰¹

O patrimônio de 108\$490 pertencia à viúva Maria Gonçalves, em termos de benfeitorias e gado, era formado basicamente pelas casas de dois lanços (32\$000), pelo sítio de capão (6\$000), mais pela lavoura de milho (3\$000), a de feijões (1\$260), assim como 3\$240 de produto desconhecido.³⁰²

Até o primeiro quartel do Seiscentos, São Paulo enriquecia-se com as lavouras, que segundo Jhon French, encontravam-se em condições geográficas ideais quando comparadas com as áreas litorâneas da Capitania. Ainda segundo o mesmo,

“o trigo, o algodão, o feijão, o milho, o açúcar, a mandioca, uvas e outras frutas eram cultivadas pelos paulistas juntamente com os rebanhos de porcos e vacas, alguns cavalos, galinhas, perus e ovelhas. O trigo, a farinha de trigo, a mandioca (“farinha de guerra”) e a carne eram as exportações mais importantes do século XVII”.³⁰³

Em 1630, Catarina de Aguiar e o filho Antonio de Aguiar tinham o monte-mor familiar reduzido de 260\$240 para 62\$360 por causa do falecimento do marido Paulo da

²⁹⁹ Inventário de Maria Paes (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v. 4, pp. 444-472.

³⁰⁰ Inventário de Manuel de Requeixo (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1940, vol. 31, pp. 9-51.

³⁰¹ Inventário de Balthazar Nunes (1623). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 6, pp. 13-46.

³⁰² Inventário de Sebastião Preto (1623). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1940, vol. 31, pp. 61-99.

Silva. Dentre as lavouras pertencentes à família somavam-se 3 alqueires de amendoins (\$960), 25 alqueires de feijões (2\$000), 106 alqueires de trigo (30\$360), onde trabalhavam 25 cativos indígenas. Juntamente com seu pai Custódio de Aguiar tinham que pagar as dívidas com as “fazendas móveis e de raiz”, devendo a Manuel da Costa, morador do Rio de Janeiro 10\$000, sob o juro de 8% ao ano, assim como 23\$000 do inventário de Pero Pantoja da Rocha e 4\$040 de Gabriel Pinheiro.³⁰⁴

No mesmo ano, a viúva Domingas Antunes deixava uma roça de mantimento (6\$400) e mais o excedente de 10 alqueires de feijões (1\$600) e 8 cabeças de gado. Para acumular esse pecúlio lhe auxiliavam 14 cativos. Todavia, as atividades da viúva não paravam nisso, devia \$640 para Francisco Cosme e \$600 a Francisco Barreto.³⁰⁵

Maria de Lucas tratava com a família 8\$240, em metades de lavouras, mais de 18 alqueires de feijão (1\$800), a metade de 700 telhas, o milheiro (5\$440), e os 38 alqueires e meio de trigo (7\$700), que eram ceifados por apenas 5 cativos.³⁰⁶

Izabel de Ribeiro, quando casada com Manuel Fernandes Sardinha, possuía as lavouras de milho próximas (3\$000), as novas roças dos Maquiroyby (4\$000), a roça que estava ao longo do campo (26\$000) e a que ia a três anos com uma casa de palha “por barrar” coberta de palha (24\$000). No entanto, ao ficar viúva seu patrimônio era consideravelmente reduzido, pois lhe cabia apenas 26\$250.³⁰⁷

Caso parecido ocorreu com a viúva de Paulo da Silva, que continha em casamento 3 alqueires de amendoins (\$960), 25 alqueires de feijões (2\$000), 98 alqueires de trigo que valiam 30\$360, sendo a parte da riqueza que ficava para a viúva era de somente 31\$180.³⁰⁸

Nota-se, nesses casos, a necessidade que as senhoras viúvas tinham de negociar com o juizado dos órfãos para poder administrar o patrimônio dos filhos. Com esposos ausentes, as mulheres tinham que assumir papéis masculinos no universo do trabalho e dos negócios na vila de São Paulo.

No inventário de Beatriz Bicudo, havia o equivalente 28\$000 em 28 rezes, além dos 12\$000 em 60 alqueires de trigo. Embora o monte-menor familiar fosse de apenas de

³⁰³ John D. French “Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Arquivo Histórico, n° 195, 1982, pp. 79-107.

³⁰⁴ Inventário de Paulo da Silva (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1940, vol. 31, pp. 83-88.

³⁰⁵ Inventário de Domingas Antunes (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 229-240.

³⁰⁶ Inventário de Maria Lucas (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 273-352.

³⁰⁷ Inventário de Manuel Fernandes Sardinha (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 435-492.

62\$947, provavelmente, a senhora auxiliava o seu marido e patriarca Antonio Raposo Tavares no comando de uma das maiores escravarias da época, 106 cativos indígenas.³⁰⁹

Joana de Castilho, viúva inventariada, mantinha 35 alqueires de feijão (2\$840), mais 8 alqueires de feijão pardo (\$960), 16 alqueires de trigo em grão a tostão o alqueire (1\$600), um pedaço de mantimento para o consumo da casa (2\$000). Também acumulava 329 mãos de milho (1\$645), como um dos frutos do trabalho dos seus 20 escravos indígenas.³¹⁰

A produção alimentícia contava com a presença do trigo, o mais importante alimento comercial europeu, e o milho que na escala comercial da Economia Mundo em formação, fixava-se em terceiro lugar na procura alimentar européia.³¹¹ Por meio desses alimentos, a vila de São Paulo passava a produzir uma riqueza considerável. Segundo Belmonte, essas fortunas se centravam nos sítios, no gado e também nos

“vinhedos, algodoais, canaviais e trigais estendem-se pelos arredores, nas fazendas ao longo do rio ou das bandas de além e, pelas planícies, pastam as vacas e bois, carneiros e ovelhas, capados, cabras novinhos, cavalos, indicativos de maior ou menor importância rural. Há entre as fazendas que se estendem pelas vizinhanças da vila, de Uraí a Tamburé, muitas que se valorizam, ainda, por benfeitorias de toda ordem, desde os alambiques de destilação, as preças de fazer queijo, as olarias ou telhais com fornos de fábricas, até de casas de tapiche com suas canoas e moinhos de moer trigo. Há, contudo, sítios que valem dês mil réis cada um”.³¹²

Entretanto, a pobreza da vida material também atingia algumas mulheres senhoriais. Mesmo com uma escravaria de 60 indígenas, com um sítio da roça, casas e árvores de algodão (15\$000), Luiza, a viúva de Christovão de Aguiar Girão, via-se na situação de controlar um patrimônio negativo de 15\$300.³¹³ Em outro exemplo, Paula Gonçalves, ficava com a dívida de \$930, mas continuava mantendo 42 índios a seu serviço.³¹⁴

³⁰⁸ Inventário de Paulo da Silva (1633). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1942, vol. 32, pp. 33-65.

³⁰⁹ Inventário de Beatriz Bicudo (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 11, pp. 87-96.

³¹⁰ Inventário de Joana de Castilho (1633). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 335-357.

³¹¹ Conforme Braudel, “a agricultura sempre teve de incidir, desde o princípio, nesta ou naquela plante dominante, depois de se construir com base nesta opção antiga e prioritária de que tudo ou quase tudo irá depender a seguir. Três delas tiveram um destino brilhante: o trigo, o arroz, o milho; continuam hoje a disputar entre si as terras aráveis do mundo. São ‘plantas da civilização’ que organizam a vida material e por vezes psíquica dos homens com grande profundidade, a ponto de se tornarem estruturas quase invisíveis. (...) Passar de um a outro destes cereais é dar a volta ao mundo”. Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 92.

³¹² Belmonte. *Nos tempos dos bandeirantes*, p. 110.

³¹³ Inventário de Christovão de Aguiar Girão (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 201-274.

³¹⁴ Inventário de Domingos Bicudo (1637). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol.10, pp. 443-457.

Tabela 4
Tamanho da escravaria nos inventários
Vila de São Paulo
(1554-1640)

Tamanho das Escravarias						Total	
	1578-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	No.	%
0	3	5	2	12	17	39	18,6
1 - 5	3	4	16	9	10	42	20,0
6 - 10	4	1	5	7	10	27	12,9
11 - 20	1	3	17	11	17	49	23,3
21 - 30	0	0	6	5	7	18	8,6
31 - 40	0	2	9	3	3	17	8,1
41 - 50	0	0	0	1	5	6	2,9
51 - 75	0	0	1	0	2	3	1,4
75 - 100	0	0	0	0	6	6	2,9
101 - 194	0	0	1	0	2	3	1,4
Total	8	10	55	36	62	210	100,0
% de inv. sem escravos	37,5	50,0	3,8	33,3	27,4	18,6	
% de inv. com escravos	62,5	50,0	95,2	66,7	72,6	81,4	

Fonte: Inventários e testamentos. São Paulo: DAESP, vols. 1-44, 1920/1977.

Existiam ainda outros pequenos produtores, que sobreviviam com pequenas escravarias e propriedades, o que denota uma diversidade significativa de segmentos sócio-econômicos. Por um lado, as propriedades e as escravarias tornavam-se maiores e atingiam outras regiões da capitania.³¹⁵ Por outro, havia a constituição da população livre pobre, senhora de poucos cativos, e às vezes de nenhum, os quais viviam de pequenos pecúlios, retirados do comércio local e principalmente da lavoura de subsistência. Dessa forma, a riqueza e a pobreza andavam lado a lado na vila, fazendo com que os estamentos senhoriais passassem a se tornar cada vez mais distintos no decorrer do Seiscentos (Tabela 4). Segundo John Monteiro,

“as listas do donativo real, ainda que de forma preliminar e precária, oferecem alguma noção da distribuição da riqueza em São Paulo rural do século XVII. Outros dados relevantes podem ser acrescentados a partir da análise de inventários e testamentos, os quais mostram concentração na posse de índios que espelham a distribuição de riquezas nos bairros. De fato, a análise estatística da posse de índios revela que a sua distribuição foi bastante desigual ao longo do século. Mais de uma vez, isto indica que o processo de expansão incorporou um forte elemento de desigualdade desde o

³¹⁵ Monteiro aponta duas regiões de apresamento indígena e guarani, o dos Patos - atual região de Santa Catarina e o Guairá - localizado entre os rios Piriquire, Paraná, Paranapanema e Tibagi. John Manuel Monteiro. op. Cit. pp. 57-98.

início, o que favoreceu alguns colonos com mais recursos em detrimento de um número crescente de lavradores pobres”.³¹⁶

A triticultura se estendia no termo de Cotia, na década de 1620, e aumentava consideravelmente na década seguinte, na região de Juqueri, graças ao crescimento de mão-de-obra indígena - predominantemente familiar e feminina - , e a necessidade de se abastecer as regiões costeiras. Formava-se, assim, uma espécie de “celeiro” na periferia da América Portuguesa.³¹⁷

Apesar desse avultamento da cultura de trigo, eram poucos os moinhos da região, o que fazia com que as diferenças entre os proprietários de moinhos e os lavradores se acentuassem. Dentre os maiores produtores de trigo, estavam o capitão Cornélio Rodrigues de Arzão, irmão do capitão-mor Braz Rodrigues de Arzão, que vivia na vila de Nossa Sra. da Candelária de Utuguassu, e Francisco Bueno, que recebeu do inventariado materno de Maria Pires 17\$000. Esses senhores inventariados deixavam às respectivas esposas Elvira Rodrigues e Felipa Vaz, consideráveis somas em escravos e fortuna.³¹⁸

O primeiro produtor Cornélio Rodrigues de Arzão, flamengo, sofreu a ação da Santa Inquisição, na Metrópole, em 1628. O senhor e a família foram obrigados a entregar o seu patrimônio de 327\$240 que fora arrolado anteriormente em inventário. Nesse arrolamento de bens, a família ficou sem o moinho de trigo de 10\$000.³¹⁹

Dez anos depois, o patrimônio familiar recuperava-se da antiga perda. Havia no inventário *pós-mortem* do capitão e senhor Arzão o valor de 562\$740, e a escravaria que na contabilização anterior era de 38 cativos passava a ser no momento do seu falecimento 98. O senhor vivia com a família em umas casas na vila que estavam junto à Matriz de dois lanços com seu quintal que dividia com casas de Jeronymo Dias (25\$000). Tinham outro lanço novo com seu corredor que parte com a casa de Belchior de Borba (12\$000), os chãos com taipas feitas e um lanço coberto de telha que parte com as ditas taipas com um lanço novo (20\$000), o sítio de três lanços de casa de taipa de pilão com seu corredor coberto de telha com suas árvores (25\$000), a roça de mandioca (4\$000). Mantinham nos pastos

³¹⁶ Idem, p. 195.

³¹⁷ Sobre a produção de trigo no planalto ver o capítulo “O celeiro do Brasil” de John Manuel Monteiro. op. Cit. pp. 113-128.

³¹⁸ Idem, p. 120. Inventário de Cornélio de Arzão (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 14, pp. 68-127.

³¹⁹ Inventário de Cornélio de Arzão feito a mando da Santa Inquisição (1628). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 14, pp. 68-127. Alcântara Machado. Op. Cit, p. 193.

poucas rezes: 10 vacas soltas (18\$000), 19 vacas paridas com 19 crias (38\$000), 5 novilhas (5\$000), e um bem pequeno plantel de 1 égua e 1 poldro de três anos (4\$000). Além das posses existentes em Piratininga, a família tinha negócios na vila de Santos, onde era proprietária de 70\$000 em casas.

Do casal ficaram as filhas Maria, solteira de 25 anos e Ana Rodrigues, casada com Belchior de Borba. Além de Suzana de 14 anos, Braz de 12 e Cornélio, os quais ficavam sob a responsabilidade da viúva Elvira Rodrigues, “curadora dos seus filhos órfãos de pai para os ensinar e doutrinar”.³²⁰

O outro inventariado Francisco Bueno, além do gado apontado anteriormente, sobrevivia com o sítio em que havia a casa de taipa de pilão de três lanços, cujos seus corredores eram cobertos de telha e outra casa pequena de taipa de telha (20\$000), o raro moinho com suas pedras e duas picadeiras e a casa desmanchada coberta de palha (12\$000), uma casa de taipa de mão coberta de telha e dois lanços com sua cobertura (6\$000), o sitio de Biturua (5\$000), as casas nesta vila que estão junto à casa de fundição “que partem” com Domingos cordeiro, de taipa de pilão com dois lanços com seu corredor e pedaço de quintal coberto de telha (40\$000). Nessas suas terras e benfeitorias trabalhavam 79 escravos indígenas.

A esposa Felipa Vaz, viúva de Francisco Bueno, cunhada de Amador Bueno e filha do capitão João Branco, era senhora, quando casada, de um montante de 427\$774, tinha 131\$560 em jóias e 64\$000 em dinheiro, o que era extremamente raro na vila. Nesse caso, a fortuna pouco diminuiu com a morte do senhor, pois esse tinha poucas dívidas, das quais destacam-se os 5\$920 contraídos com a irmã do falecido, Maria Ribeiro.³²¹ A senhora, após a morte do marido, tornou-se também curadora dos órfãos, juntamente com seu pai, sendo, portanto, a responsável por ensinar e doutrinar os filhos.³²²

Com os maridos no sertão ou no litoral, as mulheres senhoriais paulistas atuavam no comando da escravaria, na educação familiar e nos processos das partilhas, sendo essas últimas importantes para que se pudessem comercializar os rendimentos, aproveitando os negócios com as regiões litorâneas.

³²⁰ Inventário de Cornélio de Arzão (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 12, pp. 46-47.

³²¹ Inventário de Francisco Bueno (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. pp. 1-64.

³²² *Idem*, pp. 26-27.

Grande parte da riqueza paulista era dispersada para as regiões mais abastadas da colônia como Pernambuco e Bahia, com menos frequência, e o Rio de Janeiro com maior constância. “A produção de farinhas, milho, feijão e outros produtos alimentícios: a criação do gado e a elevação no preço da carne; a licença obtida para a venda da aguardente de milho local; a articulação com outros núcleos regionais acarretando tanto a falta de víveres quanto uma carestia crescente; um comércio variado de artigos importados; a constante preocupação das saídas da vila; a articulação entre caminhos, pontes, aterrados, entradas e saídas da vila; a articulação entre caminhos - bairros e a concessão do monopólio dos gêneros molhados e contratadores que dispunham a pagar taxas elevadas a título de subsídios para a Câmara; a eterna luta entre Coroa, Câmara, jesuítas e moradores a respeito da utilização da mão-de-obra indígena e do afrontamento de suas terras, a expansão da propriedade e maiores indicativos de riqueza”³²³ nas famílias senhoriais indicavam o processo de solidificação da mercantilização incipiente e da crescente desigualdade social, fruto da lenta constituição da população livre pobre da vila de Piratininga na primeira metade do seiscentos.³²⁴ Entretanto, esse estamento intermediário ainda não estava de todo formado e definido no Seiscentos.

Encontram-se algumas senhoras viúvas ou casadas com pequenas escravarias indígenas, que muito lhes ajudavam no dia-a-dia. Todavia, o número de escravos e mesmo o patrimônio também podiam variar conforme as expedições chefiadas pelos maridos ou outros familiares.

Retomando, constituía-se na vila de São Paulo uma economia ambígua. Por um lado, a pobreza era marcada pela diferença econômica de outras regiões da América Portuguesa, como Pernambuco e Bahia. Sendo que esses locais enriqueciam-se por meio do mercado externo e do exclusivo colonial. Ademais, formava-se uma população livre pobre que vivia precariamente, produzindo na maioria das vezes somente para a subsistência.

Por outro lado, a vila possuía uma riqueza originária da produção de gêneros alimentícios que se estendia para outras regiões. Nesse processo, algumas senhoras e

³²³ Ilana Blaj, Op. Cit., p. 204.

³²⁴ Eni de Mesquita Samara notou que “(...) nas sociedades escravistas, o que se percebe é que a mão-de-obra livre, desde que especializada, tinha um lugar garantido, restando aos trabalhadores pobres e migrantes ocupar os espaços que eram deixados aos escravos. O conjunto das ocupações é outro indicativo dessa organização por setores econômicos que se concentravam os despossuídos, alguns deles quase que exclusivamente femininos”, *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 45.

senhores paulistas atuavam na montagem de uma economia mercantil incipiente, estabelecendo negócios com o Atlântico Sul.

Enfim, as mulheres senhoriais paulistas constituíam um grupo sócio-econômico muito variado. Todavia, muitas delas conseguiam formar algum patrimônio durante a vida por meio de um trabalho cotidiano lento e fatigante.

Quadro 1
Perfil das senhoras viúvas
Vila de São Paulo
(1578-1640)

Data do Inventário	Nome do Inventariado	Nome da viúva	Quinhão da viúva	Número de Esravos
1578	Damião Simões	Suzana Rodrigues	18\$900	8
1597	João do Prado	Felipa Vicente	142\$593	13
1598	Diogo de Sanches	Apolonia Paes	69\$615	8
1600	Gaspar Fernandes	Domingas Antunes	87\$832	7
1601	João Serrano	Francisca Correa	60\$625	3
1602	Antonio Pereira	Felipa Vicente	não consta	0
1603	Manuel de Chaves	Antonia Dias	76\$960	0
1604	Braz Gonçalves	Catarina de Burgos	41\$645	9
1605	Fernão Dias	Lucrecia Leme	209\$180	17
1606	Jorge Rodrigues	Maria de Paiva	49\$540	13
1607	Francisco Barreto	Maria Jorge	77\$520	15
1609	Pedro Álvares	Ana Farel	88\$360	1
1609	Belchior Carneiro	Hilária Luiz	63\$500	31
1610	Custodio de Paiva	Ana de Cerqueira	37\$800	5
1611	Francisco Dias Pinto	Secília Gaga	23\$940	11
1611	Lourenço Gomes Ruxate	Izabel Rodrigues	29\$925	27
1612	Martim Rodrigues	Suzana Rodrigues	90\$000	25
1612	João de Sant'Ana	Maria Paes	não consta	7
1612	Salvador de Lima	Catarina Pontes	47\$605	5
1612	Antonio Nunes	Maria Maciel	40\$750	0
1613	Domingos Luiz, o moço	Felipa Parenta	131\$120	37
1613	André Martins	Justa Maciel	49\$300	18
1613	Diogo Martins Machuca	Guiomar Rodrigues	não consta	3
1614	Francisco de Saraspe	Izabel Antunes	15\$450	27
1614	Marcelo de Siqueira	Mecia Bicudo	16\$200	3
1615	Francisco Ribeiro	Maria de Moraes	253\$110	35
1615	João do Prado	Maria da Silva	34\$940	**
1615	Domingos Gonçalves	Ignez Conqueiro	6\$820	4
1615	Jorge de Barros	Ana Maciel	não consta	1
1615	Francisco de Seixas	Izabel Escudeiro	22\$300	9
1615	Pedro Rodrigues Osório	Luzia Teixeira	7\$340	14
1616	Henrique da Costa	Antonia Rodrigues	19\$500	36
1616	João Leite	Ignez Pedroso	23\$800	16
1616	Christovão de Aguiar Girão	Luiza	15\$300 negativo	60
1616	Franciso de Almeida	Tomazia Rodrigues	20\$440	15
1616	Manuel Requeixo	Ana Ribeiro	não consta	40
1616	Pedro Sardinha	Maria Mendes	não consta	1
1617	Pedro de Araujo	Ana de Alvarenga	23\$045	16
1617	José de Paris	Maria da Cunha	5\$800	7
1618	Francisco Ramalho Tamarutaca	Justina	2\$670	5
1619	Antonio da Fonseca	Helena Rodrigues	11\$700	1
1619	Manuel Rodrigues Gois	Isabel Fernandes	44\$600	19
1619	Francisco Velho	Maria Luiz Domingos Cordeiro	66\$800	4

1620	João Gomes	Paula Gonçalves	90\$000	17
1622	Antonio Cubas de Macedo	Antonia Gonçalves	4\$520	3
1622	Christovão Pereira	Izabel Martins	9\$930	3
1623	Sebastião Preto	Maria Gonçalves	108\$490	1
1623	Balthazar Nunes	Izabel Dias	37\$270	25
1624	Antonio Castanho	Catharina de Almeida	10\$90	1
1624	Henrique da Cunha, o velho	Maria de Pina	92\$500	39
1624	Francisco Lourenço	não consta	não consta	10
1624	Mathias de Oliveira	Ana de Freitas	51\$295	34
1625	Domingos de Abreu	Maria de Moraes *	47\$899	20
1625	Raphael Dias	Ana Gonçalves	16\$145	15
1626	Francisco da Costa	Izabel Gomes	7\$090	14
1626	Paschoal Monteiro	Ana Farel	não consta	6
1626	Bartholomeu Gonçalves	Domingas Rodrigues	130\$060	4
1627	Antonio Ferreira	Felipa Gaga	25\$500	0
1627	Diogo Dias de Moura	Suzana de Góes	275\$014	13
1627	Manuel Vandala	Magdalena Hosquo	256\$780	7
1628	Antonio Gonçalves	Clara Fernandes	38\$210	7
1628	Luiz Fernandes Folgado	Ana Rodrigues	34\$665	26
1628	Antonio Canto de Mesquita	Margarida Pires	não consta	não consta
1629	Gaspar Barreto	Lucrecia Leme	651\$280	16
1629	Francisco Lopes Pinto	Gracia de Quadros	não consta	não consta
1629	Luiz Ianes	Jeronyma Dias	19\$210	7
1629	Braz de Pinha	Izabel Lopes	8\$900	5
1629	Lourenço Fernandes Sanches	Izabel Gonçalves	61\$910	6
1630	Paulo da Silva	Catarina de Aguiar	31\$180	25
1631	André Peres	Ana Marques	40\$225	12
1631	Belchior Martins de Mello	Merencia Vaz	não consta	8
1631	Jorge Dias	Catarina Bras	não consta	5
1631	Pedro Álvares	Jeronyma Bicuda	3\$880	8
1632	João de Sousa	Maria de Barros	27\$980	11
1632	Simão Borges Cerqueira	Leonor Leme	31\$458	4
1632	Manuel Alves Pimentel	Felisiana Parenta	66\$710	98
1632	Manuel Fernandes Sardinha	Izabel Ribeiro	26\$250	50
1633	Lourenço de Siqueira	Margarida Rodrigues	94\$059	69
1633	Matheus Leme	Antonia Gaga da Cunha	24\$000	31
1633	Gaspar Fernandes	Maria Colasso	17\$835	10
1633	Gabriel Rodrigues	Izabel João	2\$830	18
1633	Pedro Domingues	Magdalena Fernandes	33\$825	26
1633	Antonio Raposo, o velho	Izabel de Góes	não consta	15
1633	Pedro Dias	Maria Leite	16\$765	90
1634	Francisco Rodrigues de Beja	Maria da Cunha	não consta	13
1635	André Botelho	Maria Alves	10\$360	0
1635	Juzarte Lopes	Maria de Pontes	28\$260	31
1635	Raphael de Teixeira	Maria Martins	não consta	4
1636	João Gago da Cunha	Catharina do Prado	35\$850	29
1636	Antonio de Almeida	Maria Nunes	28\$510	14
1636	Luiz Furtado	Cosma Mendes	29\$025	22
1636	Amaro Domingues	Catharina Ribeiro	44\$070	3
1636	Balthazar Lopes Fragoso	Maria Cardoso	9\$020	23
1636	Braz Gonçalves, o velho	Inocencia Rodrigues	não consta	8

1636	Paschoal Neto	Maria Luiz	-9320,00	0
1637	Manuel Preto, o moço	Ana Cabral	não consta	28
1637	Antonio Rodrigues Miranda	Potencia Leite	9\$505	1
1637	Miguel Vaz Pinto	Catharina Laiz	14\$010	12
1637	Domingos Bicudo	Paula Gonçalves	dívida de \$920	42
1637	Braz Gonçalves	Inocência	não consta	não consta
1638	Antonio Dias Carneiro	Felicia de Pinha	não consta	13
1638	Januário Ribeiro	Marina de Lara	125\$664	67
1638	Cornélio de Arzão	Elvira Rodrigues	265\$570	98
1638	Christovão Mendes	Gracia Mendes	31\$815	9
1638	Gregório Ferreira	Juliana Ramalho	não consta	3
1638	Antonio da Silveira	Domingas de Abreu	19\$315	7
1638	Gaspar Fernandes	Izabel da Cunha	43\$800	29
1638	Francisco Bueno	Felipa Vaz	427\$774	79
1638	Estevão Gonçalves	Paschoa da Pena	8\$680	4
1639	Alvaro Rabelo	Ana Cabral	19\$124	49
1639	Francisco da Cunha Gago	Domingas Lobo	35\$035	12
1640	Simão Borges Cerqueira	Ignacia Alves	62\$000	93

Fonte: Inventários e testamentos. São Paulo: DAESP, vol. 1-44, 1920/1977.

3.3. As teias comerciais

*“...a nove dias do mês de agosto de mil e seiscentos e três anos nesta vila na casa da câmara estando ai os oficiais para fazerem câmara e acordarão o seguinte – que era necessário haver nesta vila uma mulher que vendesse para parecer bem Francisca Rodrigues cigana que o fará muito bem e logo lhe foi dado juramento de santos evangelhos para o vereador Francisco Viegas para que bem e verdadeiramente sirva de venda tratado verdade e dando a cada um o seu e levara de premio de cada tostão seis reis e ela o prometeu fazer para não saber assinar e assinei eu tabelião pr ela a seu rogo – Antonio Rodrigues tabelião que o escrevi...”*³²⁵

Ata da Câmara da vila de São Paulo, 1603.

As mulheres senhoriais paulistas realizavam inúmeras atividades econômicas. Cuidar das boiadas, das lavouras, negociar por intermédio das redes de crédito e débito eram tarefas que marcavam o cotidiano feminino dos estamentos senhoriais. A partir disso, as senhoras tinham papéis fundamentais na acumulação de patrimônio e na subsistência das famílias.

No fim do quinhentos e início do século posterior, as boiadas eram levadas para o litoral através do Caminho do Mar, os quais se originaram das antigas trilhas indígenas. As vendas de gado tornaram-se fonte de riqueza para as primeiras famílias senhoriais paulistas. Nessas tramas de mercantilização incipiente, as mulheres senhorias negociavam geralmente com os homens de mercancia, que saíam em direção ao litoral.³²⁶

Logo no início do Seiscentos, formava-se também uma rede de pequenos negócios de produtos alimentícios, chegando uma dessas atividades a ter participação feminina, conforme informou a ata de 1603, que expressava a atuação da Cigana Francisca Rodrigues, “mulher que vendesse para parecer bem”, o que faria “muito bem”, segundo a própria expressão da instituição.

³²⁵ Ata do dia 09/06/1603. In: *Atas da câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, vol. 2, 191, pp.132-133.

³²⁶ Segundo Caio Prado Junior “existe, portanto, desde o início da colonização paulista, um nítido deslocamento do seu centro, do litoral, onde teve começo, para o planalto. Isto constituiu o primeiro fator que vai influir na constituição e desenvolvimento e de todo o sul da colônia. E este seria São Paulo”. Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969, p. 94-95.

As lojas espalhavam-se pela vila com a inserção dos oficiais mecânicos como alfaiates, marceneiros e forasteiros que compareciam à câmara para prestar “juramentos” e “fianças”.³²⁷ A atuação das mulheres nas pequenas vendas e comércio era inferior aos negócios de maior vulto.³²⁸ Seis anos depois, do pedido da cigana Francisca Rodrigues, os oficiais camarários relatavam que “...nesta vila avia muitas tavernas em as quais se vendia vinho muito ruim e muito caro por medidas muitos ruins e pequenas”.³²⁹

As carnes do gado da terra eram vendidas conjuntamente com os mercados de vinho e de produtos externos à vila. As autoridades da Câmara procuravam constantemente controlar essas atividades por meio da cobrança de taxas, além de tentar impedir a saída de gado da vila. De acordo com a ata de 1610,

“e assim assentarão os ditos oficiais no mesmo dia atrás declarado que porquanto a casa do conselho e a cadeia e açougue se avia de fazer ente ano por de todo haver necessidade assentarão que todos os mercadores que de fora viessem a esta vila vender vinhos de entrada de cada peroleiro pagassem meio tostão de cada peroleiro para as ditas obras isto sendo mercadores de fora ou da terra que vinho do reino vendam para iso cada um juramento dos peroleiros que na vila meter para vender sob pena de quem o contrario fizer perca todo o vinho que e acusador e de como assim assentarão o assinarão eu Simão Borges escrivão da câmara o escrevi – Belchior da Costa – Garcia Rodrigues – Francisco da Gama – Belchior de Quadros”.³³⁰

Apesar de ser proibido o acesso dos oficiais mecânicos à administração das Câmaras, tal fato ocorria comumente nas regiões mais distantes do centro do Império Metropolitano Colonial.³³¹ Manuel Esteves, membro da governança, era também “mercador com loja aberta e venda”.³³² Lucrecia Leme, senhora de 16 escravos, era proveniente de uma família de prestígio social. Casada com o comerciante Francisco Barreto, senhor de grandes negócios tanto em Santos como no Rio de Janeiro, entrava para o universo da

³²⁷ Belmonte, p. 88.

³²⁸ Sobre a atuação feminina nas redes comerciais ver Maria Odila da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

³²⁹ Ata do dia 09/06/1603. In: *Atas da câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, vol. 1, 191, p. 234.

³³⁰ Ata do dia 07/02/1610. In: *Atas da câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, vol. 1, 191, pp. 259-260.

³³¹ Segundo Prado, “...a antiga legislação portuguesa que lhe impunha algumas diminuições, como a de não poder ocupar cargo dos Senados das Câmaras (Câmaras Municipais). Caía em desuso no Brasil, e encontramos mercadores nas Câmaras de todas as cidades e vilas da colônia. Formavam mesmo uma categoria reconhecida e oficialmente prezada, e nesta qualidade participavam dos conselhos da administração...” Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 295-296.

³³² Ata do dia 01/07/1623. In *Atas da câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMSP, vol. 2, 1915, p. 43.

mercancia. Quando viúva, a mais abonada da vila com 651\$280, ficou responsável, juntamente com o cunhado João Barreto, comerciante de Angola, por receber o pagamento das inúmeras dívidas ativas do seu esposo e cobrar o recebimento da fortuna familiar com o juizado dos órfãos. Dentre os devedores, havia alguns do *gênero* feminino: Benta Dias, mulher que era de Antonio Furtado devia 6\$800; Beatriz Bicudo, esposa de Antonio Raposo Tavares, 2\$560; Paula Maciel, 2\$380; Agostinha Rodrigues cônjuge de Diogo Moreira, 3\$600.³³³

Maria de Moraes, moradora do termo da Mooca, casou-se pela primeira vez com o comerciante Francisco Ribeiro. Cabia-lhe, portanto, na sua parte das benfeitorias: as quatro roças (33\$000), o sítio, no qual está em sua fazenda (25\$000), os 40 alqueires de feijões (6\$400), o algodão (1\$500), o gado vacum (21\$760), as casas em que mora nesta vila (40\$00). A égua castanha (3\$200), o cavalo castanho novo (4\$500), os perus todos (1\$840), 16 aves de galinhas (1\$000), toda a criação de porcos (14\$820) perfilavam nas criações do sítio. Faziam parte das ferramentas das lavouras: as enxadas todas (5\$240), as nove foices (1\$800), as sete cunhas (1\$400), o machado (\$400), a enxada (\$200), os dois podões (\$260), o alambique (1\$600), o espeto (\$040), o almofariz (\$800), e a prensa (1\$280).

Do rol das suas dívidas destacavam-se em mãos de Januário Ribeiro \$440, em Custódio Aguiar \$800, João Pedroso 17\$030, em Geraldo Correa 4\$500, em Belchior de Ordas 11\$520, em Luiz Fernandes Bueno \$640, em Jorge Hedra \$500, em Christovão de Aguiar de Tanhanhe, em Jorge Peres \$120, em Paulo da Costa 3\$840, em Diogo de Lara 1\$320.³³⁴ Dentre a parte da herança do marido, a viúva ainda negociava os aluguéis das casas das filhas Ana e Sebastiana, que valiam 25\$000.³³⁵ E pagava ainda a Paulo da Silva uma vara de carnequim.³³⁶ No processo de partilhas de patrimônio, quando perguntada pelo juiz dos órfãos Antonio Teles, respondia que

“determinava com os órfãos perante o dito curador a qual respondeu que ela os queria ter em seu poder com consentimento do dito curador e os queria alimentar á sua custa assim machos como fêmeas e que os machos trazia na escola e que isso queria fazer por serem filhos sem fazenda nem

³³³ “João Barreto, curador dos órfãos filhos que ficaram do defunto seu irmão Gaspar Barreto que ele está no caminho de Angola por cujo respeito veio a esta vila para dar contas da curadoria que lhe foi entregue e ora acha estarem as contas do dito inventário erradas”. Inventário de Francisco Barreto (1629). São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, p. 64.

³³⁴ Inventário de Francisco Ribeiro (1615). *I.T. São Paulo: DAESP, vol. 4, pp. 47-50.*

³³⁵ *Idem*, p. 35.

³³⁶ *Idem*, p. 36.

legítima dos ditos menores se gastar coisa alguma senão somente á custa dela dita viúva e visto pelo dito curador andarem os meninos na escola e sua mãe obrigar-se a os sustentar e alimentar e obrigar-se a isso sem os órfãos gastarem de seu coisa alguma houve por bem com aprazimento do dito juiz que a dita sua mãe os tivesse enquanto ela quisesse e a justiça não determinasse outra coisa a requerimento do dito curador e o assinaram....³³⁷

Casou-se novamente com outro mercante, Domingos de Abreu, que em Santos, no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, negociava com os mais variados produtos: sal, pimenta, cravo, louças, vinhos e os tecidos da terra e do ultramar.

Ao Pero Dias, a viúva Maria devia 41 arrobas de carne de porco posta em Cubatão e cem varas de lingüiça (30\$240), ao Fernão Dias, o velho, 40 arrobas e três arretéis de carne de Porco (25\$840), ao Manuel Preto devia 25 arrobas de carne de porco postas em Cubatão (16\$000), à velha viúva Leonor Leme das carnes que lhe vendia 4\$300, ao Manuel Esteves 1\$120, ao Fernão Dias, o moço \$640, ao Gonçalo Freire 6\$480, ao Romão Freire 18 côvados de tafeté preto e duas oitavas de retrós pretos (5\$200), ao João Clemente 1\$620, ao Gonçalo Madeira \$400, Manuel Ribeiro Boto \$320, ao Gonçalo Pires 35\$760, ao Custodio Nunes 6\$000, às Bulas da Santa Cruzada 12\$670. Tinha ainda dívidas com os filhos do primeiro marido Francisco Ribeiro, relativas à partilha, no valor de 107\$048.

Maria de Moraes possuía extensa rede de créditos, das quais destacam-se as com Gaspar Dias, de Pernambuco 3\$420, e com Jorge de Souza 10\$240 em 4 alqueires de farinha de guerra embarcados. André Fernandes de Parnaíba devia ao espólio 40 peroleiras de vinho (2\$040); Rodrigo Fernandes Gomes \$320 do sal que vendeu em Santos; Antonio Corrêa de Santos, uma dúzia de galinhas que se levou ao Rio de Janeiro 1\$200; João da Silveira, morador do Rio de Janeiro, 2\$000; Lazaro Fernandes, morador do Rio de Janeiro, 11\$680; Antonio de Sampaio, morador do Rio de Janeiro, 2\$000; Antonio Rodrigues \$160 de sal que se vendeu em Santos.³³⁸

A senhora também chegava a entrar em litígios jurídicos caso necessitasse, pois processou a viúva Ana Ribeiro dos \$560 que lhe devia do inventário do marido Manuel Requeixo, o qual fora soldado do capitão André Fernandes.³³⁹

Embora tivesse uma rede de comércio significativa, o seu patrimônio diminuía consideravelmente de 278\$7000 no inventário do primeiro cônjuge, em 1615, para 95\$799

³³⁷ *Ibidem*, p. 61.

³³⁸ Inventário de Domingos de Abreu (1625). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 335-425.

³³⁹ Inventário de Manuel de Requeixo (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1940, vol. 31, pp. 51-53.

do segundo, depois de dez anos. A escravaria indígena também decrescera de 35 para 20. Todavia, “senhora nobre” ainda tinha grande prestígio entre as autoridades, encaminhando o termo de curadoria, para criar os seus filhos, ao Juiz Antonio de Brito Cassão, que a mandava jurar

“aos Santos Evangelhos sobre um livro deles para que fosse curadora de todos seus filhos assim dos primeiros como deste pequeno agora filho do defunto Domingos de Abreu porquanto Francisco Rodrigues seu primo do dito defunto requereu ao dito juiz que fizesse a dita viúva curadora por ser mulher nobre honrada apta e suficiente e das qualidades que Sua Majestade em sua ordenação manda para o poder ser e que o dito Francisco Rodrigues desistia de qualquer direito que para o ser podia ter o que visto pelo dito juiz o houve por assim por bem e a houve a dita viúva Maria de Moraes por encarregada na dita curadoria e fazenda obrigação que os alimentará com todo o ensino necessário como mãe que é a que tudo se obrigou fazer e guardar e cumprir e dará fiança a tudo e de tudo assinou aqui seu procurador Pedro Taques...”³⁴⁰

A viúva recebia toda a fazenda e dinheiro proveniente da herança. Pero de Moraes trazia da Bahia 72\$720 em produtos de luxo, dando 5\$000 em pimenta e cravo, para a sogra Maria de Moraes.³⁴¹ Dentre as dívidas passivas do segundo marido contavam 29\$000 em dinheiro e 15\$000 em um vestido de melcochado, que tinha com Francisco Álvares, natural da cidade do Porto, e morador e dono de uma loja no Rio de Janeiro.³⁴² Também dizia a senhora, ainda seis anos depois de iniciado o inventário, que era

“paga e satisfeita de Manuel Mourato Coelho de dois conhecimentos que era a dever a meu marido Domingos de Abreu que Deus haja os quais estão botados em inventário e por assim ser paga lhe passei a presente e pedi a meu genro procurador Pero de Moraes esta passasse por mim e assinasse o qual pagamento fez o dito a João Clemente...”³⁴³

Ressalta-se a importância da viúva Maria de Moraes na vila de São Paulo. Senhora de escravos, ativa na rede mercantil da vila e ainda bem relacionada com as autoridades administrativas como o Juizado de Órfãos, fazia parte, portanto, do restrito estamento dominante paulista.

A vila de Piratininga cresceu consideravelmente durante os anos de 1595 a 1625, assim como expandiu a sua economia com a presença cada vez mais intensiva de trocas comerciais, sendo importado com mais regularidade sal e objetos de luxo que, segundo French,

³⁴⁰ Inventário de Domingos de Abreu (1625). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 374-375.

³⁴¹ *Ibidem*, pp. 378-388.

³⁴² *Ibidem*, p. 399.

³⁴³ *Ibidem*, p. 424.

“vinham de várias partes do mundo, mostrando que o comércio mundial avançava mesmo nos lugares mais remotos. Vestidos, tecido, ferragoulos, e cobertores de Londres, Florença, Flandres e Holanda chegavam ao planalto juntamente com machados de França, sal e vinho de Portugal, canequin das Índias Orientais, e goma e porcelana da Índia. Esta relação como os mercados coloniais era importante para Piratininga, pois incentivavam uma maior participação do comércio (...)”.³⁴⁴

No avançar da década de 1630, a economia senhorial paulista passou a intensificar a sua rede de crédito e débito em consequência do crescimento das trocas comerciais. A partir de então, as mulheres senhoriais começaram a intensificar a sua participação também nas relações mercantis em formação, pois os negócios da vila atingiram uma complexidade maior devido à trama de comércio com a região litorânea da América Portuguesa.

Algumas das senhoras e suas famílias concentravam grande parte da riqueza da vila. No inventário de Catharina de Siqueira, havia um monte-mor avaliado em 1:194\$980, que era elevado também devido aos 450\$000 adquiridos da fazenda que possuía no Rio de Janeiro.³⁴⁵

Muitas vezes os negócios femininos eram realizados no interior da própria família, como também ocorreu com Izabel de Ribeiro que pagou à sogra a quantia de 40\$000 em uma pipa e meia de vinho, proveniente da mercancia com o Rio.³⁴⁶

Essas “senhoras negociantes”, parafraseando Belmonte, auxiliavam seus esposos nas vendas da vila, pois estes mantiverem-se, muitas vezes, afastados nas veredas dos sertões ou nas redes de comércio do Caminho do Mar.³⁴⁷ Nessas trilhas, comercializavam

³⁴⁴ John D. French, Op. Cit., p. 97.

³⁴⁵ Inventário de Catharina de Siqueira (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.10, pp. 493-520.

³⁴⁶ Inventário de Manuel Fernandes Sardinha (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, vol. 8, ps. 458, 483 e 484.

³⁴⁷ De acordo com Prado “A importância do Caminho do Mar é, portanto, considerável desde o início da colonização. Por ele transitam não só a exportação e importação do planalto, mais ainda os gêneros alimentares consumidos no litoral, todos eles produzidos no interior. O litoral fornecia açúcar, gênero de exportação; mas é do planalto que lhe provinham os mantimentos: a carne, a farinha, a mandioca, os cereais. Até o trigo era então produzido no planalto; exportava-se mesmo daí para os outros pontos do país, e o que é mais interessante e verdadeiramente paradoxal, até para o Rio da Prata. Não se prestava o litoral para tais culturas, e sua dependência do planalto neste terreno foi sempre completa. (...)”. Continuando a sua interpretação sobre a economia da vila, o autor afirma que “entre o planalto e o litoral, pelo Caminho do Mar, há portanto um intercâmbio imenso. São Paulo, como ponto intermediário, como escala necessária deste intercâmbio, auferiu dele grandes proveitos. Desde logo, há entre os dois núcleos, São Paulo e Santos, uma ação recíproca permanente, e a importância de um se projeta fatalmente sobre o outro. Ambos se complementam, e no sistema econômico da capitania satisfazem cada qual uma destas funções conexas e inseparavelmente ligadas: centro natural do planalto e porto marítimo. Não fosse a fatalidade da Serra do Mar, e estas duas funções caberiam a um só centro, que englobaria o que hoje constitui as duas cidades. A configuração geográfica do território apartou estas funções. O Caminho do Mar que se articula, restabelecendo a unidade que necessariamente as deve englobar, tirar daí toda a sua força considerável

farinha, carne e gado e trafegavam mesmo com dificuldades constantes como ataques de onças, surtos de sarampo e pestes.³⁴⁸

Para a utilização dos caminhos, as autoridades camarárias pediam, freqüentemente, às senhoras da vila que deixassem seus quintais, sítios e fazendas livres para as passagens das boiadas, sendo que em ata do dia 12 de março de 1594, os oficiais mandavam Maria da Pena limpar o caminho.³⁴⁹ Essas constantes requisições, segundo Ilana Blaj, demonstravam a importância da ampliação das trilhas para os contatos de comércio e a manutenção do domínio das autoridades administrativas da Coroa.³⁵⁰

Embora a economia paulista não fosse diretamente agro-exportadora para a Metrópole, como ocorria em outros locais da Colônia, o planalto e a vila começavam a manter estreitas relações nas praças mercantis do Atlântico Sul. Nas tramas de negócios ultramarinos, alguns negros africanos eram trocados por produtos como água ardente, farinha de mandioca e carnes salgadas originárias do comércio da Serra do Mar.³⁵¹

importância. E o sistema São Paulo – Caminho do Mar torna-se o eixo, a base do organismo da capitania”. Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.p.106-107.

³⁴⁸ “A rota que descia a serra do Mar de São Paulo a Santos, ligando o planalto ao litoral, também combinava transporte terrestre fluvial. O primeiro e mais dificultoso trecho, de São Paulo a Cubatão, era percorrido a pé, enquanto o resto de viagem até Santos era completado por canoa. Cubatão, situado ao pé da serra, servia como uma espécie de pedágio. (...)”

“O caminho do Mar, constituía, sem dúvida, o trecho que mais pesava no percurso entre São Paulo e Santos. (...) Com certeza, a trilha para o mar permaneceu um ‘caminho fragoso’ – nas palavras de um nobre seiscentista – pelo menos até o final do século seguinte, mas isto não chegou a isolar a economia paulista do resto da Colônia. Na verdade, os carregadores índios superavam este obstáculo com freqüência e velocidade, completando o percurso de São Paulo a Cubatão em aproximadamente dois a quatro dias”. John Manuel Monteiro. op. Cit, pp. 122-123.

³⁴⁹ *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1562-1596)*. São Paulo: AMSP, 1914, pp. 490-491.

³⁵⁰ Segundo Blaj, “o Caminho do Mar, na verdade, desempenha um papel fundamental, tanto para a própria colonização portuguesa, quanto para a ascensão hegemônica da região. De um lado, por este caminho, São Paulo assegurou a sobrevivência do litoral, exportando para os núcleos costeiros gêneros alimentícios e gado. Garantiu, assim, em última instância, a sobrevivência da colonização, uma vez que, no período, as articulações Metrópole-Colônia se realizavam, basicamente, com o litoral. Por outro lado, a manutenção das comunicações com Santos e Cubatão viabilizaram a conquista e colonização interioranas, pois é pelo Caminho do Mar que chegavam aos núcleos do planalto tanto os gêneros importados quanto a própria ordem político-administrativa. Este pode ser expressada pelas visitas das autoridades reais, pela manutenção, em Santos de tropas prontas a acudir a defesa do interior e pelas próprias correspondências das autoridades metropolitanas e coloniais que continham determinações a serem cumpridas pelos mandatários locais. Ainda mais, por se situar no ponto privilegiado desta rota, a vila de São Paulo pôde se alcançar como núcleo hegemônico da região...” Ilana Blaj, Op. Cit, pp. 171-172.

³⁵¹ Conforme Alencastro, “São Paulo – zona marginal do sistema atlântico – desenvolve-se como provedor de alimentos do resto da Colônia, antecipando progresso análogo que impulsionará agricultura de Minas no final do século XVIII. As praças do Norte e Angola importam de São Paulo cal, farinha de mandioca e de trigo, milho feijão, carnes salgadas, tocinhos, lingüiça, marmelada, tecidos rústicos e gibões de algodão à prova de flechas. Tirante a cal marinha cavada dos sambaquis do litoral, os produtos desciam da Serra do Mar nas costas dos índios. Em sentido inverso, subiam – sempre carregados pelos índios – os importados: sal, tecidos,

Na vila de São Paulo de Piratininga constituía-se uma sociedade escravista, na qual imperavam variados tamanhos de escravarias. Os cativos eram constantemente partilhados nas heranças das famílias senhoriais. Como força de trabalho deviam auxiliar nas roças e nas atividades de artesanato. Com o aumento das escravarias que ocorreu marcadamente a partir de 1610, também floresceu a formação das atividades comerciais de produtos alimentícios. As redes de trocas se davam por meio de mecanismos de créditos e débitos, nos quais havia uma série de empréstimos e dívidas de bens produzidos na vila com outras áreas da colônia.

Segundo Nazzari, “os débitos pendentes eram parte importante da maioria dos inventários, constituindo em geral em legítimas, dotes, dízimos e empréstimos tomados do juízo dos órfãos, ou de mercadorias compradas e não pagas”.³⁵²

Em São Paulo, assim como no resto da colônia, havia dificuldades de se conseguir moeda. Tal acontecimento deve-se à existência do sistema de crédito, no qual as operações eram feitas em base da troca, mas tendo o dinheiro como o valor referencial.³⁵³

Conforme percebe-se nas atas camarárias, que se faziam sob a ótica dos interesses das autoridades da governança da terra, os mercadores atingiam os seus tentáculos na vila de São Paulo, pois era esse o mais importante entreposto entre o mar e o sertão, onde se configurava ponto estratégico para a expansão colonial. Conquistar, povoar, produzir o botim e depois explorá-la, foi um processo fundamental na realidade da vida material da colônia.

A vila tornava-se de maneira contraditória o mais importante núcleo de povoamento de dispersão e de sedimentação populacional da América Portuguesa. Por meio desse centro, dava-se a utilização da mão-de-obra cativa e o início da agricultura comercial.³⁵⁴

especiarias, vinho, ferramentas e pólvora. Toda essa mercancia, toda essa carga, intensificava o uso de cativos no transporte, nos pousos, roças e trigais paulistas, onde a média de escravos indígenas por proprietários atinge maiores índices históricos: 36,6 nos anos 1640 e 37,9, nos anos 1650. Números bastante altos, mesmo comparados aos das áreas irrigadas pelo tráfico negroiro”. Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 194-195.

³⁵² Muriel Nazzari. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 179.

³⁵³ Ilana Blaj, op. Cit, pp. 111-112.

³⁵⁴ Ilana Blaj afirma que “aos poucos, as vila de São Paulo venceu os problemas que ameaçavam a sua sobrevivência, submeteu o indígena e estruturou uma pequena produção comercializável que a transformou em núcleo de poder na região. A partir de meados do século XVII, principalmente por intermediário do desenvolvimento do comércio com Santos, o núcleo paulista se integrou, cada vez mais, numa economia de mercado, o que criou condições para a própria expansão da colonização do interior, processo este capitaneado

Em meados do século XVII, a mercantilização em formação da vila fazia com que despontasse uma reduzida rede de abastecimento integrada à exploração do Antigo Sistema Colonial.³⁵⁵

Comandar as roças, administrar a pecuária e realizar os negócios eram atividades que as mulheres senhoriais paulistas faziam no dia-a-dia. Dessa forma, essas senhoras conseguiam manter uma relativa autonomia na conjuntura econômica da vila de São Paulo, centrada na incipiente mercantilização dos produtos alimentícios e na força de trabalho escravista indígena para a acumulação de patrimônio.

No entanto, havia na sociedade paulista valores extra-econômicos, como a distribuição de honras e mercês e da capacidade dos senhores paulistas de comandar as expedições, pois para além dos ideais nobiliárquicos que os estamentos senhoriais paulistas tinham e o desejo de se tornarem senhores de escravos, havia também o anseio por chefiarem as guerras no sertão.³⁵⁶

As mulheres senhoriais obtinham além da posse de escravos, jóias, vestidos importados e outros artigos de luxo, como as roupas importadas da Metrópole, Flandres e de outras paragens. As vestes e adereços davam-lhes uma posição social destacada da população indígena e dos livres pobres.³⁵⁷ Por fim, as senhoras acabavam por assumir os papéis designados aos senhores. Formava-se, então, uma sociedade hierárquico-estamental, na qual, segundo Blaj, “é todo um estilo de vida, a predominância de um código de honra e valores, que pode ser sintetizado na expressão ‘viver à lei da nobreza’. Formas de tratamento diferenciadas conforme o estamento, obtenção de cargos, dignidades e mercês, privilégios nas vestimentas e no porte de armas...”³⁵⁸

O estilo de vida “nobre” era dificultado pela necessidade das senhoras de fazer negócios com os mercadores coloniais. Dessa forma, as senhoras-mercantes realizavam serviços mecânicos e na prática distanciavam-se dos ideais de nobreza presentes nos altos

pela vila de Piratininga, visível pela integração crescente dos bairros e pela nomeação, via Câmara, dos seus respectivos capitães juntamente com a instituições de suas capitânias”. Idem, p. 200.

³⁵⁵ Ilana Blaj, Idem.

³⁵⁶ Eni de Mesquita Samara. *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: EDUSC, 2003.

³⁵⁷ Braudel, analisando as transformações das roupas e os bens de artigo de luxo, afirmou que “a história das roupas é menos amedófica do que parece. Levanta todos os problemas, os das matérias-primas, dos processos de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais. Variado, o traje por toda a parte se obstinha em denunciar posições sociais. Fernand Braudel, Op. Cit., p. 281.

³⁵⁸ Ilana Blaj. Op. Cit, pp. 331-332.

estamentos. Embora fosse em número ainda reduzido, a atuação feminina nos negócios auxiliava na formação da incipiente mercantilização da vila.³⁵⁹ Entretanto, além da diferença de *status*, havia uma diferença de *gênero*, pois existia um número bem menor de mulheres no comércio, principalmente quando se tratava da mercancia através do Caminho do Mar.³⁶⁰

Enfim, nos estamentos senhoriais, a atuação econômica feminina era centrada no auxílio aos familiares, criando animais, explorando a mão-de-obra escrava indígena e negociando com os agentes das redes comerciais do Atlântico Sul. Diferentemente da participação masculina, essas atividades eram realizadas no universo da casa e do sítio das famílias senhoriais paulistas. Logo, as mulheres senhoriais tinham um poder intermediário, localizado no espaço doméstico, onde também alojavam-se as tecelagens de algodão da terra.

³⁵⁹ Charles Boxer, analisando a atuação feminina no plano da expansão ibérica, relata que em Omuz, as viúvas tornavam-se cabeças de casal e passavam a comandar as armadas de navio, sendo por isso chamadas de “armadoras de navio”. C. R. Boxer. *A mulher na expansão ibérica*. Lisboa: Livros horizontes, LTDA, 1975, p. 98.

³⁶⁰ Dalene Abreu-Ferreira demonstrou que no norte de Portugal, nas cidades de Aveiro, Vila do Conde, Viana do Castelo e Ponte de Lima, durante o Quinhentos, existiam mulheres, geralmente viúvas, que atuavam nas redes comerciais de peixes e de mercadorias a longa distância. Essas mulheres comerciantes investiam geralmente no comércio com o norte da Europa, Inglaterra e Países Baixos. Dessa forma, a historiadora defende a idéia que apesar de não serem predominante, as mulheres possuíam um papel mais atuante na mercancia do que afirmava a historiografia portuguesa. “Fishmongers and shipowners: women in maritime of Early Modern Portugal”. In: *Sixteenth Century Journal*. Vol. 31, no. 1, Special edition: gender in Early Modern Europe. (Spring), 2000, pp. 7-23.

CAPÍTULO IV
A INDÚSTRIA CASEIRA DO ALGODÃO:
AS TECELAGENS DAS FAMILIAS E DAS SENHORAS PAULISTAS

4.1. As casas e os sítios

*“A divisão de trabalho doméstico reflete a definição social da diferença entre esposo e esposa: as tarefas realizadas eram complementares. A diferenciação do papel do trabalho era baseada, em parte, na noção de que a mulher tinha que manter as crianças e administrar o domicílio”.*³⁶¹

Louise Tilly and Joan W. Scott

Nos domicílios paulistas, as mulheres senhoriais trabalhavam na manutenção e nos cuidados com as crianças por meio do comando das escravarias indígenas. A partir disto, assumiam papéis importantes no seio familiar. As casas, locais de moradia e de produção das famílias senhoriais, traduziam as diversas ambigüidades da vida material dos moradores da vila de São Paulo. As condições de “conforto” e “consumo” da população estavam relacionadas ao luxo, à miséria e a escassez de bens dos estamentos senhoriais.³⁶²

As transformações do patrimônio e as contradições da infra-economia foram perceptíveis por Alcântara Machado, quando escreveu que “às míseras choupanas que se compõem inicialmente o povoado vão sucedendo as construções de taipa, com exuberantes beirais e rótulas nas portas e janelas, à moda mourisca”. A descrição das casas miseráveis continuava quando trata dos materiais de construção. “As cobertas primitivas de palha aguariana ou sapé cedem lugar aos telhados. Do empenho com que os paulistanos procuraram fomentar o fabrico de telhas dão testemunho abundantes as vereações da época”.³⁶³

Poucos eram os sobrados existentes na vila. Um caso isolado era do inventário de Mariana de Chaves, realizado em 1617. Outra característica marcante desse fogo era o valor de 10\$000. As casas de substancial qualidade eram de “Catarina de Medeiros que ficavam na rua que ia para São Bento, e dez anos depois, as de Maria Ribeiro, na rua de

³⁶¹ “The household division of labour reflected the social definition of difference between husband and wife: tasks performed were complementary. The differentiation of work roles was based in part on the notion that women had to bear children and manage the household”. Louise Tilly and Joan W. Scott. *Women, work & Family*. New York, USA: Holt, Rinehart and Winston, 1989, p. 45.

³⁶² A casa é considerada como sinônimo de fogo ou domicílio. Eni de Mesquita Samara aprofunda a questão em *Família e vida doméstica no Brasil. Do engenho aos cafezais*. São Paulo: Humanitas, Estudos CEDHAL, Nova Série, no. 10, 1999.

³⁶³ Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, L.T.DA, 1969, p. 51.

Santo Antônio. Só atinge a quantia excepcional de 1:000\$000: a de Lourenço Sanches que declara ter dado à filha em dote de casamento”.³⁶⁴

Entretanto, o luxo da vida material paulista é relativizado por toda a sua obra. Era, segundo Machado, “na baixela e nas alfaias de cama e mesa que a gente potentada faz timbre em ostental opulência”.³⁶⁵ Em um outro momento o autor escreveu que “não nos deixemos iludir pelos indícios, que apontamos, da educação do gosto e dos desejos de ostentação. Apesar disto, é tão parco o adereço ou guarnimento da casa fidalga na era seiscentista, que a descrição de tudo cabe à vontade em meia dúzia de linhas”. Ao final da análise da vida material, expõe as nuances da infra-estrutura paulista: “haverá coisa mais relativa que o luxo?”³⁶⁶

Desenvolvendo essa questão, Braudel, ao se referir sobre as condições de vida da população do mundo pré-industrial, afirmou que

“ a comida de todos, a casa de todos, a roupa de todos – e as soluções minoritárias para benefício de privilegiados, sob o signo do luxo. Atribuir um lugar à média e à exceção é adotar uma dialética necessária, evidentemente incômoda. É forçar as idas e vindas, preto no banco, branco no preto e assim por diante, porque a classificação nunca é perfeita: o luxo, por natureza inconstante, fugidio, múltiplo, contraditório, não se pode identificar de uma vez por todas”³⁶⁷

Contudo, no interior das casas paulistas figuravam-se os móveis e utensílios de metais, que para muitos eram considerados objetos de extremo valor. Dentre os mais comuns, destacavam-se as redes de dormir – fabricadas com o algodão da terra - , as ferramentas de uso cotidiano, como as facas, as caixas de madeira, os caldeirões de latão, os teares e os fusos.

Os utensílios domésticos abundavam no patrimônio da senhora Maria de Moraes. Nas partilhas do inventário do esposo, os bens da casa que lhe cabiam eram a bacia (\$400), as peroleiras vazias (2\$500), o frasco de vidro (\$240). Dos artefatos da mesa (1\$000), tinham 8 colheres de prata (1\$280), os pratos, as galhetas e o saleiro (1\$700). Também contava com 6 cadeiras (3\$840) e o castiçal (\$200).

A senhora ainda ficava com 3 côvados de perpetuana novo (4\$160), 2 varas de pano de linho (\$840), 5 varas de pano de algodão (\$800), 3 côvados de telinha (2\$080), 8 varas e

³⁶⁴ Ibidem, p. 52.

³⁶⁵ Ibidem, p. 95.

³⁶⁶ Ibidem, p. 74.

maia de griceu (6\$800). A viúva ainda contava para negociar com o estoque de 700 mãos de milho (7\$000), 4 arrobas de algodão (2\$000), 6 alqueires de sal (3\$000) e 17 arrobas de carne (8\$000).³⁶⁸

Dessa forma, as casas poderiam ser ricas ou pobres. Além disso, segundo Leila Mezan Algranti, não foram restritas “às áreas edificadas, ou à construção principal. Quintais, jardins, pomares e hortas, além de anexos, estes cobertos de telhas ou palha, eram geralmente circundados por muros baixos que delimitavam o espaço doméstico. (...)”.³⁶⁹ No entanto, a autora também notou que

“...no que toca ao conforto doméstico e à decoração dos interiores, essas diferenças devem ser matizadas, uma vez que a precariedade do mobiliário e dos ambientes era comum toda a colônia, salvo algumas exceções, como as casas de certos capitães-mores e de alguns ricos fazendeiros. No geral, a modéstia do mobiliário fica evidente nos depoimentos colhidos, revelando a inexistência de espaços aconchegantes para o convívio familiar. Poucas cadeiras, uma ou duas mesas com seus bancos, além de algumas caixas e baús é o que encontra na maior parte das vezes, por exemplo nos inventários paulistas”³⁷⁰

Dos inúmeros objetos das moradias pertencentes aos senhores, de acordo com Algranti, existiam também as “Porcelanas das Índias”, que eram artefatos trazidos e utilizados pelos comerciantes mais abonados da colônia.³⁷¹

A tamboleira também era outro importante utensílio. Segundo Belmonte, era “um disco de prata, revelado no centro e nas bordas, como fundo de garrafa, com que se avalia a grossura do vinho”.³⁷² Ainda conforme o mesmo,

“enquanto, o estanho constitui o metal por excelência, nesse século, dado o seu baixo preço e alta durabilidade – tigelas, pratos, castiçais, candieiros, colheres, jarros – encontram-se, aqui e ali, a prata e a loca, indicativas de que seus possuidores são pessoas de melhor tratamento. Púcaros, pratos, colheres, salvas, tamboleiras, castiçais, tigelas, nauetas, garfo, tudo de prata, são contradições nas residências mais abastadas onde às vezes, aparecem as primeiras peças de louça da Índia e do Reino”.³⁷³

³⁶⁷ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, vol. 1, pp. 161.

³⁶⁸ Inventário de Francisco Ribeiro (1615). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 47-50.

³⁶⁹ Leila Mezan Algranti. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 91.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 105.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 123.

³⁷² Belmonte. *Nos tempos dos bandeirantes*, p. 52.

³⁷³ *Ibidem*, pp. 108-109.

Próximos às casas, os sítios tomavam parte significativa dos bens arrolados nos inventários das famílias senhoriais.³⁷⁴ Ana de Moraes, em meados da década de 1610, tinha o sítio, com suas casas e seu quintal serrado (16\$000) e mais uns fogos de taipa de mão (4\$000). Tinha também lavouras em 18 alqueires de feijões avaliados em 160 réis, remontando tudo a 2\$880. Ainda dividia duas roças de 14\$000 com Maria de Moraes. O excedente era constituído por 200 mãos de milho (2\$000), 27 arretéis de lã (\$540), meia arroba de carne de porco (1\$120) e meia arroba de cera (\$640). Por não ter em plantação de algodão e tear, o casal Ana de Moraes e Francisco Velho deviam a Luiz Fernandes Bueno 6 varas de algodão (\$960).³⁷⁵

Em 1623, Izabel Dias, viúva de Balthazar Nunes, ficava com o sítio de taipa de mão de três lanços com seus corredores cobertos de palha, árvores de espinho, figueira e parreira (6\$000).³⁷⁶

O sítio de Madalena Hosquor era “cercado para dentro com todas as plantas que assim de rama como parreiras de algodão e feijão e árvores de espinho e as casas de dois lanços cobertas de telha de taipa de pilão, sobradadas com suas varandas e corredor”. Valia ao todo 40\$000, sendo uma fortuna para o período.³⁷⁷

Como curadora dos filhos, devido à vontade do falecido marido, Madalena decidira partir para a Bahia. Mudava-se para a cidade de Salvador e por ser senhora abonada mandava para “fora da terra e por mar” a sua fortuna. Com a sua partida, o casal Jorge e Izabel Rodrigues viram-se obrigados a dar fiança dos bens da viúva ao capitão Antonio Pedroso, que ficara responsável por “entregar toda a fazenda que ficara na vila”.³⁷⁸

No arrolamento dos inventários, nota-se a presença de enxadas, coifas, machados, foices, goivas, bigornas, peroleiras, botijas, ralos e prensas. Esses artefatos tinham utilidade para os afazeres nas casas, nos sítios e nas lavouras distantes dos fogos.

No final do Quinhentos, Izabel Felix, senhora de Miguel Sanches e com dois filhos, tinham os seus 7 cativos. Eram proprietários de um sítio e de uma casa de apenas 4\$800.³⁷⁹

³⁷⁴ A respeito da importância econômica dos sítios ver: Rosângela Ferreira Leite. *Nos limites da colonização: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História – FFLCH/USP, 2006, pp. 110-130.

³⁷⁵ Inventário de Ana de Moraes (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 25, pp. 1-101.

³⁷⁶ Inventário de Balthazar Nunes (1623). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 23.

³⁷⁷ Inventário de Manuel Vandala (1627). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 7, p. 53.

³⁷⁸ *Idem*, pp. 68-69.

³⁷⁹ Inventário de Izabel Felix (1596). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 120-182.

Na passagem para o século seguinte, a viúva e sitiante Mercia Rodrigues contava com apenas a casa da vila, o pedaço de chão (6\$000) com o sítio e o arrozal de 2\$000, onde trabalhavam 4 cativos. No entanto, o seu monte-menor valia 126\$620, o que não era pouco para os padrões de riqueza de Piratininga.³⁸⁰

Violante Cardoso, esposa de Pero Madeira, deixava os filhos ainda bem pequenos, Francisca de 11 anos, Clara de 5, Maria de 4, Gaspar de 8 ou 9, Jorge de 7. A família possuía 37 escravos gentios, que trabalhavam em uma quantidade significativa de propriedades. As benfeitorias eram constituídas pelo sítio da banda de além, chamado Eypoamoçum, com três lanços de taipa de pilão, cobertos de telha com o seu corredor e quintal cercado, com todas as três árvores que tem de fruto, valendo 50\$000. Uma lavoura que estava em Taquera (6\$000), 2 pedaços de mantimentos e 500 mãos de milho (5\$000) que estavam no sítio de Hicubossum (10\$000) eram parte do patrimônio familiar senhorial.

Em 1621, as benfeitorias de Catarina de Pontes, do esposo Pero Nunes e dos filhos ainda infantes, Salvador, Pedro, Maria e Ana, eram bastante variadas. Não obstante, não tinham produção alguma relacionada com o algodão, acontecimento raro na vila de São Paulo. Eram sitiante do Ipiranga, onde possuíam as casas de dois lanços de taipa de mão cobertas de telha e outro de palha com suas parreiras que tinha ao redor, com suas limeiras, laranjeiras, “pacoveiras”, duas restingas de mantimento, valendo todas as propriedades familiares 21\$000. As casas da vila de lanços e taipa de pilão com repartimentos custava 11\$000. Dentre as lavouras contidas no inventário da senhora, existiam os canaviais de 11\$000, 12 alqueires de feijões a 1\$900, mais 24\$000 em roças. Essa relativa abonação patrimonial poderia ser explicada pelo trabalho das 40 peças indígenas e pelas atividades de negócios realizados pelo casal.³⁸¹

A família da inventariada Maria Gama era composta pelo filho João e o esposo Diogo Mendes. Moravam nos fogos de taipa de pilão, cobertos de telha, com corredor, quintal, na rua do padre vigário, entre o senhor Domingos Fernandes de Parnaíba e Leonel Furtado. O domicílio custava 30\$000. Apesar de não constar as lavouras e os sítios,

³⁸⁰ Inventário de Mercia Rodrigues (1605). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1939, vol. 30, pp. 32-45.

³⁸¹ Inventário de Catarina de Pontes (1621). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 417-466.

possuíam 38 cativos da terra e várias ferramentas, dentre elas 5 foices, 4 já bem usadas, 10 enxadas gastas e uma balança.³⁸²

A inventariada Izabel Soares, o filho João, o senhor e cônjuge Gabriel Pinheiro, com 24 cativos da terra sobreviviam do sítio que tinha mantimento de 12\$000. Todavia, a família realizava mercancia, pois possuíam 284 alqueires de farinha postos em Santos, que remontavam 113\$000.³⁸³

Em fins da década de 1620, Jeronyma Fernandes, casada com Balthazar Gonçalves, tinha 5 filhos solteiros e as filhas Ana Gonçalves casada com João Fernandes e Maria Gonçalves, falecida esposa de Miguel Garcia Carrasco. O casal e a prole solteira eram sitiantes. Os móveis domésticos eram bem poucos comparando com outras famílias senhoriais, havendo apenas uma caixa velha sem fechadura (\$400), outra pequena com a fechadura (\$800) e um bufete solitário (\$320). No entanto, contavam com a mão-de-obra escravista de 17 indígenas.³⁸⁴

A viúva Joana de Castilho, proprietária de um monte-mor de 42\$905, administrava uma escravaria de 20 indígenas, que trabalhavam no domicílio de dois lanços com quintal, corredor, onde se dividiam com os fogos de Henrique da cunha (25\$000). O patrimônio da senhora era formado pelos 43 alqueires de feijões (3\$600) e mais 16 alqueires de trigo (1\$600).

Habitava um domicílio com poucos móveis, apenas 2 redes velhas, 2 toalhas, 2 guardanapos, o travesseiro, o cobertor velho, 2 botijas, a caixa com suas fechaduras e 2 bancos. Fazia parte dos artefatos de vestir o manto de sarja velho e roto, a camisa velha e o pano de algodão que lhe servia de colchão. No quintal, criava 4 capões, 15 galinhas, 22 frangos e 10 patos.

Contraíu dívidas com o rendeiro Bartholomeu Rodrigues (\$800) e com o genro Pero Cassara (\$800), esposo de Margarida Rodrigues.³⁸⁵ Em testamento, realizava uma ampla distribuição dos escravos aos familiares.

“...deixava a sua neta Maria Cassara, filha do dito Pero Cassara, uma rapariga por nome Brigida para a servir e pede a seus herdeiros que lh’a não tiverem nem metam em partilhas porque assim é sua vontade e que assim mais deixava ao dito seu genro Pero de Cassara o sitio dela testadora que esta no Uquausu no Mato Grande e que deixava a sua neta Joana filha de seu filho Domingos

³⁸² Inventário de Maria da Gama (1624). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 198-212.

³⁸³ Inventário de Izabel Soares (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 111-128.

³⁸⁴ Inventário de Jeronyma Fernandes (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 223-244.

³⁸⁵ Inventário de Joana de Castilho (1633). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 335-357.

Rodrigues uma moça do gentio da terra por nome de Potencia para a servir e que a não vendam nem troquem e a tratem como forra que é e que seu filho Domingos Rodrigues tinha em sua casa uma negra do gentio da terra por nome Paula a qual fora de seu filho Jorge Rodrigues e que por morte dele a levava seu irmão Domingos Rodrigues para sua casa sendo que pertencia a dita negra sua neta bastarda filha de seu filho Jorge Rodrigues por nome Ana por sua filha e sendo caso que se levante com ela se lhe dará o que ela testadora deixa a sua neta filha do dito Domingos Rodrigues e que a órfã filha bastarda do dito seu filho Jorge Rodrigues tinha nove almas que lhe ficaram de seu pai as quais estavam em seu poder dela testadora e mandava às justiças de Sua Majestade não lhas tirassem e lhas entregassem para seu casamento visto serem de seu pai e que o outro lanço de casa deixa à dita sua neta filha bastarda do dito seu filho Jorge Rodrigues visto que seu pai fazer as casas”.³⁸⁶

Ainda no início da década de 1630, Messia Bicudo e a família mantinham 81 negros da terra que produziram todo patrimônio: as casas da vila, vizinhas dos fogos de Pedro da Silva, de dois lanços e corredor (20\$000), outro fogo que estava na rua que ia à São Bento (20\$000), o sítio do Ipiranga (8\$000) e mais 2 alqueires de feijão (20\$000).

A morada tinha como utensílios 2 caixas, 8 cadeiras, uma mesa usada com a sua cadeira, o tacho de cobre maior e outro menor, 14 peroleiras, o bufete, a caixa de sete palmos sem chave, 2 toalhas de mesa, 3 toalhas de rosto e 4 guardanapos, uma prensa nova e outra quebrada. Os artefatos de estanho eram representados por 6 pratos e um jarro. A prataria era formada por 2 taboleiras e 5 colheres.

A senhora ainda contava com o espelho para vestir e a vasquinha de cetim preto adamascado, com um saio de melcochoado negro, a saia de doze passames, mais outro saio de dois passames na fortuna de 20\$000, e o manto de recadilho velho e roto (2\$000).³⁸⁷

No findar da década, no inventário de Catarina de Siqueira, filha de Aleixo Jorge, havia os fogos da vila, valendo 32\$000, de dois lanços grandes com o quintal, os quais partiam com os chãos de Salvador Pires e Pero Vaz de Barros. A senhora e o esposo João Barroso traziam para Piratininga os produtos importados do Velho Mundo e até das Índias Orientais. No rol de bens estavam os utensílios domésticos de cuidados pessoais como a bacia de latão utilizada para urinar (\$320), o catre (1\$000), o cobertor (1\$280), 2 fronhas de travesseiro e outras duas de almofadinhas (\$640), 4 lençóis (1\$920), o espelho (1\$600) e 4 frisqueiras (3\$840).

Para as refeições a família senhorial tinha o tacho de cobre já usado (1\$920), o tacho e a bacia (3\$840), umas toalhas de mesa, uma velha e outra nova (\$960), a toalha de

³⁸⁶ Testamento de Joana de Castilho (1631). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, p. 341.

Ruão de águas às mãos (\$320), a toalha de volante de seda (1\$280), 12 guardanapos (\$840), 50 peroleiras (16\$000), 4 gamelas redondas (\$800), o bufete (\$800), 4 caixas de variados tamanhos com suas fechaduras (6\$480).

A louça era constituída por 3 pratos pequenos e outros 3 maiores (\$960), 8 pratos de louça grandes (\$400), 4 pequenos e outro maior (\$960). Além dessas, havia aquelas originárias da Metrópole, como os 40 pratos de louça, conjunto do qual faziam parte também as tigelas e os pires (1\$640), 4 pratos grandes (\$800), 2 tigelas grandes do Reino (\$240), o jarro de louça, 2 bandejas pequenas eram provenientes da Índia (\$320), o funil de folha de Flandres (\$160).

Na casa ainda havia 8 cadeiras de estado (6\$400) e como artefatos de adorno possuía 2 tapetes (10\$400) e o único vaso (\$800). De noite, o domicílio era iluminado por dois castiçais velhos (\$640).

Sendo uma das raras mulheres de letras, Catharina de Siqueira e os familiares liam a segunda parte de Vilhegas, outra obra de Fernão Mendes Pinto, a segunda parte de Heitor Pinto, as “*Novelas*” de Cervantes, o “*Confessionário*” e mais cinco obras que se desconhece por não estar especificado no seu inventário.³⁸⁸

As jóias arroladas eram a cadeira de ouro e oito anéis, o par de cabaças de ouro, o par de pendentos, dois pares de arrecadadas, uma lua. Todas essas preciosidades pesavam nove onças e valiam 52\$000. Também possuíam 8 onças e meia de prata em que entra uma tamboleira grande e uma menor, três colheres de prata, as chapas e os alfinetes de prata, os colchetes. Esses custavam 9\$120, e as duas correntes de corais 4\$000.

Fora do interior da moradia, eram arrolados o “sítio da banda de além de taipa de mão, com seus corredores e com um pedaço de algodão e árvores de espinho, tudo avaliado em 30\$000, com todas as benfeitorias dentro dele”. Nesse local, criavam 50 rezes (54\$000), o cavalo (3\$200) e 38 suínos (8\$000).³⁸⁹

³⁸⁷ Inventário de Méssia Bicudo (1631). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 286-306.

³⁸⁸ Cf. Aldaíza Bittencourt. *A mulher paulista na História*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A., 1954, p. 44.

³⁸⁹ Inventário de Catharina de Siqueira (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 10, p. 511.

No inventário de Catharina Nogueira, estava arrolado o sítio, localizado na Quitana, onde tinha os fogos (10\$000), 60 alqueires de trigo a \$200, o alqueire no valor de 12\$00, em que trabalhavam 8 escravos índios.³⁹⁰

Vale lembrar que a partir do final da década de 1630, a vila de São Paulo contava com a formação dos estamentos senhoriais, que centravam as suas atividades nos negócios com Santos, Rio de Janeiro e no ultramar. As senhoras eram proprietárias de escravarias de diversos tamanhos. E, nesse período, havia também um significativo aumento da produção e circulação do algodão e dos seus derivados.

Nesse contexto, a liderança doméstica das mulheres senhoriais sobre os fogos, sítios e as escravarias era importante para a manutenção econômica da vila de São Paulo de Piratininga. Solteiras, casadas ou viúvas, as senhoras trabalhavam nas lavouras de produtos alimentícios, no cercamento dos gados e na indústria caseira de algodão, auxiliando no processo de constituição do patrimônio familiar. Desta forma, os estamentos senhoriais conseguiam acumular alguns objetos de luxo com a venda dos poucos excedentes.

³⁹⁰ Inventário de Catharina Nogueira (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 12, pp. 206-124.

4.2. Produção algodoeira, artesanato e troca

*“Pode Vossa Mercê fazer aqui grande reino a Sua Majestade, há grande meio e trato para Angola, Perú e outras partes, podem-se fazer muitos navios, que só o bem se pode trazer de lá, pois há muito algodão, muitas madeiras e outros achegos”.*³⁹¹

Carta ao donatário da capitania, 1606.

O algodão era plantado, colhido e descaroçado nas lavouras e nos sítios das famílias e das mulheres senhoriais da vila de São Paulo, desde os finais do século XVI. No entanto, foi a partir da centúria seguinte que a sua produção começou a florescer. Ou seja, nos primórdios do Seiscentos, as mulheres senhoriais constituíram as suas primeiras propriedades, formando uma agricultura de algodão em São Paulo. As atividades algodoeiras das senhoras viúvas ou casadas, na maioria das vezes, eram tarefas voltadas para a liderança das escravarias gentílicas.³⁹²

No inventário de Maria Gonçalves, em 1590, havia \$920 em fios de algodão. Depois disso, a presença do produto e da cultura algodoeira acentuavam-se assim como a quantidade de cativos nas escravarias senhoriais.³⁹³

Oito anos depois, no inventário de Izabel Felix, moradora do Tejeguaçu, era encontrado \$400 para uma arroba de algodão. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, esse produto valia “aproximadamente” 2\$000 o quintal. Mas em outros textos de 1599 até 1600, havia a variação de \$800 até \$640 à arroba. Ainda segundo o historiador, o preço oscilava entre 1\$000 e \$320 nos anos de 1600 a 1640.³⁹⁴

No início do século XVII, a viúva Francisca Correa e a família ficavam com as casas da vila (6\$000), onde produziam tecidos, utilizando dois teares com seus adereços (3\$000), 3 pentes (1\$500), a urdideira e a caixa de novelos (\$080). Contavam com a mão-

³⁹¹ “Carta ao donatário” In. *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, 1915, vol. 2, p. 499.

³⁹² Sérgio Buarque de Holanda afirma que possivelmente o algodão produzido na América portuguesa era proveniente da Península Ibérica, que por sua vez o recebera dos Árabes através do Oriente. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 226.

³⁹³ Inventário de Maria Gonçalves (1590). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 1, pp. 185-383.

³⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 213.

de-obra das escravas tecedeiras indígenas, Esperança, Antonia, já velha, e do rapaz Manuel, que em conjunto valiam 45\$000.³⁹⁵

Maria de Paiva, na viuvez, administrava com a família o sítio com casas de palha de algodão e demais plantas (16\$000). Essa proprietária conseguia estocar 3 arrobas de algodão (1\$440) e tinha no arrolamento apenas 2 camisas de algodão e 2 ceroulas. Comandava 14 cativos de nação Tememynós, sendo três crianças e duas senhoras idosas.³⁹⁶ A viúva Hilária Luiz, em 1609, ficava com os fogos e as lavouras de algodão que estava ao redor no valor de 12\$000.³⁹⁷

Na década de 1610, Sicília Gaga e o esposo Francisco Dias administravam as pequenas lavouras de algodão e os domicílios velhos (2\$000). As roupas eram produzidas com o algodão da terra, tendo a família 2 pares de ceroulas e 3 camisas novas. Para a higiene pessoal contavam com uma única toalha de rosto.³⁹⁸

Izabel Rodrigues, esposa do “nobre” Lourenço Gomes Rouxete, vivia no termo de Tatuapé com os filhos Pedro Gomes, Francisco e Catharina Gomes. Na cultura algodoeira, a família mantinha apenas 2 quintais de algodão (3\$200), onde trabalhavam 27 cativos indígenas. Todavia, as mulheres escravas tecedeiras indígenas produziam um colete de mangas, 2 ceroulas novas, a roupeta velha, 4 camisas novas, o lençol novo, o travesseiro, a toalha de rosto com franja, outra nova e quatro guardanapos, sob o comando da senhora.³⁹⁹

Domingos Luis, o moço e Felician Parenta moravam nas casas de taipa cobertas de telhas (28\$000). Sobreviviam do sítio com fogos e benfeitorias, mais 3\$200 de lavouras de algodão. Estocavam 9 novelos e 9 varas de pano (1\$520) trabalhadas pelas cunhãs.⁴⁰⁰

Em 1613, no inventário de Catharina de Unhat, o algodão também estava presente além dos seus dois teares com seus aviamentos, o domicílio de três lanços, com o seu algodão, mais a casa de dois lanços e a lavoura, tudo valia 16\$000. O patrimônio da senhora também continha 2 arrobas do algodão e os “grilhões”, os quais, possivelmente, serviam para aprisionar cativos.⁴⁰¹

³⁹⁵ Inventário de João Serrano (1601). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 11, pp. 1-5.

³⁹⁶ Inventário de Jorge Rodrigues (1606). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1937, vol. 30, pp. 47-67.

³⁹⁷ Inventário de Belchior Carneiro (1609). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 109-198.

³⁹⁸ Inventário de Francisco Dias Pinto (1611). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 19-31.

³⁹⁹ Inventário de Lourenço Gomes Rouxete (1611). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 355-378.

⁴⁰⁰ Inventário de Domingos Luiz, o Moço (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp.67-119.

⁴⁰¹ Inventário de Catharina de Unhate (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 205-280.

No mesmo ano, a viúva Maria Jorge possuía um excedente de carne bovina e suína de 46\$980. Administrava a casa e a produção algodoeira com 11 arrobas de algodão apanhado (5\$5000), mais 3 arrobas retiradas do algodoal (1\$500) e também produzia o tecido caseiro como as 5 varas de raxete parda (2\$000) e 4 varas e meia de picote (\$900). Essa proprietária estocava ainda 110 mãos de milho no valor de 16\$000, que adquiria devido ao trabalho dos seus 34 escravos.

Justa Maciel recebeu do inventário do falecido esposo André Martins a importância de 49\$000, contendo em destaque as moradas da vila (25\$000), o gado vacum (15\$000) e o estoque de 2 arrobas de algodão (1\$000), valendo pouco menos que o sítio de 1\$500. A viúva liderava o trabalho dos escravos da Guiné no valor de 24\$000 e os 15 negros da terra.⁴⁰²

Em 1615, eram arrolados no inventário de Francisco Ribeiro, uns pés de algodão (1\$500) que ficavam sob o controle administrativo de Maria de Moraes. A família da proprietária também possuía poucos estoques de peças desse produto para consumo próprio, sendo 5 varas de pano, 4 arrobas, uma camisa nova, outra velha e usada e 4 ceroulas para se proteger do frio.⁴⁰³

Um ano depois, Antonia Gonçalves, na viuvez, gerenciava o sítio com “quintal e casa de taipa de pilão, com seus mantimentos, que está dentro com a casa de telha e algodoal com todas as demais benfeitorias”, avaliado em 15\$000. As ferramentas de trabalho das índias escravas eram constituídas por 3 coifas de rede de linha de algodão (\$150), a prensa de um fuso (1\$000). Graças às cativas acumulavam 3 arrobas e meia de algodão com caroço no valor de 1\$750. Teceram a vara de pano de algodão delgado novo, mais 9 varas de pano (1\$260), um arretel e três quartos de fio de algodão. Tinham ainda guardado 3 potes de manteiga, 23 arretéis de cera, 4 arrobas de carne de porco salgada que custavam 2\$000. A sua família era também proprietária de uma escravaria de 17 indígenas.⁴⁰⁴

No inventário de Izabel Sobrinha, havia o sítio com os fogos sobradados, com uma parte coberta de telha e outra de palha, a varanda, a loja, o algodoal, as limeiras e as “casas de serviço”, sendo estas últimas as moradas dos escravos. Essas propriedades valiam ao

⁴⁰² Inventário de André Martins (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 121-198.

⁴⁰³ Inventário de Francisco Ribeiro (1615). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 3-63.

⁴⁰⁴ Inventário de Antonia Gonçalves (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol.3, pp. 123-198.

todo 30\$000. Os 30 alqueires de feijões (3\$600) e os 15 alqueires de trigo (2\$400), mais 20\$000 em roças e o canavial de 6\$5000 também faziam parte do monte-mor da família dessa senhora.⁴⁰⁵

Conforme pode-se perceber no arrolamento dos inventários, a produção algodoeira paulista crescia com o avançar do seiscentos. As famílias senhoriais possuíam os algodoados para o consumo, pois eram necessários os tecidos de algodão cru para as vestimentas dos cativos.⁴⁰⁶ Mas ao mesmo tempo realizavam redes de comércio desse produto para a obtenção de excedentes.

As lavouras e os sítios algodoeiros ultrapassavam o espaço urbano/rural da vila de Piratninga e estendiam através da circulação populacional do planalto paulista. Segundo escreveu Sérgio Buarque,

“nos primeiros tempos plantava-se nos próprios arredores da vila de São Paulo, não obstante seu clima úmido e inconstante. Especialmente na Embuçava e na Mooca. Transpor o Tietê, as plantações acompanhavam-lhe as margens, sobretudo rio a baixo, e também as dos seus tributários como o Pinheiros, o cutia e, em partes, o Jaguari. Em Parnaíba ao assinalados algodoados no sítio de Belchior Carneiro desde 1609, dezesseis anos antes de fundar-se a vila; no Ururá em 1624 nas terras de Matias de Oliveira e Marcos Fernandes, e em 1620 na área de Mogi das Cruzes”.⁴⁰⁷

Os pequenos algodoados da vila formavam parte importante do patrimônio para o sustento das viúvas e suas famílias. Já no final dos quinhentos, João do Prado deixava para a esposa Felipa Vicente 2 quintais de algodão (6\$400).⁴⁰⁸

Todavia, mais de vinte anos depois, João Gomes e a esposa Paula Gonçalves tinham 6\$000 em Mogi Mirim, “um pedaço de mandioca, quatro pés de algodões e o que dizem tudo danificado”.⁴⁰⁹

Em 1624, a viúva Domingas Antunes com 13 cativos administrava o sítio, três lanços de taipa de mãos cobertos de telhas, com quintal, cerca de pau e plantas de árvores e a parreira (14\$000), mais as lavouras que estavam perto da casa (6\$000), as roças vizinhas de João de Pina (7\$000), outra roça de mantimento velho e o canavial que estava ao longo

⁴⁰⁵ Inventário de Izabel Sobrinha (1619). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 233-348.

⁴⁰⁶ Conforme Sérgio Buarque, “a lavoura algodoeira segue a expansão do planalto e cresce com a ela. Quase todos os sítios da roça têm seu pequeno algodoad (...). Mas há de dar alguma necessidade caseira ou para ajudar a vestir a gente de serviço. (...)”. Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, p. 214.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, pp. 214-215.

⁴⁰⁸ Inventário de João do Prado (1597). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 1, pp. 75-120.

⁴⁰⁹ Inventário de João Gomes (1620). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, p. 312.

dela (9\$000). O pedaço de lavoura de algodão estava juntamente com outro canavial (1\$000). Além dessas benfeitorias, mantinha 10 alqueires de feijões (1\$940).⁴¹⁰

A proprietária Lucrecia Leme e o senhor Gaspar Barreto habitavam o sítio do forte, com as moradas de taipa, com árvores de espinho e algodoal (20\$000). O casal de sitiantes conseguira acumular 4 arrobas de algodão (2\$000). Dos produtos deste, tinham apenas uma toalha de mesa e dois lenços usados.⁴¹¹

Com o tempo, os excedentes aumentavam na vila, onde a economia como um todo tornava-se cada vez mais dinâmica, principalmente após a década de 1630. Nesse período, a produção da lavoura algodoeira aumentava, assim como a produção caseira de tecidos e roupas.

Em 1632, a viúva Potencia Leite ficava com 9 filhos, mantidos graças à exploração do sítio. Nesse local, produzia a parreira, o algodoal e as árvores de espinho que valiam 6\$000. Criava o equivalente a 5\$430 em porcos. Para o trabalho em suas propriedades contava com 30 cativos, que faziam os serviços da casa, lavoravam a terra e realizavam as atividades na industria caseira dos tecidos de algodão.⁴¹²

No mesmo ano, Feliciano Parenta, na viuvez, administrava o sítio com a cultura algodoeira, ao lado da casa de palha coberta de telha com lavoura de mandioca (17\$000). Tinha ainda outro sítio com mato e casa de palha e algodoal (5\$000), o canavial e a roça de um ano (16\$000) e 197 alqueires de feijão (21\$920). Morava no fogo da vila que ia à São Bento (25\$000), onde havia no seu interior uma toalha de mesa de pano de algodão lavrado azul com renda e franja (1\$600), mais 2 toalhas azuis, outra de rosto, uma por acabar também rendada e 3 lençóis, tudo feito com a mão-de-obra de 98 negros da terra.⁴¹³

No final da década, Catharina de Siqueira contava em seu estoque 30 varas de passame almejado (1\$200), uma arroba e meia em oito arretéis de lã (3\$500), o côvado de tafetá preto (\$400), 12 varas de passame aveludado amarelo (\$720), 2 varas de pano de linho (\$960), 8 varas de tafetá de cadarço (\$320), 4 varas e meia de téa (\$270). Do gado que criavam, retiravam 10 couros para as cadeiras (4\$000) e mais 50 em cabelos (16\$000). Para a costura tinha o maço de linha amarela (\$270), a vara de fita azul larga (\$160), 10

⁴¹⁰ Inventário de Domingas Antunes (1624). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, pp. 244-363.

⁴¹¹ Inventário de Gaspar Barreto (1629). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 21-90.

⁴¹² Inventário de Antonio Rodrigues Miranda (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, pp. 45-55.

⁴¹³ Inventário de Manuel Alves Pimentel (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 31, pp. 153-200.

varas de fitas negras (\$400), 51 meadas de linha branca finas, cada meada valendo \$400, e tudo 2\$400. Como não poderia deixar de faltar nos preciosos inventários paulistas senhoriais, havia 10 varas de pano de algodão (1\$000), 20 arrobas do produto (9\$000) e mais 2\$480 em cera.

Dos artefatos de vestir e enfeites pessoais, destacavam as mangas pardas ante-forradas de tafetá preto (1\$000), a saia de raxa de meio uso parda (2\$500), a vasquinha e um saio de veludo roxo e amarelo guarnecido, sendo o saio a dois passames (20\$000), o calção de roupeta forrada de tafetá pardo já usado e masculino (4\$000), o vestido de homem de perpetuana verde usado, forrado a roupeta com tafetá preto (1\$600), 2 peças de veludo roxo (1\$600), a bolsa grande de Flandres (\$480), o chapéu forrado (\$500), o manto de tafetá velho (2\$560), o colete de catasol guarnecido de esperguilha verde (2\$000).

Das vestes femininas, destacava-se o gibão de tafetá azul fino já trazido guarnecido de carassulilho de ouro sobre pestana leonada de mulher (12\$000), o gibão de tabi amarelo guarnecido de passame preto de mulher (6\$000). Tinha arrolado também mais 2 saias de pano, de 8 côvados de pano vermelhoso, pela fortuna de 50\$000.

Como produtos importados contavam com 6 camisas masculinas e novas de Ruão (4\$800), 2 bolsas de Flandres menores (\$320). Todavia, costurados pelas escravas tecedeiras indígenas locais, havia apenas 2 pares de meia (\$960) e o gibão de armas de pano de vestir (3\$200).⁴¹⁴

Como notou Sérgio Buarque de Holanda, esses artefatos de algodão eram produzidos com o uso das “técnicas adventícias” e o processamento ocorria de forma doméstica. Conforme o historiador,

“(…) Mais do que outras atividades manufactureiras, a fabricação de fios e tecidos destinados a uso doméstico andava estreitamente associada, aqui, à vida do lar. Nos sítios da roça, onde quer exista mão-de-obra suficiente para o mister, o excesso de produção servia para permutas e pagamentos, mesmo depois que o pano de algodão deixou de constituir a principal moeda da terra”.⁴¹⁵

Dentre os produtos realizados com o beneficiamento do algodão da terra, destacavam-se os gibões, as toalhas de mesa, de banho e de lavar as mãos, assim como as redes de dormir, que, de acordo com Holanda,

⁴¹⁴ Inventário de Catharina de Siqueira (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, v.10, pp. 493-520.

⁴¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Op. Cit.*, pp. 218-219.

“pode-se alegar que muitas redes seiscentistas seriam talvez de pano grosso, pano de varas, fabricado em teares horizontais de modelo europeu, e é esse provavelmente o caso das redes atalhadas e de picote que aparecem em certos inventários da época. Mas não se conclua sem maior exame que eram inexistentes no século XVII, entre os moradores de São Paulo, os teares especiais para a confecção de redes, que os colonos adotaram ao contato com a primitiva população indígena. E o próprio fato de esclarecer, a respeito de muitos teares inventariados, que são de ‘tecer pano’ é a prova de que existem outros, no caso de tecer rede”.⁴¹⁶

O trabalho de fazer rede constituía um processo “monótono e fatigante”, tendo papel relevante no cotidiano da vida doméstica dos paulistas, ocupando “grande parte” dos escravos da casa. “Basta-se dizer que sendo precisos vários arretéis de algodão para se fazer a rede, só para a limpeza de um arretél cada pessoa consumia quase um dia inteiro (...)”.⁴¹⁷

A produção de tecidos e de vestes contava com a administração das mulheres senhoriais paulistas e com o trabalho das “cunhãs tecedeiras”, que traziam para as casas das famílias senhoriais a tradição de produzir gibões e redes do sertão.⁴¹⁸ Descrevendo o labor das escravas, Holanda declarou que

“para fazer rede, tendo os fios necessários, nenhuma tecedeira, por ativa que fosse, gastava menos de três ou quatro semanas de trabalho incessante, e muito mais em regra, se a rede tivesse abrolhos e varandas. Por isso, a preço mais elevados do que os catres de mão, que qualquer carpinteiro podia fazer algumas horas”.⁴¹⁹

Tratando do tema dos ofícios mecânicos e o trabalho de carpintaria, de ferreiro e da “pequena indústria” de tecidos, redes, toalhas, lençóis e vestuário, Caio Prado realizou uma de suas raras notas sobre a participação feminina:

“Esta pequena indústria doméstica, entregue a escravos mais hábeis, ou às mulheres da casa – como a fiação, tecelagem e costura, - embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes domínios rurais, já assinaladas noutros setores, e que represente em traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia. Além disso, constituiu o embrião de uma indústria de maior vulto e expressão, que infelizmente, a política da Metrópole, bem como outros fatores...fizeram gorar no seu nascedouro”.⁴²⁰

Os trabalhos diários, realizados muitas vezes pelos escravos indígenas, ultrapassavam o ambiente doméstico e atingia toda o espaço da vila de Piratininga. Para Belmonte,

⁴¹⁶ Ibidem, pp. 246-247.

⁴¹⁷ Ibidem, pp. 247-248.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 246.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 248.

“...dentro de casa, como lá fora, a vida paulista não transcorre na ociosidade. Enquanto o gentio, de um lado, cuida da lavoura, de outro lado, produzem telhas nas olarias, e sob os telhais se enchem peroleiras de vinho, nas formas se fazem pães, nas cozinhas se adicionam caixas de marmelada, e se alinham potes de manteiga, e se equilibram queijos e se enchem frascos de água de rosas, e se encesta a farinha, e se ensacam flocos de algodão...”⁴²¹

Toda essa produtividade paulista se configurava por intermédio de um longo processo de obtenção de mão-de-obra nas expedições. Escravizados, os indígenas eram batizados, constituíam famílias e passavam a realizar as atividades cotidianas na vila de São Paulo. Plantar, descaroçar, fiar, tecer e eventualmente costurar eram parte das responsabilidades das escravas, que passavam um bom tempo das suas vidas curtas trabalhando para os senhorios. Dando continuidade às interpretações da economia doméstica e do trabalho feminino, Silva Dias notou que

“...as tarefas domésticas tomavam proporções enormes e de complexidade dificilmente apreciadas para quem não estuda de perto os afazeres de sobrevivência nas casas do Brasil colonial: o artesanato doméstico implicava capacidade de liderança e de administração, desdobradas em horas de trabalho e treinamento de escravos e de execução de tarefas penosas e lentas, envolvendo dias a fio de trabalho incessante, essenciais para a sobrevivência do grupo”.⁴²²

O trabalho feminino levava a uma produção variada de tecidos e vestes. Por meio dos dados encontrados nos testamentos e inventários, nota-se a presença de uma variedade de artefatos de algodão que iam dos mais simples até os mais elaborados, como as toalhas de franjas, rendas e tecidos de diferentes colorações.

Nas casas das famílias senhoriais, as senhoras ensinavam às filhas as técnicas de tecelagem e de costura, assim como a administrar os fogos, os sítios, a liderar os cativos e a rezar para a salvação dos pecados. Essa educação feminina, geralmente, não estava relacionada ao universo da cultura letrada, mas sim aos afazeres produtivos e à circulação dos artefatos pessoais e domésticos, que se fazia por meio das redes de crédito e débito existentes na vila de São Paulo de Piratininga.⁴²³

⁴²⁰ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 220-221.

⁴²¹ Belmonte. *Nos tempos dos bandeirantes*, p. 29.

⁴²² Maria Odila Silva Dias. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 105.

⁴²³ Fernand Braudel afirmou que “tal como a navegação de alto-mar ou como a imprensa, moeda e crédito são técnicas, técnicas que se reproduzem, se perpetuam por si próprias. São uma única e mesma linguagem que todas as sociedades falam ao seu modo, que qualquer indivíduo é obrigado a aprender. Podem nem saber ler e escrever: só a alta cultura está sob o signo da escrita. Mas não saber contar seria ficar condenado a não sobreviver. A vida cotidiana é a escola obrigatória do número: o vocabulário do crédito e do débito, da troca, dos preços, do mercado, das moedas oscilantes envolve e confirma qualquer sociedade um pouco evoluída. Essas técnicas tornam-se heranças que, obrigatoriamente, se transmitem pela via do exemplo e da experiência.

As atividades femininas eram muito importantes para a sobrevivência cotidiana do grupo familiar, por isso, as mulheres senhoriais paulistas adquiriam uma grande autonomia na vida doméstica. Ajudavam com os trabalhos caseiros e os negócios, que atingiam grandes dimensões inclusive no ultramar português, como no caso de Angola, onde os gibões paulistas, as “armaduras de algodão”, eram utilizadas para a defesa militar.⁴²⁴

Em suma, por intermédio da venda dos artefatos de algodão fabricados pela exploração da mão-de-obra das mulheres e famílias escravas indígenas, as senhoras paulistas conseguiam acumular rendas e ajudar o grupo familiar.

Determinam a vida dos homens no dia-a-dia, ao longo da existência, ao longo das gerações, ao longo dos séculos. Constituem um enquadramento da história dos homens à escala mundial”. Fernand Braudel. Op. Cit. , p. 436.

⁴²⁴ “Armaduras de algodão, gibões resistentes às flechas de índios – fabricados e usados pelos paulistas nas suas bandeiras – são importadas da capitania vicentina pelos governadores de Angola a partir de 1612, e ao longo do século, para servir de proteção nas escaramuças com os africanos. A utilidade dos gibões parecia efetiva nas batalhas contra os frecheiros nativos: Luis Mendes de Vasconcelos chegou a escrever a el-rei que o fabrico e uso das armaduras de algodão pelos portugueses da América fazia a conquista o Brasil ser mais fácil que Angola”. Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 95-96.

Quadro 2

Inventariadas e escravaria

Vila de São Paulo
(1590-1640)

<i>Inventarias</i>	<i>Estado</i>		<i>Gênero</i>			<i>Total</i>
	<i>Data</i>	<i>Conjugal</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Não consta</i>	
Maria Ribeiro	1638	casada	81	113	0	194
Maria Tenória	1620	casada	70	57	4	131
Beatriz Bicudo	1632	casada	40	60	6	106
Messia Bicudo	1631	casada	42	31	8	81
Margarida Rodrigues	1635	viúva	26	22	1	49
Joana Nunes	1625	casada	23	18	0	41
Catharina de Siqueira	1638	casada	21	20	0	41
Catharina de Pontes	1616	casada	18	22	0	40
Luiza da Gama	1615	casada	18	20	0	38
Maria Gama	1624	casada	19	19	0	38
Violante Cardosos	1620	casada	20	15	2	37
Izabel Sobrina	1619	casada	18	18	0	36
Isabel Fernandes I	1607	casada	18	13	3	34
Maria Jorge	1613	casada	15	19	0	34
Ignez Pedroso	1634	casada	19	13	0	32
Maria de Siqueira	1632	casada	17	13	0	30
Antonia de Several	1616	casada	11	13	4	28
Suzana de Góes	1630	viúva	15	11	2	28
Francisca Cardoso	1611	casada	15	11	1	27
Izabel de Moraes	1630	casada	11	9	5	24
Maria Diniz	1616	casada	10	11	0	21

Paula Fernandes	1614 casada	9	11	0	20
Marina de Chaves	1617 casada	10	10	0	20
Joanna de Castilho	1633 viúva	13	7	0	20
Izabel Fernandes III	1619 casada	13	6	0	19
Catharina de Unhete	1613 casada	10	7	0	17
Catharina Dorta	1616 casada	12	5	0	17
Antonia Gonçalves	1616 viúva	8	8	1	17
Jeronyma Fernandes	1630 casada	11	6	0	17
Felippa Leme	1636 casada	6	11	0	17
Maria Luiz	1632 casada	5	11		16
Beatriz Rodrigues de Moraes	1625 casada	9	6	0	15
Domingas Antunes	1630 viúva	11	3	0	14
Izabel Soares	1630 casada	5	5	4	14
Domingas Antunes I	1624 viúva	7	5	1	13
Catharina de Medeiros	1629 casada	4	8	1	13
Thomazia de Alvarenga	1631 viúva	8	5	0	13
Anna Marques	1632 viúva	7	6	0	13
Luzia da Cunha	1638 casada	5	8	0	13
Maria da Silva	1616 casada	6	6	0	12
Antonia de Paiva	1629 casada	5	7	0	12
Maria de Mendonça Bicudo	1631 casada	6	6	0	12
Catharina Gonçalves	1637 casada	7	3	2	12
Paula Gomes	1614 casada	9	2	0	11
Antonia Dias	1616 casada	4	7	0	11
Izabel da Cunha	1616 casada	6	4	0	10
Maria Nunez	1632 casada	7	3	0	10
Catharina Nogueira	1638 casada	2	6	0	8
Izabel Felix	1596 casada	4	3	0	7
Catharina de Burgos	1634 casada	1	6	0	7
Izabel Dias	1638 viúva	4	3	0	7
Izabel Correa	1616 casada	2	4	0	6

Izabel Fernandes	1599 casada	4	1	0	5
Anna de Moraes	1616 casada	1	4	0	5
Maria Lucas	1632 casada	1	4	0	5
Maria Martins	1639 casada	3	1	1	5
Maria Gonçalves	1590 casada	2	2	0	4
Mecia Rodrigues	1605 viúva	1	3	0	4
Maria Pedroso	1613 casada	2	2	0	4
Isabel Paes	1616 viúva	3	1	0	4
Maria Paes	1616 casada	1	2	0	3
Isabel Antunes	1617 casada	3	0	0	3
Guiomar Rodrigues	1625 viúva	2	1	0	3
Gracia Rodrigues	1591 casada	0	0	2	2
Leonor Leme	1634 viúva	1	1	0	2
Luzia Annes	1612 casada	0	1	0	1
Felippa Rodrigues	1612 casada	0	0	1	1
Igenz Camacho	1623 casada	0	1	0	1
Isabel Veliaga	1625 viúva	1	0	0	1
Total		768	740	49	1556

Fontes: Inventários femininos (1590-1640). São Paulo: DAESP: v.1-44,1921-1977.

4.3. Posse de cativos e a mão-de-obra das escravas tecedeiras indígenas

*“...os ensinam a fazer balaios e outras coisas de cerâmica, para as quais têm grande habilidade, se eles querem aprender; que, se não querem, não os constringem, nem os castigos por erros e crimes que cometam, por mais enormes que sejam. As mães ensinam as filhas fiar algodão e fazer redes de fio e mastros para os cabelos, dos quais se prezam muito, e os penteiam e untam de azeite de coco bravo, para quer façam compridos, grossos e negros”.*⁴²⁵

Frei Vicente do Salvador

Comandadas pelas mulheres senhoriais paulistas, as índias escravas trabalhavam nas casas e nos sítios, realizando inúmeras tarefas cotidianas como o transporte de água, a limpeza dos bens domésticos, e com o cuidado das criações e das lavouras próximas ao ambiente doméstico.⁴²⁶

Ainda em meados do século XVI, as cunhãs e os curumins especializavam-se na produção dos tecidos caseiros de algodão, sendo responsáveis pela mão-de-obra de todo o fabrico. Desde o plantio até a confecção dos tecidos, as mulheres senhoriais controlavam o feito dos tecidos e das vestimentas de algodão da terra.

As famílias e as escravas tecedeiras indígenas eram provenientes do aprisionamento das expedições através dos sertões chefiadas pelos homens senhoriais paulistas. Nos primeiros tempos da colonização, a população gentílica era o remédio e a sobrevivência dos estamentos senhoriais de toda a América Portuguesa, sendo fundamentais para a constituição do patrimônio por meio do trabalho forçado realizado.

No contexto mais amplo dos meados dos Quinhentos, o Império ultramarino português estendeu-se pelo Atlântico com a montagem da indústria açucareira, centrada na utilização do trabalho africano e no mercado externo.⁴²⁷ Dessa forma, nos principais centros

⁴²⁵ Frei Vicente Salvador. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1954, p. 78.

⁴²⁶ Ida Lewkowicz e Horacio Gutiérrez afirmam que, na comarca de Mariana, “fiandeiras, costureiras, tecelãs e rendeiras foram os ofícios que envolveram 44% das viúvas...”. Ida Lewkowicz e Horacio Gutiérrez. “As viúvas em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX”. In: *Estudos de História*. Franca, vol.4, 1997, pp.142-143.

⁴²⁷ Charles R. Boxer escrevendo sobre a conjuntura da formação da economia atlântica no quinhentos, afirmou que “a prosperidade e a rápida capacidade da recuperação do comércio do açúcar foram convincentemente demonstradas pelos reveses consecutivos que o produto foi capaz de recuperar com êxito. Nos três anos que vão de 1589 a 1591, por exemplo, os corsários elizabetanos capturaram 69 navios utilizados no comércio do Brasil, sendo pelo menos 100 mil libras o valor do açúcar compreendido. Por essa razão (como relatou o capitão espanhol), o açúcar em Londres era mais barato do que em Lisboa ou na Bahia. Corsários franceses e piratas berberes também se apoderaram de boa carga, para não falar das adversidades

econômicos da América Portuguesa, como nas Capitanias de Pernambuco e Bahia consolidava-se uma sociedade senhorial e escravista, a qual o senhor de engenho representava a figura mais proeminente do poder patriarcal.⁴²⁸

Todavia, na Capitania de São Vicente e no planalto paulista a instituição familiar ganhava contornos diferentes apesar de também constituir-se de valores patriarcais, senhoriais e estamentais. Devido ao povoamento do sertão e às conseqüentes saídas dos senhores em procura de cativos e terras, as mulheres conseguiam espaços maiores e atuavam de forma mais autônoma. Ademais, as mulheres senhoriais tinham um poder intermediário entre os homens senhoriais e a escravaria indígena.

As famílias senhoriais da vila de São Paulo, mesmo utilizando as escravarias indígenas, sofriam das dificuldades do “viver em colônia”. Distantes das regiões açucareiras e da Metrópole, eram obrigados a enfrentar as dificuldades de um ambiente hostil. No entanto, procuravam manter o status de senhores e de tornarem-se “vassalos”⁴²⁹, “representantes da colônia” e a “base material visível” da “existência do Império colonial”.⁴³⁰

Na vila, a posse de cativos erradicava-se por todos os grupos sociais. Conforme Florestan Fernandes, “todos os estamentos, dos nobres e dos homens bons aos oficiais mecânicos viviam nos escravos ‘seus pés e as suas mãos’”.⁴³¹

naturais como a gande seca de 1586, que reduziu temporariamente a produção do açúcar em Pernambuco. Mas a procura sempre crescente na Europa e a expansão do comércio escravista em Angola, em conjunção com expedientes como a fretagem de navios neutros (da Hansa), permitiam o aumento constante da produção dos engenhos. No fim do século, um produtor podia vangloriar-se junto ao governo de Lisboa de que o açúcar do Brasil era mais lucrativo para a monarquia ibérica do que toda a pimenta, especiarias, jóias e mercadorias de luxo que os navios mercantes importavam da ‘Goa Dourada’. C. R. Boxer. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 118-119. Para o início dos seiscentos, Vera Ferlini descreveu o avanço da economia açucareira. Segundo a historiadora, “na primeira metade do século 17 o açúcar mantivera como principal produto da economia brasileira, dominando, quase absolutamente, as exportações coloniais. O compasso de euforia criado pelos incentivos do início da colonização manteve-se até a década de 1610, mais ou menos. A partir de 1619-1622, a tendência secular sofreu alterações, mas a inflexão negativa da conjuntura açucareira só se daria, realmente, após 1650”. Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru: SP: EDUSC, 2003, p. 88.

⁴²⁸ Sobre a família patriarcal na economia açucareira do “Nordeste” ver o trabalho clássico de Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, (32ª ed.), 1997.

⁴²⁹ Os termos “vassalos” e “súditos” foram considerados como sinônimos por Bluteau. Para esse autor, súdito significava “o que tem obrigação de obedecer ao seu prelado, príncipe, rei”. Nessa perspectiva, todos os habitantes do império português deviam obediência ao poder espiritual e temporal da realeza. Bluteau, Raphael. *Vocabulário Portugues Latino*. Coimbra: Collegio das Artes, 1712.

⁴³⁰ Florestan Fernandes. “A sociedade escravista no Brasil”. In: *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 44.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 36.

Entretanto, não era apenas o domínio masculino e senhorial que controlava as escravarias. Também as mulheres atingiam *status* e um poder diferenciado na sociedade escravista, tornando-se esposas e filhas dos vassalos, súditas da Metrópole nos limites do Império ultramarino português no Atlântico Sul.⁴³²

As senhoras, proprietárias de indígenas, reproduziam para seus cativos os valores estamentais e cristãos de origem ibérica. Dessa forma, propagavam a importância da constituição de famílias para as populações indígenas escravizadas. No entanto, os índios viam-se em dificuldades de formar relações de parentesco duradouras e extensas devido às crises epidêmicas e aos trabalhos incessantes. Segundo Monteiro, a porcentagem de casados variava de 40% para as mulheres e 50% para aqueles do gênero oposto.⁴³³

As lavouras que cresciam no decorrer do século eram lavradas pelos cativos gentis, os quais eram responsáveis pelo desenvolvimento econômico tanto da vila quanto do Planalto Paulista. Preocupado com o comércio do Atlântico e o crescimento da mão-de-obra cativa, o historiador Luiz Felipe Alencastro notou que

“como só podia acontecer nas questões históricas remexidas pela polêmica, as cifras sobre a quantidade de indígenas apreçados são pouco seguras. Documentos adulterados e testemunhos inidôneos fornecem arguentos tanto aos que defendem o bandeirantismo como aos que os vituperam. Não parece, entretanto, desarrazoado avaliar que o número de índios cativados nos anos 1625-50 sobrepuja largamente o contingente de africanos introduzidos no mesmo período do Brasil holandês e português, cujo montante situa-se entre em torno de 50 mil indivíduos. Globalmente, os escravos da África subsaariana deportados para os mercados ocidentais, isto é, para a península Ibérica, as Ilhas atlânticas e as Américas, somam nesses anos uma cifra inferior a 200 mil indivíduos. Desse modo, as entradas bandeirantes no período 1627-1640, concentradas na Zona do Guairá-Tapes e envolvendo o cativo de perto de 100 mil indígenas, apresentam-se como uma das operações escravistas mais predatórias da história moderna (...).⁴³⁴

Os cativos derrubavam florestas, plantavam, colhiam, cuidavam dos porcos e outros animais para os estamentos senhoriais. Além disso, os índios das aldeias também faziam

⁴³² Segundo Ricupero, os pedidos de recompensa por serviços prestados aos reis podiam ser pedidos por um filho ou pelas viúvas. Conforme o mesmo, “a coroa aceitava tal prática sem maiores problemas, afinal era importante que os vassalos soubessem que em caso de morte, suas esposas e filhos poderiam adquirir algum tipo de benefício” Rodrigo M. Ricupero. “*Honras e Mercês*”. *Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH/USP, 2005, p. 71.

⁴³³ John Manuel Monteiro. *Negro da terra; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1994, p. 168.

⁴³⁴ Luiz Felipe de Alencastro. Op. Cit, pp. 193-194.

serviços para os moradores da vila, sendo recrutados para manter os caminhos da Serra do Mar e realizarem a construção da Câmara, da Igreja e de outros prédios públicos.⁴³⁵

As escravarias também eram objetos de repressões constantes na Câmara da vila. Nas posturas da Câmara de 1590, os senhores patriarcais repreendiam os índios da terra por estarem “vadiando” nas fontes da vila.

“Assentaram que qualquer pessoa branco ou negro macho que se achar na fonte ou lavadouro pegando moça escrava ou índia ou branca para guerra para isso quinhentos réis e o mesmo pagará qualquer pessoa que for a fonte não tendo lá que fazer e será crido um homem branco por seu juramento e por duas pessoas escravos ou índios e a pena para o conselho e cativos acusador”.⁴³⁶

Os conflitos entre os próprios senhores por causa da mão-de-obra também ocorriam. O senhor João Soares era acusado de molestar as gentias e foi impedido de se tornar capitão dos índios e condenado a pagar uma multa de 6\$000 para a Bula da Santa Cruzada.⁴³⁷

⁴³⁵ John D. French “Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Arquivo Histórico, n° 195, 1982, p. 88.

⁴³⁶ *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1562-1596)*. São Paulo: AMSP, 1914, p. 395.

⁴³⁷ “Aos vinte dias do mês de janeiro da era de mil e seiscentos e sete anos nesta vila de São Paulo capitania de São Vicente de que he capitão de São Vicente de que he capitão e governador para sua majestade o senhor Lopes de Souza etc estando nesta casa do conselho os oficiais da câmara a saber o vereador Luis e seu parceiro Francisco velho e o juiz Domingos Dias e seu parceiro Antonio Predroso e o procurador do conselho Fernão Dias logo perante eles foi dito por Gaspar Nunes procurador dos índios que ele parecia com os principais das aldeias para quanto estavam informados que vinha provido João Soares para capitão dos índios com provisão do capitão os quais índios não queriam obedecer o dito João Soares e protestavam sucedendo alguma coisa de desordem não correr em plena alguma assim de parte deles como dito João soares para que eles costumavam e sempre costumarão obedecer mandados de capitais em justiças e para quanto o dito João Soares lhes tinha feitos muitos agravos e faz a cada dia o não querem obedecer para que não podem sofrer mais do que tem sofrido para tanto protestava e requeria a suas detivessem e estivesse alguma provisão se viesse ate o dito senhor capitão ser informado da [...] requereu aos ditos oficiais [...] aos ditos índios e logo deram juramento dos santos evangelhos a Balthazar Gonçalves que com verdade fizesse pergunta e por ele dito Balthazar Gonçalves foi declarado que se vinham os ditos principiais com sua gente a queixar a esta câmara para quanto Estevão informados vir provido João Soares os quais não queriam por seu capitão para quanto os mandara caminho do mar sem lhes pagar seus trabalhos e era homem que recolhia em sua casa alguns órfãos o pai ou mãe ou outros parentes os recolhia e que eles eram cristãos que conheciam a Deus e a sua Majestade e a esta câmara e as mais Justistiças del Rei portanto pedem e requerem a suas Majestades sustentam este negócio ate vir o capitão a esta vila e eles: aparecerem perante ele como mais antigo falasse por todos o qual disse tudo o assina dito os quais não vinham subornados de ninguém se não eles de si próprios para sae verem perseguidos e desenquetos e tão bem pr requerer o dito Gaspar Nunes mandassem chamar Simão Borges escrivão (...) o qual pelo juramento de seu ofício declarasse tudo o que os ditos índios lhe disseram como eu escrivão disse que lhe disseram os ditos índios não queriam obedecer a João Soares e lhe mostrarão um rol no qual o dito escrivão [...] entre grandes e pequenos [...] João Soares tem desbaratados e mandados pelo mar os quais vinham a dar a saber aos oficiais da câmara e tão bem que não podiam ter uma raiz de mandioca nem criação tudo para via desde João Soares e que por eles seus filhos lhe tomam suas mulheres e lhas levarão para onde queriam e por isso não podiam sofrer e pelo não matarem o não queriam ali na sua aldeia e visto o requerer do dito procurador e índios mandarão os ditos oficiais da câmara a mim João Vieira Santo escrivão da câmara fizesse este termo onde todos assinarão no mesmo dia mês e era o escrevi e foi mandado pelos ditos oficiais fosse notificado João Soares que com pena de seis mil reis para Santa cruzada e conselho acusador não entendesse com os ditos índios até o capitão vir com para prover nisto visto

Em 1616, no processo do inventário de Henrique da Costa, o escravo indígena Marcos e a esposa Mariana fugiram do controle senhorial e foram para o aldeamento de Muruary. Um dos envolvidos no conflito era Gonçalo Correia de Sá, fidalgo da casa de Sua Majestade, capitão-mor e ouvidor em toda a Capitania de São Vicente e Santo Amaro, que estava por “encobrir o lugar do pai” Salvador Correia de Sá. Presente na administração portuguesa, o governante decidia em favor do procurador dos índios o senhor escravista Fernão Dias, em detrimento da viúva Antonia Rodrigues e familiares.⁴³⁸

Os índios cativos viviam sob o olhar das autoridades da vila. A governança da terra também controlava a movimentação das escravas que tinham a tarefa de buscar águas nas fontes, assim como gerenciava toda a sociabilidade gentílica. Em 1623, os oficiais da Câmara impedia os escravos de realizar festas.

“...Requeru mais o dito procurador que se fizesse acordo sobre o gentio que nesta vila fazem bailes de noite e de dia perto nos ditos bailes sucedia muitos pecados mortais e em suculências contra o serviço de Deus e bem comum em cometerem fugidas e levantamentos e outras cousas que não declaravam por não ser decentes e vindo o dito requerimento acordaram os ditos oficiais da câmara que antes da missa do dia nem de noite não houvesse os ditos bailes sob pena do dono do negro ou negra que for achado nos tais bailes pagar cem réis por cada negro ou negra que for achado para qual efeito serão presos e da cadeia pagará seu senhor e se pagasse quartel para vir a notícia de todos o qual quartel se passou logo para ser fixado e requereu mais o procurador do conselho mandassem ao escrivão anotar e declarasse se havia algumas penas para arrecadar e o dito escrivão dalmotasaria...”⁴³⁹

Os estamentos senhoriais tinham o costume de distribuir as escravarias em testamento e de vez por outra entrar em litígio nos inventários, como no caso da senhora Izabel Fernandes que deixava a “metade” do bastardo de seu esposo forro e à filha declarava “que uma negrinha minha por nome Antonia e sua filha dê a minha filha Maria Nunes em seu quinhão que lhe tocar por essa ser a sua vontade”.⁴⁴⁰

Violante Cardoso, com o testamento de 1607, deixava a terça para as três filhas infantas: Francisca, Maria e Clara, querendo que seus preciosos “bens de ouro” fossem deixados a elas. Essas jóias eram constituídas de quatro anéis, dois pares de pendentos, três

a fé do escrivão e ditos índios e seu procurador e o escrevi...”. “Ata do dia 17/03/1607”. In: *Atas da câmara da vila de São Paulo (1596-1622)*. São Paulo: AMSP, vol. 2, 1915, p. 191.

⁴³⁸ Inventário de Henrique da Costa (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1921, vol. 4, pp. 141-142.

⁴³⁹ “Ata do dia 21/10/1623”. In: *Atas da Câmara da vila de São Paulo (1623-1628)*. São Paulo: AMSP, vol. 3, 1915, p. 56.

⁴⁴⁰ Testamento de Izabel Fernandes (1607). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 5, pp. 4-20.

pares de arrecadadas, dois pares de cristais com os broches. Também contavam para a distribuição os 37 negros da terra.⁴⁴¹

Na década de 1610, Izabel da Cunha declarava que a escrava Maria ficava para a neta, filha de Manoel Francisco.⁴⁴² Antonia Gonçalves também distribuía os cativos entre as descendentes de linhagem feminina. A escrava Madalena ficava com Catarina Gomes e a índia Paula de etnia Mameni seria de Catharina filha de Thomé Martins.⁴⁴³

Os valores de uma sociedade escravista e cristã transpareciam no discurso das senhoras testamenteiras, que no momento da morte distribuía os cativos conforme suas vontades. A senhora escravista Domingas Antunes afirmava que

“quatro filhos do dito seu marido os entregue para a sua mãe Maria Lucas para que os tenha e crie em seu poder enquanto ela for viva porquanto como sua avó que é olhará por eles como seus netos que são que para que olhem pelas ditas meninas e meninos se lhe entregará a dita sua mãe Maria Lucas uma negra por nome Barbara com um filho e duas filhas que tem para que olhem os ditos meninos porquanto seu pai não poderá olhar por eles por ser homem e desta maneira disse que havia andar fora e desta maneira disse que havia seu testamento por feito e acabado e pedia todas as justiças eclesiásticas como seculares lhe dêem verdadeiro cumprimento”.⁴⁴⁴

A mão-de-obra feminina escrava também era treinada para trabalhar na indústria de artesanato de suas senhoras, como tecedeiras de produtos caseiros que abundavam nos inventários paulistas. Durante os períodos de 1578 até 1620, o percentual da população escravista aumentava constantemente. No entanto, em fins da década de 20, houve um significativo refluxo da população escrava indígena. (ver Tabela 5)

⁴⁴¹ Testamento e inventário de Violante Cardoso (1607). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 2, pp. 252-272.

⁴⁴² Testamento de Izabel da Cunha (1616). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 327-328.

⁴⁴³ Testamento de Antonia Gonçalves (1613). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp.123-198.

⁴⁴⁴ Testamento de Domingas Antunes (1624). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 3, pp. 244-263.

Tabela 5
Posse de escravos indígenas
Vila de São Paulo
(1578-1640)

Data	Número de inventários	Número de Cativos	Escravos por Inventário
1578-1600	11	54	4,9
1601-1610	15	132	8,8
1611-1620	57	1036	18,2
1621-1630	48	521	10,9
1631-1640	79	1748	22,1
	210	3491	16,6

Fonte: Inventários e testamentos. São Paulo: DAESP, vols. 1-44, 1920/1977.

Nos arrabaldes da vila, em umas casas de 5\$000 em Birapoeira, vivia Luzia Teixeira que administrava as tecedeiras e tecelões escravos, em sua maioria ainda muito novos, Francisco de 15 anos, Mônica, Antonio de 11, Maria de 6, Joana com uma criança de colo, Angela de 8, que ficava para cuidar da órfã Maria. Sobrevivia com esses cativos, com uns poucos bens e com a filha pequena. Para essa senhora, a viuvez tornava-se um fardo, suportado graças ao trabalho da escravaria de 14 indígenas.⁴⁴⁵

Em 1616, Ignez Pedroso recebia do falecido marido João Leite o gado vacum (11\$000), a lavoura de mantimento (8\$000). Para trabalhar nas roças contava com 3 foices como ferramenta. Também possuía o manto (2\$000), o saio de baeta (1\$600), o gibão (1\$000) e os chapins (\$640). A senhora em testamento dava 4 varas de pano de algodão para os mordomos de Santo Amaro e mais uma novilha para a Confraria de Santo Antonio.

Mesmo sem grande patrimônio, a viúva tinha sob sua administração 16 gentios da terra, sendo a metade constituída pelo gênero feminino e 11 possuíam algum vínculo familiar, como o Simão carijó casado com a índia Julia e pai de um menino de mama. Nessa escravaria, havia também uma mãe solteira Josefa com duas filhas.⁴⁴⁶

Maria Tenória, o esposo Clemente Alves e os sete filhos viviam nas casas e no sítio que tinha no Ibirapuera (48\$000). Os cativos trabalhavam no sítio, onde havia casas, árvores, um lanço de telhas de taipa de mão (16\$000). Também lavravam roças com fogos

⁴⁴⁵ Inventário de Pedro Osório Rodrigues (1615). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 107-200.

⁴⁴⁶ Inventário de João Leite (1616). *I. T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 4, pp. 472-499.

e um algodão (5\$000), mais outra lavoura de algodão, que estava pegada com outra casa e feijão e amendoins e mais plantações (5\$000). As lavouras se multiplicavam graças à mão-de-obra cativa: roças de mandioca e milho (22\$000), uma milharada com outro bananal e amendoim (3\$000), outra lavoura que tinha o domicílio e um pedaço de mandioca de um ano (3\$000), e ainda mais outra milharada e bananal (\$900).

A produção crescia nos arredores da vila, com os 5 alqueires de trigo e a casa de palha (1\$000), o pedaço de roça de mandioca e milho em Itaipi com um fogo de palha (5\$000), o sítio de Bohi com a casa e a produção de milho e mandioca (1\$600), as lavouras que estavam em outro sítio, local em que a produção de milho, mandioca, algodão e amendoim valiam 16\$000. Além de todo este patrimônio, os escravos ainda produziam o equivalente a 2\$000 em vinha para os seus senhores.

Toda a produção realizada nas propriedades da família Alves era fruto do trabalho da extensa escravaria, que além de lidar nas terras, tinham atividades domésticas. As escravas tecedeiras indígenas da senhora Maria Tenória produziam 55 varas de pano de algodão, valendo 6\$600 o produto. As cativas também costuravam em toalhas e lençóis para seus senhores.

A senhora ainda contava com “dois pares de arequadas de ouro a duas voltas (2\$000), duas alcofrinhas de ouro das orelhas esmaltadas de verde com seus aliofres e suas arequadas (\$800), dois pendentes de ouro com seus aliofres esmaltados de verde (\$960), uma lua de ouro esmaltada de verde (\$500) e ainda três anéis de ouro com suas pedras verdes e roxas (2\$000)”.

As propriedades agrícolas familiares, a escravaria extensa e as jóias forneciam esses membros dos estamentos senhoriais *status* e poder na vila de São Paulo. Esses senhores pareciam estar mais centrados no processo de povoamento e de alargamento das fronteiras coloniais, dado à quantidade de patrimônio voltadas para as lavouras.

A escravaria, representada por uma maioria de pequenos núcleos familiares, era constituída por 131 indígenas, sendo 70 do *gênero* feminino e 57 homens. Era muito comum pais com apenas um filho como o casal Mônica e Bastião, pais de Luiza de três anos. Ainda outro exemplo era da família de carijós, como Esperança, mãe de Francisco e de Bernardo de três anos.

As estruturas familiares mais complexas com avós e tios eram bem raras. Um exemplo desse fato incomum era o casal Gonçalo e Izabel que tinham três filhos homens, Alexandre, Babiano e Damazio, e uma filha chamada Joana que era mãe de uma criança de peito.

Em relação à etnia, esses cativos eram em sua maioria descendentes das “Nações” Carijós como o casal Julieta e Domingos, pais de Cristina de 12 anos, Justa de 8, Justina de 3 e o curumim Estevão de peito. Outro exemplo era o da família de Ana, Lázaro e os filhos Asensa de 16, Madalena de 6 e Faustina de 3. Havia ainda outros casos como Iraira, casada com Lourenço e mãe de Catarina de 7, Secília de 4 e Lucrécia, criança de peito.⁴⁴⁷

Essas famílias de Carijós eram provenientes dos inúmeros aprisionamentos realizados na região sul da América portuguesa. Segundo Monteiro,

“originalmente, desde meados do século XVI, o etnônimo carijó referia-se aos Guarani em geral, objeto principal tanto de paulistas, quanto dos missionários franciscanos e jesuítas da América espanhola e portuguesa. Até 1640, a sociedade paulista foi marcada profundamente pela chegada de um fluxo crescente de cativos guaranis, provenientes sobretudo do sertão dos Patos e do Guairá. (...)”.⁴⁴⁸

Em 1625, Raphael Dias, homem do sertão, usava o gibão de armas do algodão (2\$000), produzido por umas das suas 5 escravas tecedeiras indígenas, e a espingarda com dois polvarinhos e munição (6\$000) para as suas expedições ao sertão. Sua esposa, Ana Gonçalves, depois de viúva, casou-se novamente com o morador da vila de Santos, Jorge Fernandes, o qual foi até o juizado pedir a guarda dos enteados.

“Dizia Jorge Fernandes morador da vila de Santos que ele é casado e recebido segundo a Santa Madre Igreja com Ana Gonçalves que primeiro foi casada com Raphael Dias, moradores desta vila de São Paulo do qual lhe ficaram duas filhas e um filho órfão a saber Izabel, Maria e o menino Rafael, todos de muito pouca idade, e delas é tutor Miguel Garcia Carrasco, com o marido que foi de Margarida Fernandes já defunta tia dos órfãos, e porquanto a dita sua tia Margarida Fernandes que tinha o cargo e doutrinava e ensinava a falecida e o dito Miguel Garcia quer desistir da dita tutoria por ser mais em proveito dos ditos órfãos estarem com a mãe para os doutrinarem, ensinar e alimentar”.⁴⁴⁹

Diferentemente da escravaria indígena, os escravos da Guiné pertenciam ao comércio Atlântico. Esses cativos da mercancia, com o avançar do seiscentos, tornavam-se cada vez mais relevantes para a sociedade estamental e escravista da vila de São Paulo.

⁴⁴⁷ Inventário de Maria Tenória (1620). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1977, vol. 44, pp. 9-45.

⁴⁴⁸ John M. Monteiro. *Op. Cit.*, p. 165.

⁴⁴⁹ Inventário de Raphael Dias (1625). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, p. 463.

Suzana de Góes, viúva de Diogo Dias de Moura, controlava o trabalho de uma escravaria africana: Bastião (35\$000), Catharina (30\$000), Sabina (20\$000), José (18\$000), Izabel moleca (6\$000), Maria moleca (4\$000), Simão (27\$000), Izabel (20\$000), outra Izabel com uma criança de peito (30\$000) e Francisco (18\$000). O patrimônio que ficara com a senhora depois da morte do esposo era de 275\$014.⁴⁵⁰

No inventário da senhora Suzana, de 1630, encontravam-se 28 cativos para criar seus 4 filhos, os quais ficaram por fim sob a tutela dos avós maternos Antonio Raposo, o velho, natural de Lisboa e Izabel de Góes.⁴⁵¹

Três anos depois o tutor e avô faleceu e a viúva e avó Izabel, que apesar de ter apenas como posses a escrava Ignácia e algum gado, continuava a exercer o “domínio” sobre os filhos Estevão Raposo, Pero de Góes, Maria de Góes e Izabel de Góes, sendo estas duas últimas solteiras e privilegiadas com a terça paterna.⁴⁵²

No final da década de 1620, Ana de Freitas, viúva do “nobre e fidalgo”⁴⁵³ Mathias de Oliveira, homem também de governança da terra, assumia o controle do sítio e da casa de três lanços, cobertas de telhas e de um fogo dos gentios que era coberto de telha e tinha um algodal e lavoura de mandioca. A proprietária dividia um algodal de 32\$000 com o senhor Marcos Fernandes. Como sitiante tinha poucas crias como a porca grande de \$500, 8 cabeças de gado (6\$000) e mais meia vaca (\$500).

Contava com os cativos Paulo, Miguel e sua esposa, Bastião e sua mulher Ascensa, Merencia e Francisca, que trabalhavam com 7 enxadas, 2 foices e uma cunha para a lida nos algodais.

Dos objetos caseiros, existiam um tacho pequeno (\$500), o catre (\$500), a prensa (1\$280), apenas uma tabaladeira, a colher de prata (1\$800), o castiçal (\$320). Como vestimenta a senhora ficava com a camisa de \$500 declarada. No entanto, devido à sua condição social teria vestes não declaradas no inventário do antigo marido.

Henrique da Cunha Lobo, enteado de Ana de Freitas, filho de Mathias de Oliveira e Izabel da Cunha, ficou dentre outras coisas com o tear de 2\$000. Sua irmã, Juliana de Oliveira, esposa de Manuel Francisco, recebeu da madrasta e viúva Ana de Freitas 1\$000.

⁴⁵⁰ Inventário de Diogo Dias de Moura (1627). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. . vol. 7, pp. 240-327.

⁴⁵¹ Inventário de Suzana de Góis (1630). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 7, pp. 240-327.

⁴⁵² Inventário de Antonio Raposo, o velho (1633). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, p. 122.

⁴⁵³ Inventário de Mathias de Oliveira (1628). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 6, p. 31.

A órfã Sebastiana, sob a guarda do meio irmão Henrique da Cunha Lobo, dentre o patrimônio que lhe cabia foi deixado o tear de 1\$2000 e deveria receber da viúva \$618.

Nessa partilha havia uma parte significativa da escravaria, do sítio e do algodoal. As maiores riquezas da terra ficavam sob os legados da viúva Ana de Freitas. Todavia, os teares foram repartidos entre os filhos do falecido para que estes senhores pudessem manter a tradição da produção caseira de tecidos de algodão.⁴⁵⁴

A distribuição nas partilhas e o controle sobre os cativos intensificaram-se com o avançar dos Seiscentos. As escravarias indígenas, de fato, se tornaram ainda mais abundantes nesse período. Ignez Pedroso, em 1632, além de doar para Mariana Pedroso uma saia de tafetá roxo, “mandava que se desse à sua irmã Izabel Pedroso uma rapariga para servir de idade de 8 até 9 anos”.⁴⁵⁵ A viúva Margarida Rodrigues, no mesmo período, distribuía os seus gentios declarando ao escrivão que

“mando que de gente forra que possuo se dê minha filha Maria uma moça por nome Sabina e mais a mameluca por nome Juliana e as trate bem como forras que são e assim peço e rogo a todos os meus herdeiros que tratem bem o meu gentio forro como livres que são. Declaro que uma rapariga que coube a minha filha Vitória, por nome Magdalena, mandei a um parente à vila de Santos de amor em graça o que se lhe dê em seu lugar uma moça por nome Helena. Declaro que possuo trinta serviços grandes forros afora rapazes e raparigas e lhes peço e rogo servir a meus filhos assim como me serviram e os meus herdeiros os tratem bem e façam boa companhia como forros que são”.⁴⁵⁶

Em fins da década de 1630, o senhor Raphael de Oliveira era casado com Maria Ribeiro, irmã do senhor de escravos e de moinho Francisco Bueno e mãe de Ana de 10 anos, Paula de 6, Paschoal de 5, José de 1. Viviam em casas com corredor e quintal (28\$000), localizadas na rua de Santo Antonio e eram vizinhos de João Rodrigues de Eredia e de Antonio Madureira.

As benfeitorias constituíam-se de um pedaço de algodoal (4\$000), onde as cunhãs plantavam e colhiam sob a liderança da senhora. Depois do plantio, as indígenas desencaroçavam, fiavam nas rocas e teciam no tear com a sua urdideira (3\$000) as obras de arte e de guerra que atravessavam o Atlântico.

Com a força do trabalho indígena, os estamentos senhoriais realizavam uma mercantilização incipiente com outras regiões do Império colonial português. A família em questão comprava tecidos coloridos como os 2 côvados e meio de tafetá azul (1\$000), 34

⁴⁵⁴ Ibidem.

⁴⁵⁵ Inventário de Ignez Pedroso (1632). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 8, pp. 359-386.

varas de passames vermelhos e de outras cores (1\$360), 7 varas e meia de crê (3\$600), 4 côvados e meio de serafina negra (2\$640), 4 côvados de bocaxim vermelho (\$640), 4 oitavas de retrós pardo (\$320), 4 côvados de bombazinha (\$960), 3 varas de raxeta verde (\$960), 2 varas de picote a meia pacata a vara (\$320) e uma pele de cordovão negro (\$960).

A escravaria de 194 indígenas era constituída de uma grande porcentagem de famílias (um terço dela tinha algum vínculo familiar). Também nela era comum a presença de casais com poucos filhos, como Maria e Belchior, pais de Ana. Outro tipo familiar freqüente era aquela fragmentada, exemplificado no caso de Martha, mãe solteira da curumim Marqueza.⁴⁵⁷

No inventário de Maria Ribeiro estava arrolado um farto número de cativos. Esposa de Raphael de Oliveira, irmã de Francisco Bueno, senhor de 78 cativos, e do juiz Amador Bueno, essa proprietária era membro da governança da terra. Provavelmente, o seu poder ultrapassava a condição de esposa e irmã de senhores potentados. Era uma das mulheres de maior prestígio da vila devido às relações familiares e ao tamanho das propriedades em bens e cativos. Tinha em seu domínio, portanto, o controle de várias cunhãs e curumins que faziam todo o trabalho cotidiano doméstico, do sítio e dos algodoais.

Nessas atividades, geralmente coletivas, as escravas tecedeiras precisavam ter habilidades manuais para que os fios de algodão fossem delicados e uniformes. Era necessário tecerem com destreza e cuidado para formar um pano mais fino e de maior valor.⁴⁵⁸

As negras tecedeiras da terra voltavam-se para as atividades da casa e dos sítios das famílias senhoriais paulistas. Cuidar dos filhos dos senhores, criar animais e ser força de mão-de-obra na lavoura, conjuntamente com os curumins e às vezes com os esposos que embrenhavam-se nas expedições pelos sertões, eram trabalhos penosos e demorados feitos cotidianamente por essas cunhãs cativas. Além disso, essas escravas, habitualmente, eram responsáveis pela realização dos transportes de água das fontes da vila para as casas senhoriais, assim como pelo leva e trás dos tecidos de algodão, das carnes e dos produtos alimentícios.

⁴⁵⁶ Testamento de Margarida Rodrigues (1634). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 13, 1921, pp. 44-93.

⁴⁵⁷ Inventário de Maria Ribeiro (1638). *I.T.* São Paulo: DAESP, 1920, vol. 11, 1921, pp. 362-385.

Diferentemente do *gênero* feminino, aos escravos homens cabia um importante papel no carregamento do patrimônio ao litoral, no trabalho nas lavouras mais distantes, além de atuar no processo de povoamento, acompanhando os senhores nas expedições pelo sertão. Também construíam pontes, caminhos, casas, sítios e prédios de instituições “públicas” da vila de São Paulo, como as Igrejas e a Câmara.

Entretanto, era por meio da força de trabalho escravo das cunhãs e dos curumins, que as famílias senhoriais paulistas podiam gerar excedentes comercializáveis nas redes mercantis incipientes e obter objetos luxuosos provenientes da economia-mundo em formação.

Em suma, as senhoras paulistas comandavam o trabalho cotidiano das mulheres tecedeiras indígenas e das suas famílias. Assim, mantinham uma grande autonomia no comando das suas escravarias e nas redes de comércio, tendo diferentes estilos de vida e formas de acúmulo de patrimônio na São Paulo do Seiscentos.

⁴⁵⁸ Sobre a tradição de tecelagem feminina no período pré-industrial ver a tese de Concessa Vaz de Macedo. *As mulheres, seus ofícios e suas técnicas*. São Paulo: tese de doutoramento apresentada ao departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vila de São Paulo, a atuação das mulheres senhoriais foi marcada pelo trabalho nas casas, nos sítios, nas lavouras e nos comércios, entre os anos de 1554 até 1640. Comandando os índios e realizando comércio, as mulheres senhoriais paulistas auxiliavam os cônjuges e os familiares na acumulação de patrimônio e na montagem da economia escravista e de mercantilização incipiente.

A lida nas lavouras de produtos alimentícios caracterizava-se marcadamente pela gerência da escravaria. Mas caso houvesse pouca quantidade de mão-de-obra indígena as próprias mulheres senhoriais eram obrigadas a participar das atividades de plantio, da colheita e dos demais serviços que tinham por ventura de realizar.

As estruturas do cotidiano da vila de São Paulo foram marcadas pela saída freqüente da população masculina, pelo espaço de atuação feminina no universo do trabalho e dos negócios, pela presença constante das “nações indígenas” de diferentes etnias e pelas relações estamentais, senhoriais e escravistas.

No século XVI, no território de Piratininga, ocorreram constantes guerras de conquista das populações indígenas e a solidificação do domínio senhorial. Ainda neste período, o senhor e “pater familis” passava a constituir a autoridade moral sobre os filhos e as esposas.

Nas Câmaras, havia senhores que passavam a controlar a governança e comandavam o dia-a-dia dos moradores com o intuito de estabelecer a ordem na vila. Reprimindo os indígenas, estabelecendo os preços dos produtos, recrutando os grupos militares, controlavam as relações familiares e as expedições para o sertão.

No decorrer do século XVII, as famílias senhoriais já constituídas avançaram pela Capitania de São Vicente, explorando novas terras e formando uma sociedade hierárquica e estamental, de valores cristãos. Nesse período, a vila de São Paulo, nas franjas do Antigo Sistema Colonial, tornou-se um centro importante de povoamento colonizador na região de fronteira da América Portuguesa.

Na conjuntura econômica da vila de São Paulo dos anos de 1554 e 1640, as mulheres senhoriais paulistas auxiliavam na formação da economia pecuarista, no cuidado com a alimentação das criações de animais e com os cercamentos do gado vacum.

A utilização da mão-de-obra cativa e a constituição da incipiente mercantilização faziam com que as mulheres conseguissem acumular pecúlios e participar dos negócios. O comércio paulista realizava-se, assim, graças à rede de créditos e débitos que se estendiam até as regiões litorâneas de Santos, Rio de Janeiro e, conseqüentemente, da zona econômica do Atlântico Sul.

Porém, na sociedade paulista, os valores extra-econômicos também eram significativos, como os ideais nobiliárquicos de fidalguia e nobreza, além do desejo por objetos de luxo e por símbolos de prestígio social. Os artefatos luxuosos correspondiam a um consumo ainda muito incipiente. Além disso, a vida material da camada senhorial ainda era bem simples. Um vestido, um espelho, uma porcelana, ou qualquer outro artefato importado significava uma capacidade de gerar riqueza, a qual se convertia em artigo de luxo.

Ainda nesse contexto, as mulheres senhoriais paulistas formavam redes de solidariedade, doando esmolas e participando da vida religiosa. Fazia parte das atividades sociais femininas, tais como: os ensinamentos das rezas, o cuidado com a prole e a transmissão dos valores cristãos aos filhos.

Era também muito importante a capacidade de negociação com as autoridades do Juizado de Órfãos. Negociando com os juizes, as viúvas poderiam conseguir a curadoria dos filhos e a administração do patrimônio. Não foram poucas as mulheres que na viuvez adquiriam certo *status* e poder, conseguindo desvencilhar-se das autoridades locais e do domínio patriarcal. No entanto, para isso era necessário assumir papéis considerados importantes para o *gênero* masculino.

Apesar da “longa duração” da desigualdade entre os *gêneros* na colônia portuguesa, as senhoras de escravos adquiriam um espaço de participação na sociedade estamental e escravista, conseguindo ter domínios sobre as escravarias e alguns familiares que viviam sob o seu entorno.

Na indústria doméstica, toda a preparação da tecelagem ocorria sob a liderança das senhoras. Solteiras, casadas ou viúvas, mantinham atividades cotidianas de administração e comando dos gentios.

No processo da indústria caseira do algodão, as cunhãs tecedeiras, auxiliadas pelos curumins, eram responsáveis por inúmeras tarefas. Plantavam, colhiam, desencaroçavam o

algodão e mantinham outros afazeres no interior doméstico, como cuidar da prole e do domicílio senhorial. Subalternas às senhoras, a população feminina indígena mantinha um *status* inferiorizado pelo predomínio dos valores estamentais, senhoriais, escravistas e patriarcais.

No comando das escravas tecedeiras indígenas, as mulheres senhoriais, esposas, filhas ou viúvas dos vassalos do Império ultramarino colonial, de certa forma, reiteravam as condições senhoriais, escravistas e a mercantilização incipiente, formando um poder intermediário entre os senhores e a população cativa predominantemente indígena, a qual raramente era comercializada. Neste sentido, as senhoras distinguiram-se na hierarquia social dos homens senhoriais, havendo assim uma forte desigualdade de poder entre os *gêneros* dos estamentos senhoriais.

Enfim, a atuação feminina senhorial possuía um papel contraditório na vila de São Paulo durante a conjuntura de 1554 e 1640. Por um lado, estavam subjugadas ao poder masculino dos senhores patriarcais, sendo excluídas muitas vezes das decisões da governança da terra e dos comandos de saídas para o povoamento, realizadas pelos esposos, filhos, maridos e pais. De forma que esses homens senhoriais, habitualmente, voltavam-se para os problemas administrativos e para as atividades guerreiras de expedições do sertão e de mercancia à longa distância. Por outro, as mulheres senhoriais atuavam com autonomia nas atividades de trabalho, negociavam com a jurisprudência da terra, realizavam doações de esmolas aos necessitados e acumulavam patrimônio para si e para os familiares por meio dos negócios mercantis incipientes e do comando das escravarias. Com a saída da população masculina para as regiões do Guairá-Tape, essas senhoras estavam na situação de controlar o patrimônio familiar como as casas, os sítios e as lavouras. Por isso, passavam a negociar e entrar em atritos com as autoridades do poder local e a comercializar os frutos do trabalho escravo.

Em suma, entre o domínio dos senhores e a exploração das populações indígenas escravizadas, as mulheres senhoriais paulistas, proprietárias de escravarias de variados tamanhos, formavam um poder intermediário, pois diferentemente do *gênero* masculino, voltaram-se para os universos domésticos e familiares, cuidando dos filhos, gerando excedentes econômicos relevantes para os herdeiros e auxiliando suas famílias a adquirir escassos artefatos de luxo.

7. FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. Fontes

“Alvará de 21 de agosto de 1587 sobre a localização dos gentios junto ao engenho e fazendas. Alvará que os índios que descem do sertão se dessem terras para as suas aldeias junto às fazendas e sesmarias para as suas lavouras”. In: *Documentos para a História do Açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, vol. 1, pp.321-322.

“Alvará de 21 de agosto de 1587 sobre os gentios. Alvará para que os índios convertidos não pagassem dízimos nem premissas por espaço de 15 anos”. In: *Documentos para a História do Açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, vol. 1, pp. 323-324.

“Alvará de 3 de agosto de 1559 sobre os gentios. Carta sobre as ferramentas com que os moradores do Brasil podiam negociar com os gentios”. In: *Documentos para a História do Açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, vol. 1, pp. 153-156.

ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1933.

ANCHIETA, Padre José de. *De gentis Mendi de Saa. Poema epicum*. São Paulo: Obras Completas, vol 1, 1970.

ANCHIETA, Padre José de. *Teatro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ATAS da Câmara da vila de Santo André da Borda do Campo. (1554-1560). São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914.

ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. (1560-1639). São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1915, 3. vols.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portugues Latino*. Coimbra: Collegio das Artes, 1712.

BRANDÃO. Ambrosio Fernandes. *Tratado da gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. Leite, 1925.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

- CODIGO Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d' El-Rei Philippe I.* Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomathico, Livros I, II, III, IV e V, 1870.
- CORTESÃO, Jaime. (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Itaim (1596-1760)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.
- CORTESÃO, Jaime. (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- HANKE, Lewis (org.). *Cuerpo de documentos del siglo XVI. Sobre los derechos de España en las Indias y las Filipinas*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1943.
- INVENTÁRIOS e Testamentos*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1921-1998, vol. 1-47.
- KINIVET, Antony. *Vária fortuna e estranhos fatos*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- “Lei de 20 de março de 1570 sobre a liberdade dos gentios”. In: *Documentos para a História do Açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, vol. 1, pp. 225-226.
- “Lei de 26 de julho de 1596 sobre a liberdade dos gentios”. In: *Documentos para a História do Açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, vol. 1, pp. 403-405.
- LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.
- LEITE, Serafim. *Monumenta Brailiae. Historica Societatis Iesus. Monumenta Brasiliae*. Coimbra/ Roma, 1956. 5 vols.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. (Esboço biográfico de Affonso de E. Taunay) São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- LERY, Jean de. *Histoire dès choses memorables em la terre au Brasil, partie de l'Amérique Australe, fous le foueverment de N. Villegaynon depuis l'an 1555 insques à l'an 1558*.
- MADRE DE DEUS, Gaspar da, Frei. *Memórias para a História da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1980 (Coleção Reconquista do Brasil, 12)

- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Iesus, em las provincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y Tape*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.
- ORDENAÇÕES Filipinas (1603). *Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato d' El Rei D. Felipe, o primeiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, 1985.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo: Edusp. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- VIEIRA, Pe. Antonio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. (Ensaio introdutório de José Sebe Bom Neihy) São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

B. Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800). & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, D.F.: Universidade de Brasília, (5ª edição), 1963.
- ABREU-FERREIRA, Darlene. "Fishmongers and shipowners: women in maritime of Early Modern Portugal". In: *Sixteenth Century Journal*. Vol. 31, no. 1, Special edition: Gender in Early Modern Europe. (Spring), 2000, pp. 7-23.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. "Famílias e vida doméstica". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 83-154.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "A mulher em São Paulo colonial" in *Espacio, Tiempo y Forma*, série IV, *Historia Moderna*, 3:367-386, Madrid, UNED, 1990.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório de engenhos do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. São Paulo: Departamento de Cultura, vol. 23, 1949.
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-232.
- BHABHA, Homi K. Bhabha. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLAJ, Ilana. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material". In: CANDIDO, Antonio.(org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 29-48.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681- 1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/Fapesp, 2002.
- BOXER, C. R. *A mulher na expansão ibérica*. Lisboa: Livros horizontes, LTDA, 1975.

- BOXER, C. R. *O império marítimo português, 1415 - 1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. “La larga duração”. In: *La Historia das ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1970, pp.60-106.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, vol.1. (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível), 1997.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1629-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BURKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento da Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CANDIDO, A. *The Brazilian Family*. In: SMITH, T. Lynn. *Brazil Portait of half continent*. New York, USA: The Dryden Press, 1951, p.295-296.
- CARDOSO, C. F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 133-154.
- CASTRO, A. B. de. “As mãos e os pés do senhor de engenho”: dinâmica do escravismo colonial. In: PIMHEIRO, P. S. (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 41-87.
- CHOJNACHA, Monica. “Women, charity and Community in Early Modern Venice: The casa delle Zitelle”. In: *Renaissance Quarterly*, vol. 51, no. 1, (Spring, 1998), pp. 68-91.
- CORREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp.13-38.
- CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo*. Rio de Janeiro: 1955.
- COSTA, I. Del Nero da. *Arraia miúda*. São Paulo, MGSP, 1992.
- COSTA, I. Del Nero da. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Junior*. São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1995. (Cadernos NEDH, N^o 3).

- COSTA PINTO, Luiz Aguiar da. *Lutas de famílias no Brasil: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo, Nacional, 1980.
- CUNHA, Mafalda Soares da. & MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. "Capítulo VIII. Governadores e Capitães-mores do império português nos séculos XVII e XVIII". In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas. Estudos e Investigações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Oficiais, s/d, pp. 191-252.
- DAVIS, Natalie Zemon. *The Gift in sixteenth-Century France*. Madison/Wisconsin, USA: The university of Wisconsin Press, 2000.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens. Três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. "História das Mulheres: as vozes do silêncio" In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 217-235.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olimpyo; Brasília, DF, Edumb, 1993.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- DIAS, Madalena Marques. "A formação das elites numa vila colonial paulista através de quatro histórias de vida: Mogi das Cruzes (1608-1646)". In: *População e família*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, vol. 4, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru: SP: EDUSC, 2003.
- FERNANDES, Florestan. "A sociedade escravista no Brasil". In: FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976, pp. 11-63.

- FERNANDES, Florestan. "Aspectos da evolução social de São Paulo". In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro: col. Corpo e a alma do Brasil, Diefel, 1979, pp.223-257.
- FERNANDES, Florestan. "A família patriarcal e as funções econômicas". In: *REVISTA USP*. São Paulo: USP, CCS, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A função da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.
- FERNANDES, João Azevedo. *De cunhã à mameluca. A mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*. Pernambuco: Ed Universitária/ UFPB, 2003.
- FILHO, Amílcar Torrão Filho. "Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam". In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, 2005, pp. 127-152.
- FLORENTINO, Manolo. & GOES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João Luis. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: FRAGOSO, J., BICALHO, M.F., GOUVÊA, M. de F. *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 27-70.
- FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRENCH, John D. "Riqueza, poder e mão-de-obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625". In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Arquivo Histórico, nº 195, 1982, pp. 79-107.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1970.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992.

- HANAWAT, Barbara A. (ed.). *Women and work in preindustrial Europe*. Bloomington/USA: Indiana University Press, 1986.
- HANSEN, João Adolfo. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In: NOVAES, Adauto (org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 347-373.
- HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. BICALHO, Maria Fernanda. & FERLINE, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar. Idéias e práticas políticas do Império Português. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 39-44.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia. das Letras., 1994.
- KING, Margaret L. “A mulher renascentista”. In: *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991, pp. 191-227.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Bahia colonial: mulheres, civilização e economia política”. In: *BOLETIM do NEHM*. Évora, Pt, nº 6, 2005, p. 14.
- LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização: ocupação territorial, organização econômica e população livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da FFLCH/USP, 2006.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Século XVI - O estabelecimento. Lisboa: Livraria Portugália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- LEWKOWICZ, Ida & GUTIÉRREZ, Horacio. “As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Estudos de História*. Franca, vol.4, 1997, pp. 129-146.
- LUMNIS, Adair T. “Womem in Patriarchal Religious Institucions”. In: *Contemporary Sociology*, vol. 21 (sep., 1992), pp. 581-584.
- MACEDO, Concessa Vaz de. *As mulheres, seus ofícios e suas técnicas*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Ed. Martins, 1965.

- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. Cia. Editora Nacional (brasileira; v.255), 1980.
- MARCILIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo. Povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
- MATTOS, Maria Izilda. “História das Mulheres e gênero: usos e perspectivas”. In: *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: NEGUEM, 1996, pp. 35-50.
- MAUSSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, pp. 193-314.
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 2005.
- MESGRAVIS, Laima. “Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia”. In: *IPE*: São Paulo, n.º. 13, 1983, pp. 799-811.
- MONTEIRO, John Manuel. “Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo”. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp.21-67.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negro da terra; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTT, Luiz. "As amazonas: um mito e algumas hipóteses". In: VAINFAS, Ronaldo. *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naif, 2005.
- NOVAIS, Fernando. A. "Condições da privacidade da colônia" In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 13-40.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

- PANTOJA, Selma. "Um negócio feminino: o tráfico atlântico de escravos". In: *BOLETIM do NEHM*. Évora, Pt, n° 6, 2005, pp. 12-13.
- PERROT, Michelle. "Mulheres". In: *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 167-231.
- PINNELLI, Antonella (org.). *Gênero nos estudos de população*. (Série Demográficas) Campinas: ABEP, 2004.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- RAMINELLI, Ronald. "Eva Tupinambá". In: PRIORY DEL, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 11-43.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RICUPERO, Rodrigo M. "Governo-Geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI". BICALHO, Maria Fernanda. & FERLINE, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar. Idéias e práticas políticas do Império Português. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 118-135.
- RICUPERO, Rodrigo M. "*Honras e mercês*". *Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 2005.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. "Women and society in colonial Brazil". In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, no. 1, 1977, pp. 1-34.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "A casa e o trabalho: mulheres brasileiras no século XIX". In: *ANAIS do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: FEA/USP, 1991, pp. 277-318.
- SAMARA, Eni de Mesquita. "A mulher e a família na historiografia latino-americana recente". In: *Revista da pós-graduação em história da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 1, n° 1, 1993, pp. 2523-2547.

- SAMARA, Eni de Mesquita. "Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho no Brasil do século XIX". In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *As idéias e os números do gênero*. São Paulo: Hucitec/CEDHAL/VITAE, 1997, pp. 23-61.
- SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) *Legislação Brasileira*. São Paulo: Série Fontes de Pesquisa/ CEDHAL, 2000.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e vida doméstica no Brasil, do engenho aos cafezais*. São Paulo, Humanitas, Estudos CEDHAL, Nova Série, nº 10, 1999.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*. (São Paulo século XVII). Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCOTT, Joan W. "Gender: a useful category of historical analysis". In: *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5, dec., 1986, pp.1053-1075.
- SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, (revised edition), 1999.
- SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa. São Paulo (1765-1775)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 17-38.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- TAUNAY, Afonso de Escragno. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social. & São Paulo no século XVI: a história da vila de Piratininga*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- TILLY, Louise. A. & SCOTT, Joan W. *Women, work & Family*. New York, USA: Holt, Rinehart and Winston, 1989.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/UFF, vol. 1, 1987.
- VILHENA, Maria da Conceição. “As mulheres do Gungunhana”. *Revista da Universidade dos Açores*. Arquipélogo. História. Ponta Delgada, vol. 2, 1999, pp. 407-415.
- VILLANUEVA, Margaret A. “From Calpixqui to Corregidor: appropriation of Women’s Cotton Textile Production in Early colonial México”. In: *Latin American Perspectives*, vol. 12, no. 1, Latin America’s Colonial History (Winter, 1985), pp. 17-40.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Lisboa: Edições Afrontamento, vol. 1 (A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia), s/d.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2 vols., 1999.